



Documento 1/55

028.1.54.O Sessão Ordinária - CD 01/03/2011-14:04

Publ.: DCD - 02/03/2011 - 9996 EMILIANO JOSÉ-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Anúncio, pela Presidenta Dilma Rousseff, de reajuste dos valores do Programa Bolsa Família e de implantação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito no Estado da Bahia, por ocasião de sua visita ao Estado. Fortalecimento do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais. Elevação dos índices de frequência escolar após a implantação do Programa Bolsa Família. Excelência da estrutura da saúde pública no Município de Vitória da Conquista. Classificação da municipalidade em 1º lugar na 10ª Mostra Nacional de Experiências bem Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças. Recebimento por Vitória da Conquista do selo Município-Mundo de Boas Práticas de Prevenção, do Ministério da Saúde. Inauguração do Serviço de Cirurgias e Procedimentos Cardiovasculares na Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista. Ineditismo da eleição da Sra. Dilma Rousseff para a Presidência da República. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Expectativa quanto à ocupação pelas mulheres de maior espaço na vida política e cultural do País. Persistência de discriminações e preconceitos contra a mulher brasileira, notadamente contra as da raça negra.



O SR. EMILIANO JOSÉ (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Presidenta Dilma Rousseff está na Bahia, mais precisamente no Município de Irecê, a 478 quilômetros de Salvador. Lá, ela anuncia o reajuste no programa de inclusão socioeconômica Bolsa Família.

Em Salvador, na companhia do Governador Jaques Wagner e do Presidente da PETROBRAS, Sergio Gabrielli, ela anuncia a implantação no Estado de um terminal de gás, que terá investimentos de mais de 1 bilhão de reais e vai gerar 3 mil empregos diretos e indiretos.

O anúncio do reajuste vai beneficiar cerca de 1,7 milhão de famílias baianas. Somente no Território de Identidade de Irecê, que abrange 20 Municípios, são mais de 7 mil famílias dependentes do benefício social. Cerca de 99% delas chefiadas por mulheres.

Ainda em Irecê, a Presidenta reforça o fortalecimento de dois programas de cidadania e geração de renda voltados às trabalhadoras rurais da Bahia, empreendidos pelo Ministério da Agricultura. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMPR).

As iniciativas visam ampliar a regularização profissional das mulheres que trabalham na zona rural, a fim de que possam ter acesso aos programas desenvolvidos pelos Governos Estaduais e Federais, por meio da documentação correta. Em Irecê, o PNDTR vai realizar, por 2 dias, um mutirão para a emissão de documentos como CPF, RG e certidão de nascimento. A expectativa é atender mil trabalhadoras.

A ida da Presidenta Dilma à Bahia coincide com um fato muito positivo: o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) informa que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) "mergulhou" nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE e trouxe à tona uma boa notícia sobre umas das principais políticas do Governo Federal. Com o Bolsa Família, o índice de crianças e adolescentes de 6 a 16 anos fora da escola se reduz em 36%.



De acordo com o INEP, que comparou dados de públicos com condições semelhantes, beneficiárias e não beneficiárias do Bolsa Família, a taxa de não frequência à escola baixa de 8,4% para 5,4%. O estudo, baseado na PNAD de 2007, mostra que a taxa de frequência dos atendidos pelo programa é de 94,6% e a dos não beneficiários é de 91,6%.

Os autores concluem que "os indivíduos que, sem o programa, abandonariam a escola em determinada série ou nível de ensino, com a exigência, teriam o abandono postergado, o que levaria à elevação da frequência escolar de pessoas com maior idade e nível de escolaridade".

As análises identificaram impactos mais relevantes em relação às crianças mais novas. Na faixa etária entre 6 e 10 anos, entre os que estão fora da escola, a diferença é de 40% na comparação dos beneficiários e dos não beneficiários. "A proporção de crianças dessa faixa etária que frequenta escola sobe de 93,3% para 96,3%, com o Bolsa Família", descreve o estudo.

O INEP estima ainda que o recebimento do Bolsa Família elevou a frequência escolar do público com 8 anos ou mais de estudo de 81,7% para 91,9%. "A condicionalidade do programa pode ter provocado algum tipo de mudança com relação à preferência por estudar e à importância atribuída à escola pelos estudantes e pais", relatam os autores do estudo publicado em janeiro no informativo Na Medida, que circula a cada 2 meses.

Nos resultados por gênero e área de residência, outro impacto verificado foi quanto ao aumento da presença na escola das meninas de 15 e 16 anos que vivem na zona rural. Segundo o estudo, o Bolsa Família teria sido responsável pela redução de 50% no índice de não frequência escolar, que é de 15,7% e 33,7%, respectivamente, entre os beneficiários e os não beneficiários.

De Irecê, a comitiva presidencial segue para Salvador, onde a Presidenta Dilma Rousseff participa da cerimônia do anúncio da implantação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Bahia (TRBA). Na oportunidade, será assinado um protocolo de intenções entre o Governo do Estado e a PETROBRAS com as definições das ações que serão tomadas pelas



partes envolvidas na implantação do terminal. A obra será iniciada em março do próximo ano, com a previsão de ser concluída em setembro de 2013.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Para garantir uma saúde pública de qualidade como direito de todos e dever do Estado, é preciso compromisso de quem governa e participação da sociedade: é assim que se pode vencer o desafio de trazer o que está consagrado em leis para a vida das pessoas.

Na Constituição de 1988, a saúde pública é tratada como direito fundamental. Isso porque deriva do direito mais básico do ser humano: a vida. E foi com essa visão que a Prefeitura de Vitória da Conquista, na Bahia, implementou ações que transformaram a cidade em modelo na gestão de saúde.

Vitória da Conquista tem hoje uma das melhores estruturas de saúde pública do Brasil. O Município é reconhecido nacionalmente pela qualidade dos serviços oferecidos à população.

Vitória da Conquista tem a menor taxa de mortalidade infantil do Nordeste, e todas as crianças têm vaga na escola, merenda e transporte escolar garantidos. É um Município onde não nasce mais criança com o vírus da AIDS e o único do interior da Bahia que mantém um hospital público materno-infantil com UTI neonatal. O Governo Municipal busca manter os avanços e, se possível, superar-se a cada dia.

Até 1996, Vitória da Conquista tinha uma Prefeitura fechada à participação popular. A partir de 1997, quando o PT assumiu o Governo por decisão do povo, passou a haver todo um esforço para aproximar a administração dos verdadeiros interessados, que são os habitantes do Município, que vieram conhecer, debater, propor e, inclusive, apoiar o Governo Municipal em importantes decisões, a exemplo da modernização do transporte coletivo e da municipalização da saúde.

Por meio de um processo participativo, foram definidas prioridades e, como resultado dessa parceria, o Governo resgatou sua credibilidade e aumentou a arrecadação municipal. Com isso, foi possível promover a tão necessária modernização administrativa, que vem permitindo ao Governo do Município investir e melhorar, cada dia mais, a máquina pública.



Além do Orçamento Participativo, outras alternativas foram criadas para garantir maior controle social sobre as ações do Governo, a exemplo dos fóruns de finanças, educação, saúde, desenvolvimento social e fontes de financiamento. Com essas ações, o Governo foi, também, fortalecendo sua imagem, pois, para cada atividade, cada programa, cada obra, a população tomava conhecimento de onde os recursos vinham, e, muitas vezes, participava na indicação deles.

Assim, em apenas 2 anos, Vitória da Conquista já havia conseguido o equilíbrio financeiro entre as despesas e a receita incrementada; o pagamento dos débitos herdados, tornando o Município adimplente e credenciando-o a firmar convênios; o pagamento em dia dos salários dos servidores; o aumento da participação das receitas próprias e conveniadas na arrecadação total; a aplicação de recursos em saúde e educação públicas, assistência às crianças e aos idosos e higiene e limpeza do Município.

Vitória da Conquista tornou-se, assim, um Município atraente para negócios e apresenta hoje os melhores índices do Nordeste e do Brasil em dinamismo econômico, redução da mortalidade infantil, justiça social e desenvolvimento humano.

Posto isso, queria agora abordar a gestão da saúde em Vitória da Conquista.

Na Constituição de 1988, a saúde pública é tratada como direito fundamental. Isso porque deriva do direito mais básico do ser humano: a vida. E foi com essa visão que o Governo Municipal implementou ações que transformaram Vitória da Conquista em modelo na gestão de saúde.

O sistema de saúde de Vitória da Conquista, que o Prefeito Guilherme Menezes vem construindo com obstinação, serve de referência porque o que o Governo Municipal faz está assentado na ideia de que fazer saúde é lidar diretamente com a vida das pessoas, mesmo a saúde de quem ainda está sendo formado no ventre materno. Isso requer seriedade, compromisso, decisão política e muita responsabilidade.

O Governo Municipal tem buscado, assim, transformar leis em realidade. Por isso, Vitória da Conquista tem hoje uma das melhores estruturas de saúde pública do



Brasil e o Município é reconhecido nacionalmente pela qualidade dos serviços oferecidos à população.

A população ainda se lembra como era tratada a saúde em Vitória da Conquista até 1996: sem qualquer planejamento ou respeito à população. Em janeiro de 1997, o novo Governo encontrou um sistema falido, poucos funcionários e uma população desassistida. Havia apenas dois postos de saúde e oito médicos sem nenhuma condição de trabalho.

Já no primeiro ano de governo, foi iniciado um processo de mudanças, com resultados imediatos na vida das pessoas. Serviços foram implantados na cidade e na zona rural, melhorando os indicadores, principalmente com a redução drástica da mortalidade infantil.

Para se ter uma ideia do que vem sendo construído desde 1997, Vitória da Conquista é o único Município do interior da Bahia que tem residência médica. São quatro especialidades no Hospital Municipal Materno-Infantil Esaú Matos: Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia e Saúde da Família. Assim, o Esaú Matos se transformou em Hospital de Ensino, qualificando e humanizando ainda mais os seus serviços, formando novos profissionais.

O Esaú Matos conta também com um importante serviço de registro civil, um banco de leite humano e a única UTI neonatal municipal da Bahia. Nos últimos 2 anos, a unidade recebeu ainda mais investimentos: foi implantada a Farmácia Hospitalar para manipulação de medicamentos, foram ampliados os leitos de ginecologia e obstetrícia e foi criado o serviço de saúde bucal, para atendimento infantil.

Até 1996, o Laboratório Central de Vitória da Conquista funcionava precariamente, realizando apenas exames de fezes, urina e sangue. Atualmente, é responsável por uma média de 40 mil exames por mês e é o maior laboratório de saúde pública do interior da Bahia, garantindo atendimento a mais de 70 cidades pactuadas à Rede SUS. Em 2010, a unidade recebeu o certificado de serviço de excelência do Programa Nacional de Controle de Qualidade da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas.



Também em 2010, Vitória da Conquista recebeu o mais importante prêmio nacional da área de saúde. A 10ª Mostra Nacional de Experiências Bem Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças selecionou 27 trabalhos dos 500 inscritos. Vitória da Conquista foi eleita por um júri popular como a melhor experiência no Brasil.

O prêmio é o segundo reconhecimento das pesquisas realizadas pelo Centro de Apoio e Atenção à Vida (CAAV) Dr. David Capistrano Filho. Em junho de 2009, o Município recebeu o selo Município-Mundo de Boas Práticas de Prevenção, do Ministério da Saúde, concorrendo com cidades como São Paulo, Curitiba e Florianópolis. Vitória da Conquista foi a única finalista da Região Nordeste.

Outro importante passo dado em 2010 pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista foi o início do Serviço de Cirurgias e Procedimentos Cardiovasculares na Santa Casa de Misericórdia. Assim, o Município amplia a oferta de serviços na área, garantindo a atenção integral aos usuários do Sistema Único de Saúde, fortalecendo a interação da atenção básica com a rede de atenção ambulatorial especializada e hospitalar, garantindo também os procedimentos de alta complexidade.

A municipalização e o redimensionamento da estrutura de saúde, a partir de 1997, não só aumentaram o número de atendimentos e melhoraram a qualidade dos serviços. A gestão voltada para ações de alta complexidade possibilitou o crescimento de clínicas e hospitais particulares, que se beneficiaram da gestão transparente e da pactuação regional, ampliando o fluxo de atendimentos no Município.

Hoje, Vitória da Conquista possui um grande número de instituições médicas realizando desde consultas básicas até procedimentos que antes só eram possíveis nas capitais, como tratamento de doenças do coração e transplantes. Ao todo, são 8 hospitais e 32 clínicas atendendo pacientes de 76 Municípios da Bahia e de Minas Gerais.

Atualmente são realizados em média 2.600 internamentos por mês, ultrapassando 31 mil internamentos por ano; os atendimentos ambulatoriais ultrapassam 3 milhões por ano; apenas de Janeiro a maio de 2010, foram quase 1 milhão e 300



mil atendimentos ambulatoriais. Os números dão a dimensão da magnitude do sistema de saúde do Município.

Sabemos que a magnitude do desafio em relação à saúde no País não é pequena. Sabemos do crime contra o nosso povo que foi a extinção da CPMF. O ex-Ministro Adib Jatene falou, recentemente, em artigo, na revista Carta Capital, da importância do Programa Saúde da Família e dos problemas da saúde em geral. E disse que para garantir aquele programa e outras medidas só com aporte de recursos "que, se não for mobilizado, impede que se fale em prioridade para a saúde".

Conquista, apesar da escassez de recursos, tem feito milagres.

E o faz, especialmente na saúde, por conta dos compromissos profundos da administração do PT com seu povo - na verdade, com todo o povo do sudoeste baiano. O Prefeito Guilherme Menezes, que é médico, conhece as dores do povo. E por isso a política de saúde de Vitória da Conquista tem se voltado com tanto carinho para tornar a saúde um direito de todos verdadeiramente.

Último registro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Tenho dito, com insistência, que a eleição de Dilma Rousseff para a Presidência da República é uma espécie de marco civilizatório no País. Tivemos o ineditismo da eleição do primeiro presidente operário em 2002, reeleito em 2006, e agora o ineditismo da eleição de uma mulher. Esse feito, muito provavelmente, só será avaliado em sua devida dimensão mais à frente, mas, em todo caso, podemos arriscar um pouco e falar do quanto ele significa. Lembremos que lamentavelmente nosso adversário na eleição fez de tudo no sentido de desqualificar a mulher brasileira - isso mesmo, os ataques feitos a Dilma não apenas a atingiam, mas agrediam, e profundamente, as mulheres do Brasil.

A violência e a natureza conservadora, medieval, dos ataques não conseguiram demover o povo brasileiro de garantir que o projeto político iniciado em 2003, com a posse do Presidente Lula, continuasse. E não conseguiram assustar o povo brasileiro, que não temeu ser governado por uma mulher. Com a proximidade do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, cabe lembrar isso. Cabe lembrar que agora as mulheres podem tudo e vão seguramente ocupar mais e mais espaço no



cotidiano da vida brasileira e também, esperamos, na vida política e cultural. Os primeiros dias do Governo da Presidenta Dilma têm evidenciado toda sua capacidade e assustado nossos adversários. Dessa capacidade nós sabíamos de cor. Os nossos adversários é que ignoravam, ou fingiam ignorar.

É longa a luta das mulheres brasileiras. Só no Império ganharam o direito de chegar à Universidade. Só nos anos 30 do século passado ganharam o direito de votar. E amargaram ao longo dos séculos uma impressionante discriminação e marginalização. Não custa lembrar que vivemos quase 400 anos sob a escravidão e o que isso significou para as mulheres negras. E não podemos dizer, apesar dos inegáveis avanços, que ainda não haja discriminação, preconceito e marginalização das mulheres.

São as mulheres que têm os piores empregos, especialmente as mulheres negras. São elas as mais afetadas pelo desemprego. São afetadas pelas duplas jornadas de trabalho. E são vítimas da violência cotidiana, violência que se expressa das mais variadas maneiras como decorrência de um espírito machista ainda não superado entre nós.

E, para pensar de outra maneira, são elas as principais responsáveis pela criação e pela educação de nossas crianças e adolescentes, e aqui, se há a carga da responsabilidade e de trabalho, há, também, a esperança. Elas assumem suas responsabilidades com amor, carinho, dedicação, e por isso as políticas públicas em andamento desde 2003 dão a elas a responsabilidade principal. A confiança nelas é muito maior, especialmente porque nunca abandonam seus filhos.

Está certa a Deputada Luci Choinacki, do nosso partido, quando diz que a pobreza e a miséria neste País têm cor e sexo. E que as mulheres, especialmente as negras, são as mais empobrecidas. Um país democrático reclama mulheres cada vez mais participativas, ativas, com emprego, com qualificação, e em condições de dar uma educação digna a seus filhos. O País será tanto mais humano e civilizado quanto a liberdade e a autonomia das mulheres crescerem. Será tanto mais democrático quanto a participação das mulheres crescer. E crescer em todas as áreas, inclusive na política.



É inegável que a mulher vem ocupando espaços. É verdade que a capacidade delas vem evidenciando que não é mais possível ignorá-las. Mas é inegável, também, que ainda há um longo caminho a percorrer para que homens e mulheres convivam em condições de igualdade. Com Dilma na Presidência, creio que caminharemos de modo mais acelerado para que isso seja uma realidade. Viva o Dia Internacional da Mulher. Vivam as mulheres brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



Documento 2/55

028.1.54.O Sessão Ordinária - CD 01/03/2011-14:06

Publ.: DCD - 02/03/2011 - 10000 VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ocupação, por camponesas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, de fazenda da empresa Veracel Celulose S/A, no Município de Eunápolis, Estado da Bahia. Alerta, pelas trabalhadoras rurais, sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura e a violência contra as mulheres no País. Excelência da atuação política da Senadora Lídice da Mata. Saudações às trabalhadoras rurais e urbanas.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no mês de março, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. No entanto, venho a esta tribuna dizer que este mês é de luta.

Na Bahia, durante este período, costumávamos ter um grande acampamento onde mulheres do campo e da cidade faziam trocas de experiências, afirmavam sua luta em busca de terra, cidadania, condições dignas de trabalho e saúde e contra a violência que as assola todos os dias devido ao infeliz machismo que nossa sociedade ainda cultiva.



Neste ano, as mulheres camponesas resolveram avançar na luta pela reforma agrária. Ontem, mais precisamente no Município de Eunápolis, na região do extremo sul, as trabalhadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, o MST, realizaram uma ocupação de terras pertencentes à multinacional Veracel.

A ação faz parte da jornada de lutas das mulheres do MST em virtude do 8 de Março. As trabalhadoras denunciam a ação do agronegócio na região com o monocultivo de eucalipto.

Essa empresa, Sras. e Srs. Deputados, é uma das maiores empresas do ramo de papel e celulose do mundo. Está instalada em cerca de 205 mil hectares no extremo sul da Bahia, sendo em torno de 96 mil hectares só com eucalipto destinado à exportação. A questão é que parte dessas terras são devolutas, logo, em situação irregular.

As trabalhadoras também alertam a sociedade para o uso indiscriminado de agrotóxicos e a violência contra as mulheres.

Essas camponesas, com seus instrumentos de trabalho, agora plantam milho e feijão, alimentos sem agrotóxicos, estes sim necessários para o povo brasileiro. Lembro, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, que o Brasil ocupa hoje a triste estatística de ser o maior consumidor do mundo desses venenos.

Mas afirmo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que a luta do feminismo não é e não pode ser uma luta só das mulheres, mas sim uma luta de toda a sociedade. O 8 de Março é, antes de tudo, uma data de reflexão contra o preconceito, a discriminação contra aquela que é parte essencial do próprio desenvolvimento da sociedade.

Não podemos tolerar que nossas lideranças mulheres sejam penalizadas e criminalizadas por defender seu povo, sua forma de viver.

Dessa forma, as reivindicações das mulheres também está representada na luta da cacica Valdelice, liderança do povo Tupinambá, presa injustamente por defender seu território, organizar seu povo para a conquista dos direitos que lhe foram negados como povo indígena.



Vivemos momento em que temos como maior autoridade do país uma mulher, eleita democraticamente Presidente da República. Não foi apenas uma disputa eleitoral. Mas foi uma disputa que resultou na vitória contra os que ainda têm preconceitos contra a mulher e tentam colocar em xeque a sua capacidade de administrar e gerir os rumos da sociedade que ela representa e de que faz parte.

Nosso Estado, a Bahia, também tem sua figura importante que soma à luta feminista. A senadora Lídice da Mata é um exemplo a ser seguido na política, com sua bela atuação parlamentar, com a mesma coragem e força com que foi Prefeita de Salvador.

Dessa forma, minha homenagem a todas as guerreiras do campo e da cidade. Não podemos nos submeter a este modelo capitalista e patriarcal de sociedade, concentrador de poder, de terras e de riquezas. Nós, homens da classe trabalhadora, não distribuiremos flores, mas nos somaremos às mesmas trincheiras na busca de um mundo mais justo, igualitário e soberano.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que divulgue este pronunciamento pelo programa A Voz do Brasil e pelos demais meios da casa.

Muito obrigado.



Documento 3/55

028.1.54.O Sessão Ordinária - CD 01/03/2011-14:22

Publ.: DCD - 02/03/2011 - 10007 SILAS CÂMARA-PSC -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Realização, na Casa, de sessão solene conjunta ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Redução das desigualdades sociais no País. Importância dos programas sociais implantados no Governo Lula da Silva .

O SR. SILAS CÂMARA (PSC-AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, primeiramente, quero parabenizá-la pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Em sessão solene realizada por esta Casa, pelo Congresso Nacional, mulheres brasileiras foram homenageadas.

Nas homenagens à mulher, também me sinto plenamente homenageado, porque, obviamente, tenho a minha mãe querida, que já foi para o céu, mas que nos deixou toda uma herança construída ao longo da formação da nossa família. E seria de minha parte pouco agradecido se não registrasse isto, mesmo sendo em memória.

Sras. e Srs. Deputados, uma das melhores notícias que tivemos nos últimos anos é a redução da desigualdade de renda no Brasil. Também muito favorável é a informação de que tal redução tem ocorrido de maneira ampla e rápida.



Recentemente, revista de ampla circulação nacional trouxe matéria sobre a emergência das chamadas classes C, D e E e as implicações desse fato sobre a economia e a sociedade brasileiras. Na economia, significa maior capacidade de consumo e melhoria da qualidade dos produtos, pois mais pessoas tornam-se mais exigentes. Significa também - e isto no Brasil é essencial - que as oportunidades de ganho de renda começam a se espalhar pelo interior do País.

Não mais podemos conviver com os grandes e caríssimos congestionamentos das grandes cidades, das quais São Paulo, infelizmente, é exemplo doloroso. São custosos, esses congestionamentos, por que representam perda de tempo, elevação do nível de irritação das pessoas e, em última instância, desembolsos efetivos de dinheiro, para as pessoas e para os governos. A redução desses custos, nobres colegas, é apenas um dos muitos ganhos econômicos decorrentes dos programas sociais hoje implementados pelo governo do Presidente Lula, que tantos benefícios trouxe ao Brasil.

Ao espalhar renda pelo interior do País, os programas sociais do Governo evitam que as famílias migrem em direção aos grandes centros; evitam, reduzem, pois, os congestionamentos das grandes cidades; reduzem, também, os custos de investimentos na infra-estrutura necessária para absorver a crescente população urbana. São outros benefícios decorrentes dos mesmos programas.

O Programa Bolsa Família injetou na economia dos Municípios brasileiros recursos da ordem de R\$7,5 bilhões. Isso significa que as famílias beneficiadas passaram a dispor de uma renda 21% superior, exclusivamente graças a esse programa. Essas famílias, Sra. Presidenta, evidentemente gastaram essa renda adicional, e esse gasto movimentou o comércio local e a indústria nacional.

Estudos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome mostram como a população beneficiária gasta a renda que recebe do programa: 87% das famílias informam usar a renda para adquirir mais alimentos e, como a pesquisa permitia mais de uma resposta, 42% informava gastar em material escolar, 37% em vestuário e 32% em remédios.

A importância desses dados é enorme. Famílias mais bem alimentadas produzem mais, adoecem menos e, portanto, custam menos aos sistemas de saúde e de



segurança pública. Mais importante, porém, famílias que alimentam bem os seus filhos e, além disso, os enviam para a escola - com material escolar adquirido com a renda recebida -, são famílias que investem no capital intelectual dos nossos futuros habitantes, são famílias que contribuem para o futuro do Brasil.

Nobres colegas, será que há ainda, nesta Casa, alguém que se arrisque a dizer que este é um programa "assistencialista", que representa apenas custos e que não contribui para a economia nacional? Se há, desafio-o a se debruçar sobre esses números, porque, em assim fazendo, perceberá a enorme relevância econômica desses programas.

Sem sombra de dúvida, não estou aqui para dizer que os programas sociais são bons porque têm impacto econômico; eles são bons pela sua natureza, porque colocam recursos nas mãos de quem não os tinha, lá na periferia, nas regiões mais recônditas deste País continental; porque retiram da pobreza milhões de pessoas, e por muitas outras razões. Esses programas, Sras. e Srs. Deputados, são ainda muito mais que isso: são alavancas para promover o crescimento da economia brasileira.

Grandes empresários nacionais já reconheceram que a retomada do crescimento da economia pátria começou, há poucos anos, a partir das menores cidades: foram as compras no pequeno armazém do interior do Nordeste, foram as compras nas pequenas lojas nas barrancas dos rios da Amazônia, foram as famílias dessas regiões e de todo o interior brasileiro que recolocaram em movimento as rodas do progresso econômico.

Assim, caros colegas Parlamentares, fica a lição que muitos gostariam que jamais fosse aprendida: é investindo nos mais necessitados, é dando oportunidades a essas pessoas que o verdadeiro desenvolvimento, que é aquele pautado na justiça social, se processa.

Antes de terminar estas breves palavras, cujo objetivo primordial é exatamente demonstrar a grande alavanca representada pelos programas sociais que o Presidente Lula soube implementar, gostaria de mostrar ainda alguns outros números.



No ano de 2006, os benefícios pagos a idosos, a deficientes e aos com direito à renda mensal vitalícia alcançaram 2,9 milhões de pessoas - 5,3% a mais que no ano anterior - e totalizaram R\$ 9,7 bilhões. Por seu turno, o Bolsa Família, cujos recursos já mencionamos, beneficiou diretamente 45 milhões de brasileiros.

Quanto menor a desigualdade no País, menor a necessidade de ações mitigadoras das mazelas da desproteção social. O Presidente Lula herdou uma nação que se caracterizava pela extrema desigualdade na distribuição da renda. Infelizmente, ainda é assim, pois, embora ele tenha feito muito, ainda há muito a fazer. A sua alta popularidade é fruto do reconhecimento do povo pelos benefícios recebidos. Agora, com os números cada vez mais evidentes sobre o crescimento da nossa economia, acreditamos que também os empresários verão que a linha adotada, de intensos investimentos sociais diretamente na população mais necessitada, é o caminho para a construção do Brasil próspero e justo com que todos sonhamos.

Muito obrigado.



Documento 4/55

028.1.54.O Sessão Ordinária - CD 01/03/2011-14:24

Publ.: DCD - 02/03/2011 - 10009 MÁRCIO MACÊDO-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Homenagem à mulher brasileira pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Realização pelo Congresso Nacional de sessão solene ao ensejo da efeméride. Homenagem à Presidenta da República, Dilma Rousseff. Presença da mulher na vida política brasileira. Saudações a personalidades femininas da vida social e política sergipana.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, este ano o Dia da Mulher, que se comemora no dia 8 de março, cairá numa terça-feira de Carnaval. Certamente, esta feliz coincidência ocorre, em especial este ano, porque no Brasil homens e mulheres devem comemorar a primeira vez, na história da República do Brasil, que uma mulher assume a Presidência do Governo Federal. Este fato histórico é resultado da luta pela igualdade de gênero, demonstrando que esta deve permear todas as dimensões da convivência humana, seja a familiar, seja a profissional, seja a política, seja a cultural. É digno de nota que, enquanto no Governo FHC houve 94 nomeações para os Ministérios, apenas duas mulheres ocuparam cargo de



Ministras. Já no Governo Lula, das 100 nomeações ministeriais 11 foi de mulheres, e, no Governo Dilma, dos 37 Ministérios, temos 9 Ministras.

Enalteço ainda que na Câmara dos Deputados, pela primeira vez, foi eleita uma mulher para a Vice-Presidência da Casa, a Deputada Rose de Freitas, enquanto o Senado Federal pela segunda vez tem a honra de ter uma mulher a ocupar sua Vice-Presidência, desta vez a Senadora Marta Suplicy.

Sinto orgulho do Partido dos Trabalhadores por ter rompido com tabus históricos, elegendo para a Presidência do País um operário e, agora, uma mulher. Certamente, ambos representam as presidências do Brasil mais comprometidas com a erradicação da miséria, através de uma política de desenvolvimento sustentável. A desigualdade social ainda é uma chaga que assola o País e que encontra intensificação nas questões de gênero, racial e até de origem, como as mulheres nordestinas. Debelar a violência doméstica, o assédio sexual no trabalho e as dificuldades de acesso da mulher à educação e ao mercado de trabalho são compromissos do Governo Dilma e do Partido dos Trabalhadores.

Desta forma, não poderia deixar de enaltecer as mulheres, elogiando-as na pessoa da nossa Presidenta, que, com sua trajetória de luta política e gestora pública, inspira hoje toda uma nação de brasileiras e brasileiros, com sua coragem e competência, e com a esperança de construção de uma igualdade efetiva de gênero.

Neste sentido, homenageio as mulheres sergipanas que tanto contribuíram para a reversão desta dura realidade, construindo um novo cenário para as meninas das gerações presentes e futuras. A exemplo da Profa. Etelvina Amália de Siqueira, abolicionista de primeira hora, a médica Ítala de Oliveira, que exerceu seu ofício junto a comunidades periféricas, às pesquisadoras Maria Thetis Nunes e Beatriz Góes Dantas, fundadoras da Universidade Federal de Sergipe, a Profa. Ofenísia Soares Freire, que abrilhantou com louvor a Academia Sergipana de Letras, e a Profa. Teresinha Oliva, atual Diretora do Museu do Homem Sergipano.

Queria também homenagear minhas companheiras do Partido dos Trabalhadores do Estado de Sergipe, como as companheiras Maria Teles, Neusinha Nunes Malheiros e Isabel Ladeira, exemplos de aguerrida militância política e social.



Homenageio também as Deputadas Estaduais pelo PT, Conceição Vieira e Ana Lúcia Menezes, as duas primeiras mulheres petistas a ocuparem o Parlamento estadual sergipano.

Registro ainda que, em breve, o Governador Deda irá criar, pela primeira vez na história de Sergipe, uma Secretaria de Estado da Mulher, para fortalecer a política pública de gênero no Estado.

Ressalto que no Governo de Sergipe temos a presença de Eloísa Galdino e Eliane Aquino, respectivamente Secretárias de Estado da Cultura e da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social, ambas com elogiosas atuações. Minha especial homenagem às mulheres do movimento social, como Lourdinha do Lamarão, Isabel Canjirana, ambas líderes do Movimento Popular e que lutam em prol da moradia popular, da saúde das mulheres, enfim do empoderamento da agenda de gênero.

Presto minha homenagem também às servidoras da Câmara, em especial as taquígrafas do plenário, que, com seu especial zelo, registram os pronunciamentos desta Casa. Congratulações também às assessoras do meu gabinete em Brasília e em Sergipe e às militantes do meu partido; e, por fim, às mulheres essenciais à minha vida, como minha mãe, Maria Costa Macêdo, minha esposa, Karina Marx, e minhas filhas Ana e Mariana, que tanto me inspiram e contribuem em minha trajetória, tanto como ser humano, como acadêmico, militante político, gestor público e, agora, Parlamentar.

Parabenizo e agradeço às mulheres, principalmente as brasileiras, em seu exemplo diário de coragem, perseverança e afetividade!

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Nós agradecemos a homenagem de V.Exa.



Documento 5/55

028.1.54.O Sessão Ordinária - CD 01/03/2011-14:24

Publ.: DCD - 02/03/2011 - 10010 EDINHO ARAÚJO-PMDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Participação do orador na sessão solene conjunta realizada ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Criação da Secretaria Especial dos Direitos e Políticas para Mulheres, durante a gestão do orador à frente da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Deputada Rose de Freitas, Sras. e Srs. Deputados, tivemos a honra de participar, pela manhã, da sessão do Congresso Nacional que prestou homenagem às mulheres, tendo em vista o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. Participei dessa solenidade em companhia da minha esposa, Maria Elza. Quero registrar que São José do Rio Preto, em São Paulo, é o único Município brasileiro a contar com uma Secretaria Especial de Direitos e Políticas para Mulheres. Essa conquista surgiu da coordenação e do movimento de mulheres, vinculados ao gabinete da vice-prefeitura, quando do meu mandato como Prefeito daquela cidade, entre 2001 e 2008. Criada em março de 2005, essa Pasta tem como foco coordenar políticas promotoras da igualdade de oportunidade, por meio de ações afirmativas.



Um dos incentivos para a criação dessa Secretaria foi o Prêmio Internacional, promovido pela Organização das Nações Unidas, que o Município recebeu em 2003 pelas "Ações Afirmativas Promotoras da Participação das Mulheres no Poder Local". O prêmio foi em reconhecimento pelo tanto que aquele governo municipal trabalhou por uma cidade democrática. Desde 2001, o movimento de mulheres, com o apoio daquela administração, elaborou e implantou projetos em busca de políticas promotoras da igualdade.

Como resultado da premiação, a cidade foi convidada a participar de eventos em Quito (Equador) e Rosário (Argentina). Ainda em 2003, o Município assinou a Declaração de Quito, pelo qual autoridades de vários países da América Latina e Caribe se comprometeram com a implantação de políticas igualitárias para homens e mulheres.

Neste momento, Sra. Presidenta, quero homenagear nossas Parlamentares, enfim, todas as mulheres, e solicitar a V.Exa. que se dê publicidade ao pronunciamento que ora faço.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Agradeço a V.Exa., Deputado Edinho Araújo, em nome de todas as Parlamentares.



Documento 6/55

028.1.54.O Sessão Ordinária - CD 01/03/2011-15:14

Publ.: DCD - 02/03/2011 - 10024 GORETE PEREIRA-PR -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Eleição da Sra. Dilma Rousseff para a Presidência da República e da Deputada Rose Freitas para a 1ª Vice-Presidência da Casa. Participação feminina em cargos de alto escalão no País. Importância do combate à violência doméstica contra a mulher. Defesa de criação de Hospitais da Mulher em Municípios com população acima de 100 mil habitantes. Promoção de medidas em prol da igualdade de gênero no País.

A SRA. GORETE PEREIRA (Bloco/PR-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os anos comemora-se nesta Casa a passagem do Dia Internacional da Mulher. Este será vivido em circunstância realmente especial: é o primeiro a transcorrer quando uma mulher ocupa a Presidência da República no Brasil e o primeiro que temos uma deputada eleita para Mesa Diretora da Câmara.

Trata-se, sem dúvida, da mais contundente manifestação do empoderamento feminino em nosso País. Ao cabo de um processo secular de emancipação e cidadania, em que não faltaram dolorosos episódios de preconceito e



discriminação, a mulher brasileira se vê hoje representada pela ocupante do mais alto cargo público da República, por decisão soberana da população.

A eleição de Dilma Rousseff apresenta esse inegável sabor. Significa o reconhecimento indiscutível do papel da mulher nos destinos nacionais, em quaisquer formas de participação.

Outra grande vitória feminina foi a eleição da Deputada Rose de Freitas para a 1ª Vice-Presidência desta Casa, resultado comemorado por todas nós, mulheres, que na Câmara dos Deputados timidamente ocupamos apenas 44 das 513 cadeiras.

Como mãe, trabalhadora e profissional, em cargos subalternos ou de chefia, na iniciativa privada ou no serviço público, a mulher brasileira tem se mostrado à altura de suas responsabilidades e chega assim aos níveis decisórios do Governo. Além da Presidente da República, da 1ª Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, de 3 Senadoras na Mesa Diretora do Senado Federal, há oito Ministras, o maior número de mulheres no primeiro escalão da administração direta na história brasileira.

Em que pese o progresso inédito nesse sentido, sabemos que ainda se vive um descompasso no Brasil. Ao tempo em que assume a Presidência, Dilma Rousseff governará um país que ainda guarda ranço sexista, em que é alto o índice de violência contra a mulher, em que não se presta atendimento específico à saúde, em que não há correspondência salarial para postos de mesma função, em que predomina a presença masculina nos cargos de maior hierarquia. É como se o País já estivesse pronto para eleger uma mulher para a Presidência, mas ainda não admitisse a paridade feminina nos ambientes doméstico e profissional mais próximos.

O que isso significa, Sr. Presidente? Significa que estamos realmente à metade do caminho, com grandes desafios a serem vencidos. Ainda há muito a ser feito em termos da verdadeira emancipação da mulher, em especial no que se refere à erradicação da violência doméstica, cujos índices são alarmantes.

De acordo com a Central de Atendimento à Mulher, houve um aumento de 128% em relação ao ano passado, haja vista o número de denúncias realizadas pelo



serviço nacional Ligue 180. Se, de um lado, os dados sinalizam um aumento saudável da própria iniciativa da denúncia, é certo que, de outro, revelam a permanência de uma mentalidade extremamente deletéria no que diz respeito ao tratamento dispensado à mulher. A instituição de delegacias especializadas e o recente advento da Lei Maria da Penha significaram avanços importantes, mas insuficientes em termos de políticas públicas realmente eficazes para a prevenção e a punição em casos de violência contra a mulher.

Quanto à participação no mercado de trabalho, permanece a luta pela igualdade de oportunidades na educação e pelo acesso igualitário a todos os postos e cargos, com paridade salarial. Deve-se prestar especial atenção à problemática da trabalhadora rural - que deve ter acesso à propriedade da terra, ao crédito, à assistência técnica e às políticas sociais - e à necessidade de ampliação de creches públicas em todas as cidades do País.

Lembre-se, a propósito, recente levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, segundo o qual, na faixa etária de 18 a 25 anos, há 3,5 milhões de brasileiros fora da escola ou do mercado de trabalho. Desse contingente, 75% são mulheres, em chocante demonstração da acentuada desigualdade de gênero em termos de acesso à profissionalização e ao mercado. Finalmente, no que se refere à saúde, verificamos uma defasagem perversa entre a oferta de serviços e a demanda populacional. De posse de informações preocupantes - como a de que, até 2015, 30 brasileiras por dia serão vítimas de câncer de mama -, temos de convir em que é absolutamente necessário investir na democratização da saúde feminina no Brasil, com garantia de atendimento especializado em todas as regiões do País. Daí nossa proposta de criação de Hospitais da Mulher nos Municípios com população acima de 100 mil habitantes, de modo a assegurar a presteza e a qualidade do atendimento à mulher de todas as faixas etárias, com ênfase na prevenção. Podemos adiantar, Sr. Presidente, que obtivemos boa recepção do próprio Ministro da Saúde quanto à iniciativa, que deverá, se concretizada, revolucionar a saúde da mulher no Brasil.

Com estas breves palavras, Sr. Presidente, condizentes com o tempo de que dispomos, não esgotamos por certo o universo temático que envolve a questão da



mulher em nosso País. Mas aproveitamos a ocasião para registrar nosso empenho em continuar nessa luta, agora com o respaldo de S.Exa. a Presidenta Dilma Rousseff. Assim, participamos, com o entusiasmo e a veemência de sempre, das mais do que justas comemorações pelo Dia Internacional da Mulher. Parabéns a todas nós.

Muito obrigada.



Documento 7/55

028.1.54.O Sessão Ordinária - CD 01/03/2011-15:14

Publ.: DCD - 02/03/2011 - 10025 ANTONIO BULHÕES-PRB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ocupação pelas mulheres de importantes cargos públicos no País. Persistência das desigualdades de gênero no Brasil. Reafirmação do compromisso de luta a favor dos direitos da mulher.

O SR. ANTONIO BULHÕES (Bloco/PRB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos às vésperas de mais um Dia
Internacional da Mulher, 8 de março.

Como se sabe, a data foi instituída em 1910, durante uma conferência na
Dinamarca, como forma de homenagear as 129 operárias que, em 8 de março de
1857, lutando por seus direitos, sucumbiram ante o arbítrio e o fogo numa fábrica
têxtil em Nova York.

Entretanto, a oficialização deu-se somente em 1975 e, a partir de então, realizam-
se, na maioria dos países, conferências, debates e reuniões cujo objetivo maior é
discutir o papel da mulher na sociedade atual e fomentar a luta por novas
conquistas.

No Brasil, não tem sido diferente. A data tem servido para comemorar as vitórias
obtidas, ao tempo em que somos chamados a lembrar a opressão e a violência



que instigaram a luta das mulheres brasileiras, lideradas por suas pares mais ousadas, entre elas a que há pouco assumiu a Presidência da República.

Aqui, nesta Nação de cultura patriarcal arraigada, onde tantos descabros aconteceram e - infelizmente - ainda acontecem, é nesta ocasião que se revigoram as disposições para os novos embates, à luz das discussões afloradas, da história rememorada, dos fatos expostos, dos números apurados e das constatações de que ainda estamos longe de conquistar uma situação de equidade entre homens e mulheres, Sra. Presidente.

Este ano, o 8 de março transcorre em momento ímpar. A eleição de uma mulher para ocupar o cargo maior da República e as nomeações de muitas mulheres para postos diversos do poder público fazem-nos vislumbrar tempo novo. Novidade que também acontece nesta Casa, Sr. Presidente, quando, pela primeira vez, uma mulher integra a Mesa Diretora.

A eleição da nobre colega Rose de Freitas para a 1ª Vice-Presidência da Câmara dos Deputados é também evidência de que a luta das mulheres brasileiras tem logrado êxito, tem realmente valido a pena.

Cada uma dessas mulheres que figuram em posição de destaque e todas as outras que se empenham na luta pela igualdade de gênero, anônimas ou não, merecem o nosso reconhecimento e a nossa homenagem. Em cada uma delas há certamente um pouco de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, Jerônima Mesquita, Bertha Lutz, Bárbara Heliodora, Carlota Pereira de Queiroz, Anita Garibaldi, Maria Quitéria, Maria da Penha, entre tantas outras que fizeram da luta de poucas a luta de muitas, contribuindo para que acontecessem as conquistas da mulher brasileira ao longo dessa história mais que secular.

Manifesto, portanto, meu regozijo, ao tempo em que cumprimento as mulheres todas e alguns homens que participaram e participam da busca por espaços para a mulher e, sobretudo, pelo respeito à condição humana de todas elas.

Lembremo-nos, entretanto, de que a luta continua. São incontáveis as desigualdades de gênero no Brasil. Cotidianamente, nos próprios lares, nas próprias comunidades, mulheres são vítimas, na maioria das vezes silenciosas e indefesas, de agressões físicas, sexuais e psicológicas de todos os tipos e



intensidade. Ou, ainda, em outros domínios sociais, de outras formas de violência mais sutis, embora não menos perversas, como a desvalorização no mercado de trabalho e o assédio sexual e moral.

De minha parte, reafirmo meu compromisso com as mulheres brasileiras, no mesmo passo em que conclamo meus pares para que façamos do tempo que se inicia o divisor da História. Que, irmanados nessa luta, tenhamos, doravante, cada vez mais o que comemorar e cada vez menos o que reivindicar.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 8/55

028.1.54.O Sessão Ordinária - CD 01/03/2011-15:14

Publ.: DCD - 02/03/2011 - 10028 LUIS TIBE-PTDOB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Combate aos preconceitos e discriminações contra as mulheres no País. Ocupação por mulheres de importantes cargos públicos no Brasil. Aumento gradativo da representatividade feminina na Casa. Saudações às mulheres brasileiras, em nome das mulheres do Estado de Minas Gerais e da Deputada Federal Rosinha da Adefal.

O SR. LUIS TIBÉ (Bloco/PTdoB-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 8 de março é uma data significativa para a defesa dos direitos das mulheres em todo o mundo. É um dia de afirmação das lutas históricas das mulheres, como também é um dia de comemoração, pois brindamos as suas conquistas e especialmente os avanços que possibilitam antever dias de mais igualdade e mais respeito à condição feminina.

Na maioria dos países, realizam-se por ocasião desta data conferências, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir e quem sabe um dia extirpar o preconceito e a desvalorização ainda imposta à mulher. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada



excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nesta história.

A mulher, aliando sua capacidade com o seu jeito singular e a sua delicadeza, soube galgar e conquistar o seu degrau na escada da vida, que inclui o seu lado profissional, familiar e pessoal. Ser forte não significa gritar para ser ouvida, se isso pode ser feito com uma voz doce e carinhosa; não precisa exigir para conseguir as coisas, se com o seu jeitinho especial pode pedir e ser atendida. A força da mulher está na persuasão.

Sras. e Srs. Deputados, em seu primeiro discurso como Presidente eleita, Dilma Rousseff afirmou que sua vitória é um exemplo para todas as mulheres e uma demonstração de avanço democrático do País. Dilma recebeu mais de 55 milhões de votos e é a primeira mulher a governar o Brasil. Mas se no Governo Federal a liderança feminina é uma novidade, em muitas outras áreas as mulheres já ocupam espaços antes dominados pelos homens. Exemplo disso são as novas Ministras de Estado que ocupam boa parte da Esplanada dos Ministérios. Aqui na Câmara dos Deputados a representação feminina vem crescendo paulatinamente. Com isso vem também se ampliando o repertório e a ousadia de suas proposições, que versam sobre temas de todas as naturezas, da educação à liberdade de imprensa.

O que cabe a nós, simples homens, é abrir espaço e deixar que elas busquem seus ideais, conquistem os mais elevados cargos, governem, eduquem, estejam sempre em níveis de destaque. Sabemos que sua força, unida ao seu equilíbrio e delicadeza, são capazes de remover montanhas e tornar o mundo melhor.

Em nome das mulheres do meu Estado, Minas Gerais, e da Deputada Federal Rosinha da Adefal, do PTdoB de Alagoas, deixo aqui minha homenagem a todas as mulheres, que vêm a cada dia dando demonstração de garra e atitude e que fazem ao nosso lado a história desse País.

Sr. Presidente, por último, gostaria de solicitar que este pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e pelo programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.



Documento 9/55

028.1.54.O Sessão Ordinária - CD 01/03/2011-15:42

Publ.: DCD - 02/03/2011 - 10033 BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Apoio às ações do Governo Dilma Rousseff a favor da erradicação da miséria no País. Compromisso de atuação parlamentar em defesa do Estado do Rio de Janeiro e das mulheres brasileiras. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Congratulações ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à Presidenta Dilma Rousseff pelo avanço de programas de inclusão social, em especial pela implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Apoio à criação do Fundo Social formado com recursos da exploração de petróleo na camada pré-sal. Apoio à política externa brasileira. Dificuldades enfrentadas pela mulher brasileira. Empenho na criação de políticas públicas de assistência integral à criança e de combate à discriminação nas relações de gênero. Ampliação dos investimentos públicos e privados no Estado do Rio de Janeiro. Transcurso do 446º aniversário de fundação do Rio de Janeiro. Importância da realização de obras de infraestrutura no Estado. Necessidade de realização das reformas política e tributária. Ampliação do Sistema Único de Saúde - SUS. Apelo aos Deputados de apoio à Frente Parlamentar em Defesa do Fundo Social do Pré-Sal. Agradecimento ao eleitorado do Estado do Rio de Janeiro pela eleição da oradora.



A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, é com muito orgulho que novamente retorno a esta tribuna, representando o Partido dos Trabalhadores e a base de apoio da Presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita para o principal cargo da República do nosso País. E, nessa posição, o meu primeiro compromisso é o de contribuir e dar apoio à política de erradicação da miséria extrema, missão básica do Governo Dilma.

É um orgulho representar o povo do Rio de Janeiro. Esperava eu esta oportunidade para homenagear o meu Estado no Grande Expediente. Tenho para com o povo fluminense, sobretudo para com sua parcela feminina, compromisso que honrarei até o último dia de meu mandato.

Mas não é apenas à mulher carioca e fluminense que me dirijo agora, quando se aproxima o Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado no próximo 8 de março, dirijo-me também a todas as mulheres do Brasil.

Na condição de mulher antes de Parlamentar e com uma história de vida semelhante à de tantas brasileiras, solidarizo-me com todas aquelas que lutam por uma existência digna, por melhores condições de subsistência e para proporcionar aos filhos melhores expectativas do que aquelas que elas mesmas puderam ter; mulheres que almejam um futuro justo, que querem ser úteis à sociedade graças a seu trabalho e a seu envolvimento com a família, com a comunidade, com o País, com o mundo ao seu redor.

Estamos passando por profunda transformação social, um processo iniciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, grande brasileiro a quem, neste momento, também quero prestar uma homenagem, assim como à nossa Presidenta, Dilma Rousseff, que dará continuidade ao seu trabalho e em bases mais avançadas. Essa transformação pode ser medida também pela elevação da autoestima do povo brasileiro. Passamos a ter orgulho de sermos brasileiros, de sermos negros e de termos oportunidades e futuro. No entanto, ainda falta muito, e, por isso, o povo elegeu a Presidenta Dilma, na certeza de que ela fará avançar e consolidar as conquistas democráticas e os programas de inclusão social.

Sra. Presidenta, o compromisso fundamental não apenas do Governo Dilma Rousseff, mas igualmente do meu partido e da base governista nesta Casa é com



a erradicação da miséria extrema no País. Nesse sentido, quero destacar o aperfeiçoamento dos programas sociais e a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

A inclusão social, marcas dos Governos Lula e Dilma, resgata uma dívida histórica com a grande maioria da população brasileira. Tal política não seria possível sem o novo modelo de desenvolvimento que, ao associar crescimento econômico com distribuição de renda, cria um vigoroso mercado interno de massas. Por isso é tão importante a defesa do pré-sal e do seu Fundo Social, merecidamente considerado como o nosso passaporte para o futuro. Essa enorme riqueza, cobiçada internacionalmente, foi descoberta e está sendo explorada no fundo do oceano, por meio de tecnologia nacional, desenvolvida pela nossa querida PETROBRAS - orgulho da Nação brasileira.

A questão social, baseada na distribuição de renda e inclusão social, constitui um dos eixos fundamentais do desenvolvimento econômico. Entre 2004 e 2009, os recursos investidos na Assistência Social cresceram 132,6%. Enquanto em 2003, 23% da população sobreviviam com um quarto do salário mínimo atual, em 2009, a rede de proteção social já tirava da pobreza 28 milhões de pessoas.

O Sr. Artur Bruno - Deputada Benedita da Silva, quando possível, V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Concedo o aparte a V.Exa. neste momento.

O Sr. Artur Bruno - Deputada Benedita da Silva, quero me congratular com V.Exa. pelo seu pronunciamento. Poucas pessoas neste País têm tanta sensibilidade, tanta história, tanto compromisso com a assistência social como V.Exa., que foi Ministra do Desenvolvimento Social. V.Exa. foi também Secretária de Estado e minha colega - fui Secretário Estadual do Ceará ao mesmo tempo em que V.Exa. era Secretária do Estado do Rio de Janeiro -, e o que V.Exa. está expressando é o pensamento da maioria do povo brasileiro. O povo brasileiro reconhece que, no Governo Lula e agora no Governo Dilma, temos uma política de distribuição de renda, temos programas sociais que efetivamente estão diminuindo drasticamente o número de pobres e de miseráveis deste País. Portanto, tenho certeza de que



V.Exa., com a experiência, com o conhecimento e com a vivência que tem no trabalho social, dará grande contribuição ao Brasil. E V.Exa. já está, junto com a Frente Parlamentar do Pré-Sal, na luta para que essa riqueza seja de fato utilizada na área social, que é prioridade do Governo Dilma. Quero somar-me a V.Exa. na luta em prol de políticas de assistência social no nosso País.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço a V.Exa. o aparte. Tenho certeza de que contarei com V.Exa. na Frente Parlamentar em Defesa do Fundo Social do Pré-Sal e na luta em defesa de políticas sociais neste País.

O Sr. Sibá Machado - Deputada Benedita da Silva, também quero parabenizar V.Exa. por tudo o que já foi dito pelo companheiro que vem lá do Ceará e acrescentar que V.Exa. foi uma brilhante Senadora da República, já governou o Estado do Rio de Janeiro e foi dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores, sendo uma liderança das mais consolidadas do Estado do Rio de Janeiro. Neste momento, ao fazer o balanço das conquistas dos dois mandatos do Presidente Lula e dos 60 dias de Governo da Presidenta Dilma Rousseff, V.Exa. demonstra, de forma profunda, que realmente temos de fazer repercutir essas conquistas e esses indicadores a que se reporta. Verificando agora o número de postos de trabalho, de empregos com carteira assinada no Brasil, constatamos que, neste bimestre, já são 152 mil os empregos gerados. Fala-se em corte orçamentário, mas estamos promovendo equilíbrio fiscal. O País não vai parar, o País precisa andar. Como disseram alguns, o Brasil é como aquele navio transatlântico que, uma vez que adquire velocidade, mesmo que puxem todos os freios, ainda assim, continuará andando. Então, parabenizo V.Exa. pelo brilhante pronunciamento e espero, naquilo que for possível, poder associar-me às bandeiras que V.Exa. tem defendido nesta Casa. Como todos dizem, o Rio de Janeiro é abençoado por Deus, e o pré-sal é mais uma riqueza que poderá colaborar para a superação definitiva do analfabetismo no País, das desigualdades tão profundas que vivemos por tantos anos. Que nesta década, esta Casa possa brindar o crescimento do Brasil, porque esse é um dos países que mais crescerá na economia mundial. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço a V.Exa. o aparte.



Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, a desnutrição infantil diminuiu 62%, caindo de 12,5% em 2003 para 4,8% em 2008, ficando próxima de ser extinta em 2010.

Segundo estudo do IPEA, cada real investido pelo Governo no Programa Bolsa Família se reverte em 1 real e 44 centavos no PIB e em 1 real e 82 centavos na renda das famílias beneficiadas. Portanto, gasto social é investimento, não desperdício. Isso, sim, representa a ampliação real da democracia, com os seus direitos e conquistas alcançando as camadas mais profundas da pirâmide social.

Sras. e Srs. Deputados, hoje o Brasil é um país respeitado no mundo. A sua política externa reflete as transformações internas e estabelece novas pontes que buscam estabelecer relações comerciais e econômicas mais justas entre os países. Somos parte do chamado BRIC, bloco formado, além de nós, pela Rússia, Índia e China, estreitamos nossas relações com a África e aprofundamos a integração da América do Sul, fortalecendo em primeiro lugar o MERCOSUL. Seguindo a tradição de nossa política externa de defesa da paz, dos direitos humanos e das relações multilaterais, estaremos sempre onde lá estiverem nossos interesses estratégicos. Sem abandonarmos nossas relações com os países desenvolvidos, ampliamos e aprofundamos as relações com os países emergentes e subdesenvolvidos.

O caminho do Brasil potência passa por uma América Latina integrada, uma África sem fome e em crescimento e um ambiente internacional pacífico. E esta Casa, Sra. Presidenta, tem muito com o que contribuir para o fortalecimento de nossa política externa independente e multilateral.

A eleição da primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil colocou em destaque a questão da igualdade de gênero - e sempre estive entre aqueles que defendem o enfrentamento à violência contra as mulheres.

De fato, hábitos sedimentares de nossa cultura predominantemente masculina ainda passam ao largo de muitas das dificuldades que enfrenta a mulher brasileira, mal compreendida em sua essência feminina.

Para ficar no âmbito do mercado de trabalho, lembro que desde o momento em que busca um emprego, a mulher sofre restrições, inclusive no tocante a salários,



e, se admitida, continua cerceada em suas aspirações de desenvolvimento e ascensão. À falta de políticas públicas de integral assistência à criança, essa mulher, ao tentar conciliar a já difícil realização profissional com o desejo sagrado da maternidade, vê-se entre dois mundos quase inconciliáveis na prática cotidiana.

O Sr. Antonio Brito - Peço a V.Exa. um aparte, Deputada.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Concedo o aparte a V.Exa.

O Sr. Antonio Brito - Exma. Deputada, registro o trabalho feito por V.Exa. quando Ministra da Secretaria de Assistência e Promoção Social do Brasil. Na implementação da Lei Orgânica do SUAS, por ocasião da IV Conferência, estivemos juntos, V.Exa., Ministra, e eu, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Hoje, a Presidenta Dilma Rousseff, primeira Presidenta do Brasil, está na Bahia, anunciando o aumento do Bolsa Família, que foi unificado no período em que V.Exa. era Ministra. Esse registro histórico é importante para constarmos o trabalho desenvolvido por V.Exa. em prol da assistência social deste País.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço a V.Exa. o aparte. Honra-me saber que V.Exa. acompanhou o meu trabalho no Ministério na época em que estava na Presidência do Conselho.

Sras. e Srs. Deputados, não bastante tudo isso, a violência, assim como a exploração infanto-juvenil, continua presente em muitos lares e no submundo urbano Brasil afora, realimentando a permanente submissão da mulher a ditames e valores predominantemente masculinos. As estatísticas continuam assustadoras. Não falo apenas, nobres colegas, do que sei pela evidência dos números, falo do que vejo, falo do que me chega ao conhecimento, falo principalmente do que sempre assisti nas comunidades carentes onde morei, embora não ignore que o fenômeno não é "privilégio" - entre aspas - de mulheres pobres. Também aquelas pertencentes às classes mais abastadas são vítimas da perversidade de pais, maridos, irmãos e até estranhos, que se julgam no direito de lhes decretar vida ou morte.



Mais comuns do que se imagina são situações em que a mulher é maltratada, espancada e violentada, ou em que testemunha filhas, não raro muito pequenas e absolutamente indefesas, serem seviciadas dentro da própria casa e, mesmo assim, por medo, subalterna diante das piores ameaças, não apenas se cala, mas, muitas vezes, se imola, oferece-se em holocausto, num círculo que jamais se interrompe.

Poucas têm condições de repetir o que fez, por exemplo, Maria da Penha Maia, cujo gesto de bravura e determinação levou à criação da Lei Contra a Violência Doméstica e Familiar. A chamada Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2007 pelo Presidente Lula, que, na ocasião, disse: "Essa mulher renasceu das cinzas para se transformar em um símbolo da luta contra a violência doméstica em nossos País".

Outra questão com que tenho compromisso público, Sra. Presidenta, é a da igualdade racial, campo em que também muito avançamos no Governo Lula - e destaco o Estatuto da Igualdade Racial e a vitoriosa política de cotas nas universidades públicas. Ainda temos, porém, muito a navegar. As desigualdades em relação à população negra são históricas e não serão eliminadas em um só governo, é necessário todo um período de políticas afirmativas continuadas. Dessa forma, nesta Casa, quero contribuir de forma permanente para a diminuição das desigualdades enfrentadas pela população negra e para o fortalecimento de nossa cultura e organização.

O tema dos direitos humanos é também uma área em que sempre atuei. Não abro mão dele e da parceria com o Governo Federal.

O meu querido Rio de Janeiro, que foi abandonado por muitos anos e praticamente ficou a reboque do desenvolvimento nacional, a partir dos Governo Lula e Sérgio Cabral, transformou-se num dos Estados com mais investimentos e oportunidades do País - foi registrado um movimento de 155 bilhões de reais de investimentos públicos e privados.

Merece destaque a recuperação da indústria naval, que, embora tradicional no Estado, estava sucateada. Hoje, revigorada e geradora de empregos qualificados,



a indústria naval retoma o seu lugar na economia do Rio de Janeiro e se coloca diante de novos desafios e demandas para o seu contínuo crescimento.

Contudo, em meio a tantas realizações e esperanças, na Região Serrana, polo turístico do Estado, fomos atingidos por uma tragédia provocada pelas chuvas. Felizmente, o Governo da Presidenta Dilma já tomou a decisão de investir no sistema nacional de prevenção e no fortalecimento da Defesa Civil dos Estados e Municípios. O Governo do Rio de Janeiro também foi rápido em socorrer Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, os principais Municípios atingidos.

Posso dizer que foi indescritível o sofrimento dos moradores e a destruição naquelas cidades. E sabemos todos que é necessário frear e controlar o crescimento desordenado nas cidades; construir moradias para as populações das áreas de risco; fazer a recuperação ambiental dos morros e margens dos rios; organizar a população para se defender preventivamente.

Esta Casa, Sra. Presidenta, tem o dever, como integrante de um dos Poderes da República, de cobrar, fiscalizar e contribuir para a construção de um sistema de prevenção de tragédias eficiente em nosso País, mas também apoiar iniciativas emergenciais que fujam ao controle de qualquer vontade política.

Os investimentos do PAC, como o do Complexo Petroquímico de Itaboraí - COMPERJ e o Arco Metropolitano, que liga Itaboraí ao Porto de Sepetiba, atravessando grande parte da Baixada Fluminense, são obras de grande impacto para o desenvolvimento do Estado e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Vemos também nessas grandes obras o respeito que se tem com a questão ambiental. Aliás, o desenvolvimento sustentável é um compromisso explícito do Governo Federal, e o Parlamento e a sociedade precisam estar cada vez mais conscientes de sua inevitabilidade, pois não há outra alternativa para o Planeta. O Brasil tem de fazer a sua parte e continuar lutando na arena internacional pela defesa do clima, do controle ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Outra questão de interesse vital para a sociedade brasileira que quero levantar aqui é a da segurança pública. O Governo do meu Estado vem mostrando, com as UPPs - Unidades de Polícia Pacificadora, que é possível libertar a população do domínio do tráfico armado e implantar serviços públicos nessas áreas. A ocupação



policial planejada, seguida da ocupação social e da melhoria urbana, é uma medida indispensável para se promover a integração das comunidades.

Além disso, temos as obras PAC em grandes favelas do Rio mostrando a vontade política dos Governos Federal e Estadual de investir na inclusão dos setores carentes da sociedade. As UPPs podem ser um modelo para a segurança pública dos Estados que enfrentam problemas semelhantes.

O Rio de Janeiro avançou também em outros aspectos da inclusão social. Estendemos a Rede de Proteção Social Básica, feita pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, a todos os Municípios do Estado e elevamos o número de beneficiários do Programa Bolsa Família de 447.630 para 641.680 famílias, um crescimento de 43%.

Em relação aos jovens, outra grande preocupação tanto do Governo Federal quanto do Governo do Estado, merecem destaque as políticas públicas para a juventude. Além dos programas federais, como o PROJOVEM, há os Centros de Referência da Juventude, que promovem qualificação profissional, esporte, cultura e lazer.

Nas áreas fundamentais da saúde e da educação, que representam sempre grandes desafios, estaremos dando todo o nosso apoio e contribuição no sentido de melhorar cada vez mais o acesso e o atendimento às populações carentes.

Sra. Presidenta, quero ainda lembrar a esta Casa que a minha cidade do Rio de Janeiro comemora hoje 446 anos de fundação. O grau de investimento que a cidade do Rio de Janeiro recebeu de agências de classificação de risco, no final do ano passado, foi um presente de aniversário antecipado. O Rio está hoje no mapa global como importante centro financeiro e de negócios, abrindo suas portas para a chegada de novos investidores estrangeiros.

O Rio vive importante momento na articulação política e na união dos Governos. As três esferas administrativas - municipal, estadual e federal - estão juntas pela primeira vez na história, e isso tem gerado resultados eficientes na redução da pobreza, na habitação popular, na saúde e na segurança pública.

Além disso, o Rio vai sediar a final da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A propósito, ressalto a importância dos investimentos em infraestrutura,



lembrando que o Rio tem e sempre terá grande responsabilidade na imagem que o País projeta para o exterior. Por isso, nobres colegas, este não é apenas mais um aniversário de uma cidade. É o aniversário de um dos símbolos da nossa brasilidade.

Sra. Presidenta, é com satisfação que vejo o nosso País passar por tantas transformações que beneficiam os que sempre foram colocados à margem de tudo. E minha satisfação é ainda maior quando vejo que o meu Estado está totalmente integrado e identificado com essa política nacional. A redução da concentração de renda, a inclusão social e a ampliação da cidadania são fatores essenciais do fortalecimento da Nação brasileira e de sua projeção no mundo.

Isso tudo engrandece não apenas o Executivo, mas também os demais Poderes da República, elevando a nossa responsabilidade pública. O fortalecimento do regime democrático e a sua contínua ampliação, com a crescente participação da sociedade nas conferências nacionais e no diálogo com os movimentos sociais, representam conquistas da cidadania.

A minha vida pública é fruto dessa luta, e é pela ampliação e aprofundamento da democracia social que continuo desempenhando a função pública.

Por tudo isso, dou parabéns ao Governador Sérgio Cabral, ao ex-Presidente Lula e, agora, à Presidenta Dilma, que está abraçando o meu Estado e a minha cidade. Parabenizo também a Capital do Estado e o Prefeito Eduardo Paes, que está realizando um excelente trabalho.

De igual forma, ressalto que precisamos cada vez mais olhar para a discriminação e o preconceito de gênero que ainda predominam nas nossas relações.

Aproxima-se o Dia Internacional da Mulher, data em que não apenas comemoraremos avanços significativos, mas vamos também apresentar novas proposições a esta Casa, para reconquistarmos direitos que foram tirados de nós, mulheres, e conquistarmos outros.

A reforma política é importante para as mulheres, assim como é importante para o País. O mesmo ocorre em relação à reforma tributária - e dela não abrimos mão - e ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de



Assistência Social, com o qual e estarmos de braços dados na promoção de políticas públicas de inclusão de gênero.

Precisamos olhar com mais atenção a saúde da mulher neste País, porque muitas de nós ainda morrem de câncer de útero e de câncer de mama. Não é mais possível convivermos com essa situação.

Ainda temos, principalmente entre nós, mulheres negras, incontáveis casos de elevado grau hipertensivo. Quanto à chamada obesidade mórbida, há poucos hospitais que nos oferecem tratamento, e queremos que o SUS faça esse atendimento.

Teria ainda muitas outras questões a abordar nesta tarde, infelizmente, o tempo não me permitirá fazê-lo, mas espero, nestes quatro anos de mandato, ocupar esta tribuna reiteradas vezes.

Para concluir, então, peço aos companheiros e companheiras que assinem o pedido de criação da Frente Parlamentar do Fundo Social do Pré-Sal, que estou promovendo nesta Casa juntamente com outros pares.

A Presidenta Dilma estabeleceu como prioridade para a utilização desses recursos a saúde, a educação e o combate à miséria em nosso País, e conto com a assinatura dos nobres colegas para que possamos nos somar nesta Casa e garantir a seguridade social ao povo brasileiro. Esse é o meu desejo.

Mais uma vez, obrigada, meu Estado do Rio de Janeiro, pelos 71.036 votos que recebi. Depois de alguns anos distante desta Casa, retorno para cumprir o meu papel e o meu dever com o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, e com o povo fluminense.

Agradeço a Deus, sabendo que, sem a obra, a fé é morta. E tenho a minha fé, minha esperança e a minha expectativa de que esta Casa marchará cada vez mais, independentemente das siglas partidárias, para que este País continue crescendo.

Feliz é a nação cujo deus é o Senhor!

Espero que Deus abençoe cada vez mais a querida Nação brasileira.

Muito obrigada.



Documento 10/55

028.1.54.O Sessão Ordinária - CD 01/03/2011-16:50

Publ.: DCD - 02/03/2011 - 10047 MARCON-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização, pela Via Campesina, de mobilizações por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Necessidade de realização de debates sobre a proposta de reformulação do Código Florestal Brasileiro e de aposentadoria para donas de casa.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, iniciam-se hoje as grandes mobilizações em comemoração ao Dia Internacional da Mulher - mobilizações para comemorar as vitórias e discutir as pautas.

O movimento Via Campesina, que tem mais de 5 mil mulheres mobilizadas em vários Estados, vem discutindo, além da pauta tradicional, a questão do novo Código Florestal. E esse é um debate que a sociedade tem de enfrentar, porque aquilo que hoje é consenso para alguns não serve para a sociedade gaúcha.

Precisamos defender o meio ambiente, precisamos produzir sem agredir a natureza, precisamos manter um meio ambiente em que as pessoas possam viver bem, mas também sobreviver, e em que não mais aconteça o que está ocorrendo, por exemplo, no Rio Grande do Sul: numa ponta do Estado, enchentes, enxurradas; na outra, seca há mais de cinco meses.



Que as mobilizações da Via Campesina no Dia Internacional da Mulher levem em conta esse debate. A esse respeito, é preciso dizer que não podemos votar o projeto imediatamente, sem maiores discussões.

Outro tema a ser posto na pauta de debate, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é a aposentadoria da dona de casa. Gostaria muito que, no Dia Internacional da Mulher do próximo ano, pudéssemos comemorar a aprovação dessa proposta, que, se for colocada em prática, beneficiará enormemente a categoria de mais baixa renda, a mulher desempregada, a mulher que não teve condições de ter carteira assinada, porque precisou cuidar da família ou mesmo de algum familiar doente.

Depende deste Plenário acrescentar às comemorações do Dia Internacional da Mulher mais essa vitória.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



Documento 11/55

028.1.54.O Sessão Ordinária - CD 01/03/2011-17:02

Publ.: DCD - 02/03/2011 - 10089 ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Correção dos valores de aposentadorias e pensões abaixo dos índices inflacionários. Defesa de inclusão na pauta de proposições de relevante interesse da população brasileira. Expectativa de apoio das centrais sindicais à luta dos aposentados e pensionistas, especialmente no tocante à extinção do fator previdenciário. Solicitação à Presidenta Dilma Rousseff de cumprimento da determinação judicial de pagamento de diferenças devidas a aposentados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, na pessoa de V.Exa., cumprimento todas as mulheres pelo seu dia. Talvez o dia 8 de março não seja uma data muito apropriada para essa comemoração, porque este ano será na terça-feira de carnaval.

Cumprimento todas as mulheres, todas as aposentadas, todas as pensionistas. Cumprimento minha mãe, que completa 86 anos este ano, minha mulher, minhas filhas, minhas netas.

Tenho certeza de que a homenagem que podemos prestar às mulheres é muito pequena, diante de tudo que representam para nós.



Portanto, na pessoa da Presidente Rose de Freitas, quero cumprimentar todas as mulheres.

Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para registrar a nossa luta em defesa dos aposentados e pensionistas. Em razão de o salário mínimo ter ficado em 545 reais e de não ter havido a possibilidade de ser votada a emenda que ampliava o valor do percentual, a eles foram atribuídos apenas 6,41%, quando a inflação é de 6,47%.

Registro também a luta para votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, que representa a grande esperança de todos os policiais da área de segurança pública do País; da PEC 270, que garante integralidade e paridade para os aposentados por invalidez; da PEC 534, das guardas municipais; da PEC 549, que garante carreira jurídica aos delegados de polícia (há uma grande expectativa); da PEC 308, que garante poder de polícia aos agentes penitenciários (há uma grande expectativa de todos eles); do Projeto de Lei nº 2.295, que garante as 30 horas semanais para o pessoal da área de saúde.

Também vamos lutar pela votação do Projeto de Lei nº 3.299, que garante o fim do fator previdenciário, um grande prejuízo para todos aqueles que se aposentam por tempo de contribuição. Há uma perda de aproximadamente 40% para o trabalhador homem e de 50% para a trabalhadora mulher, que hoje queremos homenagear.

Lutaremos, ainda, pela votação do Projeto de Lei nº 4.434, que trata da recomposição das perdas salariais de aposentados e pensionistas. Daqui a pouco, muitos deles acabarão sucumbindo e não terão o direito de receber aquilo que, sem dúvida nenhuma, é uma perda acumulada expressiva. Por isso a nossa luta.

Espero que as centrais sindicais associem-se a essa luta. Todos aqueles que são aposentados foram trabalhadores da ativa e devem também ter a parcela de apoio das centrais sindicais. Aliás, elas devem somar-se a essa luta pela derrubada do fator previdenciário, que é uma verdadeira excrescência.

Cobramos da Presidente Dilma respeito à decisão do Supremo Tribunal Federal relativa àqueles aposentados que alcançaram o teto e que perderam muito



dinheiro. Agora a Presidente quer cortar, mas não poderá fazê-lo por se tratar de decisão judicial.

Obrigado, Presidente.

Parabéns, Deputada Rose de Freitas e todas as mulheres do Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Em nome da bancada feminina, esta Presidência agradece a V.Exa. as palavras de consideração pela luta das mulheres. Cumprimento V.Exa. pela menção que faz à sua mãe.



Documento 12/55

028.1.54.O Sessão Ordinária - CD 01/03/2011-17:02

Publ.: DCD - 02/03/2011 - 10126 LUCIANO MOREIRA-PMDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Participação do orador na sessão solene conjunta em homenagem à mulher. Saudações às mulheres brasileiras, em especial as Parlamentares. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Oportunidade de resgate de dívidas históricas para com as mulheres do Brasil.

O SR. LUCIANO MOREIRA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã, participamos da sessão conjunta do Congresso Nacional em homenagem às mulheres. O dia 8 de março neste ano cairá na próxima segunda-feira, o que impossibilitará que as homenagens sejam prestadas nessa data. Registro, portanto, minha homenagem a todas as mulheres do Brasil. Em especial, quero saudar carinhosamente as queridas colegas Deputadas.

O mundo celebra com muita alegria o mês internacional da mulher e várias importantes conquistas na maioria das culturas, povos e países. Mas ela ainda luta por igualdade de direitos remanescentes não respeitados integralmente em lugares onde trevas ainda reinam.

Nada justifica, nenhuma tolerância é devida a qualquer ato violento contra a mulher. Toda a força da lei e da consciência moral da sociedade tem de ser



aplicada a quem não respeita a condição feminina. Temos de lutar sempre com toda a nossa energia para abolir o preconceito contra qualquer mulher, porque atinge toda pessoa, a humanidade.

A origem dessa comemoração, associada a brutais atos de violência contra 129 operárias nova-iorquinas, é mancha do passado que temos a obrigação de tornar cada vez mais distante e pálida. Foi na fábrica que a luta feminina teve seu mais importante marco referencial histórico de nascença.

Felizmente, hoje, avanços se alastram na sociedade, mas todos sabemos como é impositivo estar atento, alerta e vigilante em todo lugar, nos escritórios, nas ruas, na escola, em casa, para assegurar a trajetória ascendente das conquistas femininas.

Que sábia decisão teve a Organização das Nações Unidas, em 1975, ao reconhecer 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

No Brasil, a condição feminina vem sendo cada vez mais reverenciada positiva e respeitosa na vida cotidiana. Sinto-me privilegiado de viver neste tempo memorável, em que a maioria dos meus contemporâneos elegeu a primeira mulher Presidenta do País. O voto soberano e a voz das urnas são as mais eloquentes provas da confiança da Nação na capacidade de realização da mulher brasileira. É uma homenagem à maturidade democrática do País, é histórico ser comandado pela primeira vez por uma mulher. A Presidenta Dilma - vitoriosa em todos os Municípios maranhenses - é o coroamento desse processo que orgulha a nação.

Tenho incontida alegria de ver meu querido Maranhão mais uma vez sob comando feminino. Sei que a Governadora Roseana honra a vontade política dos eleitores, sabe ser a líder de todos os maranhenses.

Sei de quanta importância têm as mulheres. A elas devo muito do sucesso da minha campanha, nos bairros de São Luís, nas cidades onde influenciam comunidades, famílias inteiras. Algumas exercem mandatos, e muitas estão no anonimato.

Aqui mesmo, nesta Casa do povo, nossa querida Deputada Rose de Freitas, pioneira na Mesa Diretora, orgulha meu partido como 1ª Vice-Presidente. Ela é a



síntese do belo percurso que teve início em 24 de fevereiro de 1932, com o sagrado direito do voto para a mulher brasileira.

No Brasil de todos os tempos, professoras formam gerações, que devem a elas o caráter, a simpatia e a cordialidade que o mundo respeita. Hoje, mulheres são a maioria da população, sentam na maior parte dos bancos universitários, estão no mercado de trabalho, são empresárias, ocupam cada vez mais posições estratégicas. Com orgulho, vejo isso na minha própria casa.

Neste tempo de comemorações do dia e do mês da mulher, temos muito a celebrar. Mas ainda temos obstáculos a superar, sonhos a realizar. E nossa geração tem, todos os dias, a oportunidade de resgatar dívidas históricas, de lutar para que mulheres sejam tratadas com dignidade, para que o Brasil cresça, seja mais justo.

Sr. Presidente, nobres Deputados, queridas colegas Deputadas, nossas antepassadas, avós e mães têm seus olhos em nós, esperam que no presente usemos nossa consciência, força e coragem - principalmente nestas tribunas, nas escolhas, nas prioridades, nas votações - para garantir futuro digno, o que nossas irmãs, esposas, filhas e netas merecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 13/55

029.1.54.O Sessão Ordinária - CD 02/03/2011-15:30

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10426 JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Realização da exposição 5 anos da Lei Maria da Penha - os avanços legislativos em defesa da mulher, por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação da oradora em reunião do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS - UNAIDS, destinada ao debate da incidência da doença na população feminina. Transcurso do 446º aniversário de fundação do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, agradeço a V.Exa. e confesso que, às vezes, fico um pouco angustiada, porque quem chega bem cedo para se inscrever fala geralmente por último na Casa. Isso já acontece há muitos anos, o que é muito ruim. A cada hora se concede a palavra para discursos de 1 minuto, discursos por escrito, etc., e vamos ficando no final da fila.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, preocupo-me em fazer este registro porque já se iniciou o mês de março e, ontem, a cidade do Rio de Janeiro completou 446 anos. A minha preocupação hoje é agregar a esta comemoração uma outra, que também quero deixar registrada: a abertura nesta Casa da exposição 5 anos da



Lei Maria da Penha, que marca o mês de março, assim como o Dia Internacional da Mulher, que cairá numa terça-feira de carnaval, portanto não teremos sessão desta Casa antes desse dia.

Eu gostaria de recuperar, a partir da discussão da Lei Maria da Penha, duas questões que considero muito importantes. A primeira é que a Lei Maria da Penha - para quem não sabe, digo que fui Relatora da lei, portanto tenho a minha assinatura em seu texto - é um dos orgulhos da minha vida parlamentar, porque não foi feita a partir de uma discussão em um gabinete, mas a partir de um circuito nacional que realizamos. Coletamos da população deste País inteiro as especificidades culturais, as desigualdades de resposta institucional e informações sobre as dificuldades das mulheres e dos seus filhos, filhos de lares violentos, na realidade brasileira.

Além disso, inovamos numa série de direitos e benefícios, e posso garantir aos senhores que a Lei Maria da Penha, depois de tanto estudo e trabalho, é absolutamente constitucional. Assim é vista pela grande maioria do Poder Judiciário e pelo Congresso Nacional, tendo sido aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado da República. Lamento o fato de alguns juízes, por visão ideológica cultural diferenciada, tentarem desqualificar a Lei Maria da Penha.

Proponho a esta Casa que fique atenta, pois a violência contra a mulher não é apenas agressão física. Estamos discutindo vários tipos de violência, que muitas vezes não são percebidas conceitualmente: sequestro de bens, perseguição, assédio moral. A própria violência sexual é hoje um dos fatores de crescimento dos casos de AIDS entre mulheres e meninas, não apenas no Brasil, mas também no contexto internacional.

Acabo de chegar de uma missão oficial, por esta Casa. Participei de reunião da UNAIDS, que tratou da temática da feminização da AIDS, pois crescem os casos da incidência da doença em mulheres e meninas. É impressionante o estigma que se cria em torno dessas mulheres, não apenas pela falta de informação, pela falta de acesso, pela falta de tratamento. Em muitos países, elas são obrigadas a abortar e a submeterem-se à esterilização, sob a alegação de serem, em tese,



potencialmente transmissoras do vírus HIV. Não menos que 56 países no mundo tentam elaborar leis que criminalizam mulheres com HIV/AIDS, pelo potencial de transmissão vertical, para os filhos, em caso de gestação.

Essa é, enfim, a realidade que a ONU tenta enfrentar. A Presidenta Dilma confirmou presença na Assembleia Geral da ONU que tratará do tema, em junho, porque o Brasil é referência no enfrentamento da questão da AIDS em mulheres.

Espero que todos possamos contribuir para uma agenda estratégica, uma agenda que enfrente essa epidemia, que enfrente esse grau de discriminação e marginalização. Espero que possamos, de fato, ser a Nação que dará ao mundo o exemplo de como tratar todas as mulheres sem preconceito e sem estigmas, não apenas em casos amplos de violência, mas também nos casos em que elas são contaminadas de AIDS por seus próprios companheiros ou por outra via, devido à desinformação.

É importante que esta Casa tenha a iniciativa de tratar deste tema. É importante também comemorarmos. No mês de março, haverá várias comemorações pelo transcurso de cinco anos de implantação da Lei Maria da Penha, uma lei que pegou, apesar de necessitar de cumprimento mais efetivo no Brasil. E é importante que, ao mesmo tempo, enfrentemos todos os problemas que envolvem as mulheres e as meninas brasileiras.

Passo agora a tratar de outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A beleza internacionalmente conhecida da Zona Sul do Rio se expressa nas reservas naturais e na arquitetura das Zonas Norte e Oeste, como também no forte cheiro da história política e civilizatória que sentimos no centro da cidade, onde revivemos parte importante da história do Brasil. Nenhuma dessas características e prazeres podem esconder o que não é belo em razão do abandono provocado pelos seguidos dirigentes.

Podemos hoje, no entanto, comemorar, porque o carioca resgatou seu sentimento de autoestima. Projetos são desenvolvidos na perspectiva da cultura de paz e na permanente lembrança de que a cidade é corpo único e o seu povo é detentor dos mesmos direitos.



Sediar os jogos olímpicos, a Copa do Mundo e outros eventos importantes vêm reforçar o sentimento de que o amor pela cidade e a expectativa sobre seu potencial são universais. E nós, que vivemos nela, sabemos que o seu potencial será medido pela qualidade de vida do seu povo, pelo acesso dele aos bens fundamentais, ao conhecimento e à convivência no espaço público: a verdadeira vocação carioca.

O aniversário de 446 anos da cidade nos remete à colônia, ao Império, à Proclamação da República, ao avanço democrático conquistado com coragem e união, às mudanças urbanas, às discriminações, às iniquidades e suas superações com lutas árduas e permanentes, à música, à diversidade cultural, religiosa, ao desenvolvimento.

E todos somos responsáveis pelo Rio, por suas relações com o restante do Brasil, pela alegria que, apesar de tudo, marca o estado de espírito do povo carioca.

Parabéns, Rio de Janeiro!

Muito obrigada, Sr. Presidente. Um grande abraço.



Documento 14/55

029.1.54.O Sessão Ordinária - CD 02/03/2011-15:40

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10429 ASSIS MELO-PCDOB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras, em nome da mãe do orador, Maria Cândida. Homenagem à memória das Sras. Anita Garibaldi e de Ester Troian Benvenuti. Participação da mulher no Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Reconhecimento da luta do movimento feminista. Eleição de Dilma Rousseff para a Presidência da República. Participação feminina na política. Concessão à Sra. Liége Rocha do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 515, de 2010, sobre a ampliação do período da licença-maternidade.

O SR. ASSIS MELO (Bloco/PCdoB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos próximos de uma data importante para as mulheres de todo o Brasil e do mundo, o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Para me somar à luta iniciada no chão da fábrica em que as operárias da indústria têxtil de Nova Iorque foram brutalmente reprimidas em 1875, e protagonizaram uma das mais importantes greves da história mundial, usarei a palavra nesta tribuna.



Presto homenagem às mulheres brasileiras em nome da minha mãe, Maria Cândida, exemplo de mulher batalhadora, que criou seus filhos, no interior do Rio Grande do Sul, com muita luta e dedicação.

Entre tantas combatentes da liberdade que relembramos nesta data, quero registrar a extraordinária figura de Ana Maria de Jesus Ribeiro, que entrou para a história com o nome de Anita Garibaldi.

Nascida em 30 de agosto de 1821, Anita destaca-se entre tantas heroínas que pontuam a participação das mulheres brasileiras na construção desta grande Nação. Ela desafiou todos os padrões impostos às mulheres no século XIX, e passou a viver e lutar ao lado do grande amor de sua vida, o italiano Giuseppe Garibaldi, líder republicano da unificação italiana, convidado pelos gaúchos a participar da epopeia brasileira conhecida como Guerra dos Farrapos.

Registro também o nome de Ester Troian Benvenuti, que, em 1959, tornou-se a primeira Vereadora eleita para a Câmara Municipal de Caxias do Sul. Em homenagem a sua data natalícia, a população caxiense comemora a cada dia 11 de maio, desde 1984, o Dia Municipal das Mulheres, ocasião em que, em solenidade pública, é concedida a Medalha Monumento Nacional ao Imigrante às mulheres que se destacam e contribuem para a construção da identidade municipal.

Quero destacar a presença feminina no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, onde 5 combativas e qualificadas companheiras compõem o Secretariado do Governador Tarso Genro. São elas Abigail Pereira, Jussara Cony, Márcia Santana, Stela Farias e Vera Spolidoro, sendo que as duas primeiras são militantes e dirigentes do PCdoB.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é notório que a realidade da mulher mudou bastante no último século. Essa mudança foi protagonizada pela luta cotidiana e incansável de milhares de mulheres. Entretanto, mesmo com os avanços obtidos recentemente, muitas daquelas lutas são ainda atuais e inspiram o movimento feminista e aqueles que lutam, assim como eu, pela emancipação feminina.



Não tenho dúvida de que uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas mulheres deve-se a extenuantes jornadas de trabalho a que são submetidas. As mulheres são sobrecarregadas com o acúmulo de jornadas que, em alguns casos, chegam a ser tripla. Fora a jornada no mercado de trabalho, elas acumulam as atividades da casa e o cuidado com os filhos, o que dificulta sua ascensão funcional e sua maior participação na vida política do País.

Quanto à remuneração salarial, a mulher também enfrenta uma situação discriminatória no mercado de trabalho. De acordo com pesquisa realizada pela Medida de Participação Segundo Gênero (MPG), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o rendimento feminino no Brasil é em média 56% menor do que o masculino. Para exemplificar podemos dizer que, enquanto os homens recebem R\$1 mil reais, na mesma função as mulheres recebem apenas R\$560 reais.

Tenho certeza de que, com a valorização do trabalho feminino, as desigualdades sociais diminuem. Fica claro que uma melhor remuneração para a mulher influencia positivamente no desenvolvimento econômico do nosso País.

A participação feminina na política brasileira ganhou fôlego com a eleição da primeira mulher para a Presidência da República. A vitória de Dilma Rousseff significou, para o movimento feminista brasileiro, a ampliação efetiva da presença das mulheres no poder.

Porém, mesmo alcançando o posto mais alto da política do País, a proporcionalidade das mulheres no Parlamento ainda está muito aquém. Estamos entre os países com a menor participação da mulher na política. Para se ter ideia, nesta Casa, apenas 45 das 513 cadeiras é ocupada por mulheres.

O reflexo dessa pouca representatividade feminina no Congresso Nacional se dá no ranking mundial, que mede a presença das mulheres em cargos eletivos, em que ocupamos a 111ª posição. Dados do Prof. José Eustáquio Diniz, Mestre em Estudo Populacional da Escola Nacional de Ciências Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, demonstram que países como a Argentina, África do Sul e Ruanda possuem mais mulheres no parlamento que o Brasil.



Lembro aqui, Sr. Presidente, que a bancada do PCdoB possui a maior representação feminina nos partidos que compõem o atual Parlamento brasileiro. Elas representam 40% da nossa bancada na Câmara dos Deputados e 50% no Senado Federal. Entre elas está a minha companheira de bancada, a Deputada Manuela d'Ávila, que orgulha a todos comunistas por sua atuação precisa na defesa do País e da juventude.

Na estrutura partidária do PCdoB há, no mínimo, 30% de mulheres em todos os níveis de direção. As mulheres comunistas demonstram na prática que uma nova sociedade deve compreender a necessária e importante presença das mulheres em sua construção, seja nas ruas, seja no Parlamento.

Em nossas fileiras encontra-se ainda a camarada Liége Rocha, uma das agraciadas hoje pelo Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, do Senado Federal. Liége integra o Comitê Central do PCdoB, onde é responsável pela Secretaria da Mulher e pela Federação Democrática Internacional de Mulheres. Militante feminista, ela ainda compõe a Executiva Nacional da União Brasileira de Mulheres - UBM e a diretoria da revista Presença da Mulher.

Para finalizar, gostaria de fazer um chamamento a todos e a todas para que este Parlamento aprove, ainda este ano, a proposta de emenda à Constituição que amplia o período da licença-maternidade para 180 dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

Os benefícios nutricionais e imunológicos do aleitamento materno são cientificamente comprovados por estudos iniciados na década de 80. Alimento ideal durante os primeiros meses de vida, o leite materno ajuda no crescimento e desenvolvimento do bebê, diminuindo a incidência de diversas doenças.

Nesse sentido, informo que já apresentei requerimento para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 515, de 2010, seja colocada na Ordem do Dia e para isso conto com o apoio dos meus pares.

Era o que queria registrar.

Muito obrigado.



Documento 15/55

029.1.54.O Sessão Ordinária - CD 02/03/2011-15:40

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10432 EDUARDO DA FONTE-PP -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Participação das mulheres em importantes cargos públicos no País. Combate às discriminações e à violência contra a mulher no Brasil. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras, em especial à mãe do orador.

O SR. EDUARDO DA FONTE (PP-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos num momento especial. Pela primeira vez, temos uma mulher na Mesa Diretora da Câmara. Pela primeira vez, o Brasil tem no comando uma mulher, na Presidência da República. Que elas sirvam de exemplo para todas as outras de que é possível vencer como profissional, talvez o maior desafio hoje para as mulheres. Mas há outros: a dupla jornada, no emprego e em casa, a submissão e a violência, que ainda atinge muitas delas. Mas há avanços. No Brasil temos a Lei Maria da Penha, que ainda precisa se consolidar, a fim de proteger todas as mulheres. A independência feminina não pode ser uma concessão dos homens, mas uma conquista das próprias mulheres. O dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é um marco, uma lembrança de que todos dependem da sensibilidade e da força feminina. A



sociedade melhorou e muito a partir do instante em que a mulher passou a ter uma posição ativa em sua comunidade.

A sociedade avança quando a mulher assume seu lugar de direito e se torna autora de sua própria história. Essa mudança pode ser ainda mais importante em localidades do Nordeste, onde a participação das mulheres na política, no mercado de trabalho, tem um vasto campo para crescer. Minha homenagem a todas as mães e em especial a minha mãe, D. Celina, que consegue reunir a intensidade dos que não fraquejam com a ternura feminina. Um exemplo a ser seguido por outras mulheres. Destaco ainda a força da mulher pernambucana, guerreira, lutadora, que não abaixa a cabeça diante das dificuldades do cotidiano e luta para garantir uma vida melhor para sua família, para seus filhos.

Uma frase da escritora Clarice Lispector pode servir de inspiração às mulheres: "(...) o futuro mais brilhante é baseado num passado intensamente vivido". Parabéns a todas as mulheres.

Obrigado, Sr. Presidente.



Documento 16/55

029.1.54.O Sessão Ordinária - CD 02/03/2011-15:40

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10433 ROBERTO DE LUCENA-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Persistência da desvalorização da mulher no País. Ocupação pelas mulheres de importantes cargos públicos e de postos empresariais no Brasil. Maior participação feminina da política.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo hoje a esta tribuna para homenagear as mulheres, celebrando com elas o Dia Internacional da Mulher.

Minhas homenagens se fazem acompanhadas do reconhecimento do papel fundamental da mulher no equilíbrio social, na edificação da família e na construção de um mundo mais humano e sensível a cada dia.

O Dia Internacional da Mulher se tornou oficial em 1910, durante uma conferência na Dinamarca, e tem como proposta o debate e a reflexão sobre o papel da mulher na sociedade, seus avanços e as formas de desvalorização que ainda insistem em persistir. É longo o caminho das mulheres em busca de respeito à sua dignidade pessoal, social e profissional. Embora hoje elas já alcancem importantes avanços em todos os ramos das atividades, sejam políticas, econômicas, culturais, sejam sociais. É o que se vê no mundo e agora, de forma mais evidente no Brasil,



com uma mulher no mais alto cargo do Poder Executivo, a Presidência da República, além de diversos exemplos de mulheres em cargos de destaque nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também, nos principais postos empresariais e nos movimentos sociais e culturais. Entretanto, diversas culturas ainda subjugam a liberdade e delimitam o espaço da mulher na sociedade. No Brasil, as mulheres são um contingente importante no mercado de trabalho, muitas com a responsabilidade de prover a família. Elas estão fazendo a diferença no processo de desenvolvimento do mundo.

O dia 8 de março é uma data significativa na defesa dos direitos das mulheres em todo o mundo. É um dia de afirmação das lutas históricas das mulheres, como também é um dia de comemoração, pois brindamos às conquistas e, especialmente, aos avanços que possibilitam antever dias de mais igualdade e mais respeito à condição feminina.

Inegavelmente há, em nossos tempos, um esforço para tentar diminuir e, quem sabe um dia terminar, com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mas é bom que fiquemos atentos, pois, com todos os avanços, as mulheres ainda sofrem em muitos locais, com baixos salários, violência doméstica, jornada excessiva de trabalho, desvantagens na carreira profissional, além de preconceitos de toda a ordem. Se muito já foi conquistado, é também certo que ainda há muito a ser modificado nesta história.

O processo de mudança começou com duas grandes lutas de mulheres no mundo todo e, inclusive, no Brasil: o direito à educação e ao voto. O direito da mulher poder frequentar a escola foi conquistado em nosso País, por incrível que possa parecer, mas ainda não foi conquistado em muitos lugares do mundo. Isso em pleno século XXI.

A educação das mulheres, nas escolas brasileiras do século XIX, resumia-se a aprender a ler e fazer contas. O resto do programa era complementado com aulas de canto, corte e costura, culinária e boas maneiras. Ou seja, preparava-se a mulher apenas para ser uma boa "dona de casa".

Mesmo no século XX, o Código Civil, aprovado em 1916, dizia claramente que a mulher casada era considerada incapaz do ponto de vista civil. E isso só foi



modificado em 1962, com a Lei nº 4.121, com a aprovação do Estatuto Civil da Mulher, que equiparou os direitos dos cônjuges.

Os Estados Unidos lideraram, no final do século XVII e início do século XVIII, as primeiras manifestações organizadas em prol dos direitos da mulher, concomitantemente com as manifestações contra a escravidão.

No Brasil, as primeiras organizações de mulheres surgiram após 1850. E sua principal bandeira era pelo direito à instrução e ao voto.

A primeira experiência com o voto feminino no Brasil aconteceu no Rio Grande do Norte, em 1928. Juvenal Lamartine, candidato ao Governo do Estado, incluiu em sua plataforma a luta pelo voto feminino. Quando foi elaborada a Lei Eleitoral do Estado, em 25 de outubro de 1927, Juvenal conseguiu incluir a emenda que continha a seguinte redação: "Art. 77. No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei".

Várias mulheres então requereram suas inscrições, e as eleitoras compareceram às urnas em 5 de abril de 1928. Contudo, o candidato derrotado não se conformou e conseguiu a anulação de todos os votos femininos pela Comissão de Poderes do Senado.

Só quatro anos mais tarde, em 1932, no Governo de Getúlio Vargas, foi promulgado o novo Código Eleitoral, pelo Decreto nº 21.076, que finalmente garantiu o direito de voto às mulheres brasileiras. Esse direito foi posteriormente incorporado à Constituição de 1934, mas, mesmo assim, apenas às mulheres que fossem funcionárias públicas.

Passados três quartos de século em que a mulher conquistou o direito ao voto, temos de reconhecer que sua participação na vida política ainda é muito pequena. As mulheres, em nosso País, somam 51,86% do eleitorado, mais de 5 milhões de mulheres eleitoras a mais do que nós, homens, mas mesmo assim elas só possuem 8,57% de representação aqui na Câmara dos Deputados. Nós, homens, que somamos 48% da população, detemos 91,43% de representação!

O mundo mudou. As noções de cidadania, de representação política, de justiça e de democracia não mais prescindem da igualdade entre os sexos. Por isso, cada



mulher, cidadã, eleitora, possui um importante papel, que não significa apenas a luta pelos seus direitos como mulher, mas, sim, a luta por uma sociedade mais justa.

Desejamos, sinceramente, que a mulher tenha plena consciência de seu potencial, dos seus direitos, demonstrando seu grande valor como cidadã, como mãe, como trabalhadora, pois nessa luta das mulheres nunca houve vencidos; homens e mulheres sempre saem vencedores.

A mulher hoje representa 53% da população mundial, mas temos que considerar que é a mãe dos outros 47%. As mulheres cumprem o importante papel de eixo da família e da sociedade. A Bíblia fala que a mulher sábia edifica sua casa e por trás da tarefa de edificação do seu lar está a edificação de toda a sociedade.

Nossa homenagem às mulheres que estão na meia idade, às mulheres que ainda são crianças, às mulheres que estão nos grandes centros, e àquelas que se encontram na zona rural e nos mais longínquos rincões, às mulheres que estão por trás dos feitos mais simples e àquelas que tem as responsabilidades mais complexas. Nosso reconhecimento às mulheres que governam o lar, mas também àquelas que no Parlamento contribuem para a construção do País e nosso mais profundo respeito à mulher Dilma Rousseff, que hoje governa o Brasil.

Parabéns às mulheres que fazem grande e rica a história do nosso Brasil!

Muito obrigado.



Documento 17/55

029.1.54.O Sessão Ordinária - CD 02/03/2011-16:40

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10452 LAURIETE-PSC -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Maior participação feminina na política, na economia e na cultura do País. Combate à violência contra a mulher. Instalação da 5ª vara criminal do Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, especializada no julgamento de processos sobre atos de violência doméstica contra a mulher.

A SRA. LAURIETE (PSC-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com respeito, admiração e orgulho que neste momento faço alusão ao Dia internacional da Mulher, a ser comemorado no próximo dia 8. Foi sempre fato, em toda e qualquer época, mas notadamente nos dias que ora vivemos, que a mulher desempenha múltiplos papéis, seja na sociedade, seja na vida familiar.

A economia evoluiu, as mulheres acompanharam essa evolução, ocupando seu lugar no mercado de trabalho e na política, o que torna essencial nos reportarmos à ascensão da Presidente Dilma Rousseff ao cargo mais elevado do Executivo nacional, empreendendo uma marca pessoal e feminina a gestão brasileira.

É longo o caminho das mulheres, mas já alcançamos importantes avanços em todos os ramos das atividades econômicas e culturais.



É o que se vê no mundo, com diversos exemplos de mulheres nos mais altos cargos dos poderes executivos, legislativo, judiciário e também nos principais postos empresariais e nos movimentos sociais e culturais.

A Deputada Federal Rose de Freitas muito nos alegra por pela primeira vez na história desta Casa uma mulher ocupar a Vice-Presidência. Com brilhantismo, ela vem presidindo vários trabalhos nesta Casa de leis. A Senadora Marta Suplicy, do mesmo modo, ocupa a Vice-Presidência do Senado, com isso abrindo um novo ciclo administrativo em nível nacional.

Ma no que tange ao tratamento dispensado à mulher não houve evolução alguma. Hoje ela ainda sofre elevado grau de violência, lamentavelmente estampada nos jornais e telejornais brasileiros. Certos de que a Lei Maria da Penha trouxe novo impulso e punição aos agressores luta, sabemos que ainda é preciso avançar para aniquilar a violência que em muitos casos a mulher sofre no anonimato.

Ressalto o louvável passo dado pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo. O Presidente daquela corte, Excelentíssimo Desembargador Manoel Alves Rabelo, no dia 24 de fevereiro, em sessão do Pleno, fez aprovar por unanimidade a instalação da 5ª Vara Criminal de Vila Velha, no espírito Santo, especializada em violência doméstica familiar contra a mulher.

Creemos que já se faz por demais tardia a correção dessa falta grave que a sociedade como um todo comete em relação à mulher.

Essa mesma mulher, ao lado do homem, em condições desvantajosas, impulsiona a economia e a política, não deixando em plano inferior sua vida doméstica; desdobra-se nos papéis de esposa, mãe, irmã e filha, sempre pronta a tomar as providências necessárias ao bom andamento de tudo.

Por fim, cabe, portanto, não só no dia 8, mas no mês de março, a sincera homenagem, o sincero respeito e carinho a nós, mulheres.

Obrigada

Que Deus nos abençoe sempre.



Documento 18/55

029.1.54.O Sessão Ordinária - CD 02/03/2011-16:52

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10454 MARCELO MATOS-PDT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Entrega ao Presidente Marco Maia de camisa de futebol do Clube de Regatas do Flamengo. Parabenização às mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. MARCELO MATOS (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, venho aqui hoje, em nome da maior torcida de futebol do Brasil, com certeza também a maior do mundo, trazer-lhe uma pequena lembrança, enviada pela Presidenta do nosso time - e aproveito para parabenizar a todas as brasileiras pelo mês das mulheres.

Quero presentear V.Exa., Sr. Presidente, em nome da nossa torcida rubro-negra, com uma pequena lembrança pela nova contratação que o Flamengo está tentando fazer. Tenho a certeza de que estamos ganhando agora mais um torcedor para o Flamengo.

Em nome da nossa Presidenta e do nosso Diretor de Marketing, Alexandre Santos, entrego a V.Exa. esta lembrança.

(O orador entrega ao Presidente Marco Maia uma camisa de futebol do Clube de Regatas do Flamengo.)



O SR. LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, o Clube Atlético Mineiro faz uma saudação aos flamenguistas!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu agradeço ao Deputado Marcelo Matos. Mas, como bom gremista, estou com uma pequena pendência com o Flamengo. Agradeço ao Deputado Marcelo Matos o carinho.

Vejo que esta camisa tem a assinatura de todos os jogadores do Flamengo.

Muito obrigado, Deputado.



Documento 19/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10506 ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Reexame do Parecer nº 1 de 2011 da Advocacia-Geral da União, a respeito da revisão de aposentadorias de cabos da Aeronáutica.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço a oportunidade, Deputado Marco Maia, nosso Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, eu quero, inicialmente, cumprimentar todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março. Neste mês, todas as comemorações são extremamente importantes.

Sr. Presidente, deixo registrada a minha indignação com o Parecer nº 1 de 2011 da AGU, que manda revisar todas as aposentadorias dos cabos da Aeronáutica relacionadas à famosa Portaria nº 1.104. Os processos já estão celebrados, realizados.

É estranho, pois esse parecer da Advocacia-Geral da União se confunde com outras decisões da AGU anteriormente enviadas à Comissão Especial de Anistia - CEANISTI que reconhecem a questão dos cabos da FAB, todos eles já anistiados há mais de 5 anos. E há pressa do Ministro da Justiça em mandar instalar uma Comissão Interministerial para discutir essa questão. Sabemos que,



lamentavelmente, há gente do Ministério da Defesa interessada em inviabilizar todas as anistias já concedidas.

Estamos agora confrontando a decisão da própria AGU, o parecer de 2011, com outros pareceres e outras informações enviadas à CEANISTI, para obter, por meio de requerimento de informação, esclarecimentos da AGU a respeito dessa situação, que gera intranquilidade.

Essas pessoas já sofreram muito na vida e passaram por muitas dificuldades - várias leis, decisões de Constituinte, decisões de medida provisória, opções para resolver essa questão. Agora vemos uma posição estranha da AGU, diferente de decisões anteriormente tomadas, provocadas não sei por quem, se pelo Ministério da Justiça ou pelo Ministério da Defesa. Mas nós vamos desagrar da maneira mais ágil possível a questão dos cabos da FAB, da Portaria nº 1.104.

Obrigado, Sr. Presidente.



Documento 20/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58
Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10507 CARLOS SOUZA-PP -AM
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. CARLOS SOUZA (PP-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste ano, o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, cairá numa segunda-feira em que esta Casa não estará em sua atividade normal. Aproveito esta oportunidade, portanto, para parabenizar todas as mulheres brasileiras, em especial as mulheres amazonenses.

Um feliz Dia Internacional da Mulher a todas essas mulheres, que são responsáveis pela vida!



Documento 21/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58
Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10526 EFRAIM FILHO-DEM -PB
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Saudações à bancada feminina na Casa, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, aproveitando a semana do Dia Internacional da Mulher, nós, representando a ala masculina da Casa, parabenizamos toda a bancada feminina, que, através desse árduo trabalho, demonstra, na prática, inúmeras conquistas para todas as mulheres deste País e para todos os cidadãos.

Então, a bancada feminina - tenho certeza - recebe da ala masculina desta Casa uma salva de palmas pelo trabalho que faz no plenário do Congresso Nacional.
(Palmas.)



Documento 22/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58
Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10526 PAULO TEIXEIRA-PT -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA LÍDER
DISCURSO

Sumário

Saudações à Presidenta em exercício dos trabalhos, Deputada Rose de Freitas, às Parlamentares e às mulheres brasileiras, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Congratulações à bancada feminina na Casa. Votação pela Câmara dos Deputados de projetos de lei de interesse da mulher. Instalação pela Casa da Comissão Especial destinada ao exame de propostas de reforma política. Defesa de ampliação da representatividade feminina no Parlamento brasileiro. Congratulações aos Deputados Marina Santana e Carlinhos Almeida pela assunção do mandato parlamentar. Sugestões para o fortalecimento do sistema político brasileiro. Posicionamento contrário à adoção do chamado voto distritão no País. Reajuste dos valores do Programa Bolsa-Família. Compromisso da Presidenta Dilma Rousseff de continuidade dos investimentos na área social.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Cumprimento a Deputada Rose de Freitas, Presidenta desta sessão, todas as nossas Deputadas Federais e todas as mulheres brasileiras pelo transcurso do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Esse é o dia que representa a luta das mulheres. É a homenagem a um dia em que várias mulheres morreram lutando por salário, por melhores condições de



trabalho. E nós temos muito a fazer na sociedade brasileira para garantir maiores e melhores direitos para as mulheres brasileiras.

Quero cumprimentar todas as integrantes da bancada feminina e a sua Coordenadora, Deputada Janete Rocha Pietá.

Esta Casa hoje votou dois projetos indicados pela bancada feminina, e ficou o compromisso de, no dia 15 de março, votarmos mais um pacote de projetos relacionados às mulheres.

Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que ontem nós tivemos a instalação, pelo Sr. Presidente Marco Maia, da Comissão da Reforma Política. Um dos temas que queremos tratar nessa reforma é que temos que garantir uma representação maior das mulheres nos Parlamentos brasileiros. Apesar de termos hoje mais de 50% da população brasileira feminina, neste Parlamento nós temos uma representação feminina que não chega a 10%. Por isso, nós precisamos nos debruçar na reforma política para garantir uma quota de cadeiras para a representação feminina neste Parlamento. Foi assim que aconteceu na Argentina. Hoje, a bancada feminina naquele país é muito maior porque há uma parcela das cadeiras destinadas às mulheres. Nós vamos discutir esse tema na reforma política.

Aproveito para saudar a Deputada Marina Santana, representante do PT de Goiás, que foi Vereadora, Deputada Estadual e hoje assume o cargo de Deputada Federal, fortalecendo a nossa bancada feminina. S.Exa. traz uma experiência de luta, de ação parlamentar e de construção partidária, o que vai adensar a contribuição do Partido dos Trabalhadores neste Parlamento. Muito sucesso, Deputada Marina Santana!

Aproveito também para saudar o Deputado Carlinhos de Almeida, de São José dos Campos, Estado de São Paulo, que foi Vereador, Deputado Estadual e que, ao assumir a vaga de Deputado Federal, trará uma grande contribuição a todos nós.

Mas, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste, quero dizer que temos uma enorme esperança na Comissão da Reforma Política. Por quê? Porque o sistema político brasileiro é um sistema com grandes virtudes.



Ele ajudou a construir uma democracia de massas, uma democracia popular. Olhem este plenário e verão pessoas de diversos estratos.

Mas temos que corrigir problemas desse sistema. Quais são os seus principais problemas? O primeiro deles é que se trata de um sistema com baixa força partidária, com enfraquecimento dos partidos. É um sistema muito personalista. Temos que fortalecer o sistema político numa direção programática, para termos programas políticos e compromissos programáticos. O eleitor poderá ter uma relação com aqueles partidos no sentido de cobrar coerência: o partido que traiu o seu programa terá a punição do povo brasileiro, e o que tiver coerência, o seu reconhecimento.

Queremos migrar de um sistema de voto uninominal para um voto partidário, para que as pessoas possam ter maior acompanhamento das agremiações partidárias. Por isso, queremos promover essa migração.

Em segundo lugar, uma das principais feridas do nosso sistema é o financiamento privado de campanha. As campanhas estão caras, fazendo com que as pessoas façam uma engenharia financeira, e muitas vezes temos problema de, ao encarecer as campanhas políticas, afastar parcelas do povo brasileiro da política e das disputas políticas e, ao mesmo tempo, jogar o sistema político nas mãos do poder econômico, que captura o sistema político. Com isso, ele perde a ideia do todo, do interesse público.

Por isso, queremos propor a migração de um sistema de financiamento privado para um sistema de financiamento público. Alguns poderiam dizer: com tantos gastos públicos em áreas sociais, por que pagar as campanhas? Em primeiro lugar, porque vamos conseguir baratear as campanhas políticas, diminuir os custos. Em segundo lugar, não mais teremos o custo das campanhas embutido nos contratos públicos, que normalmente promovem e provocam corrupção.

Um segundo aspecto do nosso sistema político é fazer a migração do financiamento privado para o financiamento público das campanhas.

Nós achamos que o sistema brasileiro proporcional é virtuoso, pois elege segmentos sociais, segmentos regionais e compromissos de diversas naturezas.



Nós queremos alertar e dizer que temos uma forte oposição ao que está sendo pregado como um remédio, mas que, na nossa opinião, exacerba os defeitos do sistema político. Falo do chamado distritão.

O distritão vai aumentar o personalismo, enfraquecer os partidos e encarecer as campanhas.

Por isso, já queremos falar da nossa oposição a esse modelo do distritão. Igualmente, queremos dizer que nós precisamos fortalecer a democracia direta.

A Deputada Erika Kokay, assim como a Deputada Dalva Figueiredo, tem conhecimento da importância da participação da sociedade na política. Não se trata só de votar, mas de decidir o que se quer.

Por isso, nós queremos intensificar o uso do plebiscito, do referendo, da iniciativa de lei na sociedade brasileira, intensificando a democracia direta, Deputada Benedita da Silva, a qual V.Exa. tanto apregou, fato que nos ajudou na nossa formação.

Nós queremos aumentar a participação das mulheres e dos negros no nosso Parlamento para uma proporção semelhante à que existe na nossa sociedade.

Registro a instalação da Comissão Especial da Reforma Política, parabenizando o seu Presidente, Deputado Almeida Lima, e o seu Relator, Deputado Henrique Fontana.

Para concluir, gostaria de dizer que estivemos com a Presidenta Dilma Rousseff, no final desta manhã. Ela estava alegre, firme e defendendo a política de gastos sociais e investimentos sociais. Aumentou, Deputada Cida, o investimento no Bolsa Família. V.Exa. ouviu o que a Presidenta anunciou ontem, na Bahia: "A pobreza tem cara. A pobreza no Brasil são as crianças, as mulheres e os negros, e nós temos que lhes atender".

E disse quanto a essa reordenação orçamentária: "Quero continuar os investimentos. Por isso, não houve corte no PAC. Quero continuar os investimentos sociais".

O Programa Minha Casa, Minha Vida, de 2011, terá 2 bilhões de reais a mais do que foi gasto em 2010. Por isso, eu quero dialogar com a imprensa, que publicou somente uma versão do corte orçamentário, da ficção que era o Orçamento



superestimado. Mas não haverá cortes no Minha Casa, Minha Vida. Haverá ampliação de 10 bilhões de reais na saúde, 5 bilhões de reais em educação e 1 bilhão de reais na área da assistência social.

Esse ajuste orçamentário será feito para organizar as finanças, porque nós tivemos de fazer todos os investimentos em 2009 para que o Brasil não entrasse na crise, como entraram Estados Unidos e Europa. Nós não entramos. Continuamos a crescer, a gerar empregos e a distribuir renda.

Para concluir, digo que nós ainda estamos controlando as finanças para que não ressurgira o processo inflacionário na sociedade brasileira.

Por isso, quero aqui cumprimentar a todos e dizer da importância do 8 de março. Viva o 8 de março, Dia Internacional da Mulher!

Meu abraço muito especial às Deputadas desta Casa, que tanto fazem para defender as mulheres brasileiras, que precisam ter seus direitos garantidos e fortalecidos.

Um abraço a todos.

Muito obrigado, Sra. Presidenta. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Agradecemos as palavras a V.Exa., Líder Paulo Teixeira.



Documento 23/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10528 PAULO ABI-ACKEL-PSDB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA LÍDER

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Contribuição da Liderança da Minoria para a aprovação de propostas de interesse da bancada feminina. Conclamação às Deputadas de empenho na implementação de programas destinados à classe feminina. Maior participação feminina na política.

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado, Sra. Presidenta.

Cumprimento as Sras. e os Srs. Deputados, e o meu caro Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, que me antecedeu nesta tribuna.

Sra. Presidenta Rose de Freitas, cidadã capixaba, mas, antes de tudo, cidadã mineira de coração e de alma, nascida no leste mineiro, no Município de Caratinga, de onde saiu para tão pujante e vitoriosa carreira política que a leva a este momento histórico, quando uso da palavra com grande alegria, na semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, V.Exa. preside a sessão da Câmara em que foram votados vários projetos de interesse das mulheres.

Quero dizer a V.Exa. que a Liderança da Minoria contribuiu, e muito, para que no dia de hoje, nesta tarde, sob a Presidência de V.Exa. e do Deputado Marco Maia, pudéssemos determinar exatamente quais projetos de lei poderiam vir a votação



por consenso, um dos quais sustentado pela Minoria - o direito dos avós de visita a filhos de casais separados em litígio.

Há, curiosamente, já regulamentada a matéria que obriga os avós a ampararem os netos desassistidos por seus pais separados judicialmente. Mas, no contrassenso, desde 1991, por iniciativa da Senadora Kátia Abreu, permanecia parado nesta Casa projeto de lei oriundo do Senado que não dava aos avós o direito de assistência e de visita aos netos, filhos de casais que litigavam ou que litigam na Justiça pela guarda dos filhos ou em separação judicial.

Esse projeto, que fazia parte da pauta de interesse das Sras. Parlamentares, da bancada feminina, com o apoio da Liderança da Minoria e dos Líderes Duarte Nogueira, do PSDB, Antonio Carlos Magalhães Neto, do Democratas, Rubens Bueno, do PPS, e Chico Alencar, do PSOL, veio a votação e foi aprovado no dia de hoje, assim como foi aprovada foi a matéria relativa à questão da revista feminina.

É, portanto, motivo de júbilo por parte da Liderança da Minoria ter contribuído para a solução, a votação e, finalmente, a aprovação desse projeto de lei que interessa à bancada feminina e às mulheres de modo geral.

Não posso esquecer, de maneira alguma, de fazer este pedido a V.Exas. que permanecem até esta hora no plenário desta Casa: cobrem do Governo Federal uma política voltada para as mulheres, uma política voltada sobretudo para a saúde das mulheres, porque as campanhas a que assistimos com frequência nos grandes centros urbanos - campanhas voltadas para o combate ao câncer de mama, voltadas para os cursos profissionalizantes das mulheres - não acontecem no interior do Brasil, sobretudo no interior mais pobre. No interior, é muito comum vermos senhoras desalentadas procurando atendimento médico no SUS, procurando a solução de problemas graves de saúde, em especial a redução do estômago e a redução das mamas.

Digo a V.Exa. que ainda aguardo da Presidente Dilma Rousseff um plano, um projeto, um programa voltado para as mulheres. O Parlamento está fazendo a sua parte. Reconhece inclusive, conforme as palavras brilhantes do Líder do PT,



Deputado Paulo Teixeira, a possibilidade de ampliação da cota para as mulheres no debate político.

Verifico que, por parte do Governo Federal, faltam programas específicos para as mulheres, sobretudo as mais carentes e as que dependem da assistência médica do SUS, e cursos profissionalizantes, principalmente no nosso leste mineiro, ilustre Presidente Rose de Freitas. Nas pequeninas cidades pobres do leste mineiro, quantas não são as senhoras que gostariam de um programa de saúde pessoal? O Governo, por meio do Ministério da Saúde, poderia e deveria implantá-lo, na busca da melhoria da qualidade de vida e da saúde da terceira idade e sobretudo das crianças.

Há que se falar ainda no combate à prostituição. No leste mineiro, Presidente Rose de Freitas - V.Exa. o conhece muito bem -, há grandes rodovias que cortam o Brasil. Permanecemos na expectativa de que o Ministério da Justiça viabilize um projeto voltado para a prevenção e o combate à prostituição, problema que assola aquela região do Estado de Minas Gerais, porque por ali passam as rodovias que cortam o Brasil de leste a oeste, de norte a sul.

Portanto, na Semana da Mulher, neste dia em que esta Casa vota projetos de interesse das mulheres e da bancada feminina, peço a V.Exa., Sra. Presidente, e aos Parlamentares que aqui se encontram que prestem atenção aos programas do Governo Federal, para que neles seja incluído o combate à prostituição, sobretudo para que estabeleçam programas eficazes voltados à saúde da mulher, em especial da mulher mais humilde.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Parlamentares. Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Agradecemos a V.Exa. as palavras. Que as propostas deixadas por V.Exa. sejam levadas a cabo nesta Casa, com algumas iniciativas da nossa própria bancada.



Documento 24/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10535 EROS BIONDINI-PTB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Solidariedade aos familiares dos mortos e feridos em decorrência de descarga elétrica durante o CARNABAND, no Município de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais. Relevância da organização de retiros religiosos pela Renovação Carismática Cristã durante o carnaval.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PTB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Rose de Freitas, na pessoa de V.Exa. quero abraçar, em homenagem, todas as mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna lamentar profundamente a tragédia acontecida em Bandeira do Sul, sul de Minas Gerais, no último dia 27, no CARNABAND: o acidente com um trio elétrico que causou a morte de 17 pessoas e deixou 50 feridos, acidente provocado por uma serpentina metálica que alcançou uma rede de alta tensão.

Consternado, Sra. Presidente, lamento a tragédia que deixou mortos e feridos nas cidades de Bandeira do Sul, Campestre, Monte Belo, Botelho, Santa Rita de Caldas, Poços de Caldas e Machado.



Aproveito ainda a oportunidade, Sra. Presidente, para, na condição de membro da Renovação Carismática Católica, parabenizar este e tantos outros movimentos pela promoção de retiros de carnaval por todo o território brasileiro.

Convido as Sras. e Srs. Deputados e aqueles que assistem a esta sessão pela TV Câmara para participar dos rebanhões que ocorrem durante o período de carnaval. Vale a pena viver essa experiência que retira jovens das drogas e restaura famílias.

Sra. Presidente, na pessoa de V.Exa., repito, parabenizo todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.



Documento 25/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58
Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10536 CLÁUDIO PUTY-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Encaminhamento de indicação à Ministra-Chefe da Secretaria Especial dos Direitos para acompanhamento de ações do Governo do Estado do Pará destinadas à elucidação do assassinato do trabalhador rural Jurandir Soares Nunes.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, quero me irmanar a vários oradores que me precederam e saudar a proximidade do Dia Internacional da Mulher, data em que homenageamos não só as mulheres, mas a sua luta, uma vez que o 8 de Março se origina da luta das mulheres trabalhadoras pelo direito à igualdade de oportunidades e contra o machismo.

Quero colocar meu mandato à disposição dessa luta, que continua válida nos dias de hoje, quando presenciamos ainda, no dia a dia deste Brasil, tanta violência e desrespeito às mulheres.

Saúdo todas aquelas que neste Parlamento engrandecem a representação feminina.

Sras. e Srs. Deputados, apresentei indicação à Secretaria Especial dos Direitos Humanos no sentido de que acompanhe as diligências e as providências tomadas



pelo Governo do Pará para a apuração do assassinato do trabalhador rural Jurandir Soares Nunes, ocorrido no dia 14 de janeiro de 2011, em Juruti, naquele Estado.

Ontem, eu me pronunciei aqui sobre o caso e agora indico à Secretaria Especial de Direitos Humanos a necessidade de acompanhar as providências tomadas, atendendo ao pedido do Movimento Juruti em Ação, que, no último dia 16, reuniu 1.500 moradores do Município por regularização fundiária e apuração do bárbaro assassinato do Jurandir Soares Nunes.

Muito obrigado.



Documento 26/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10536 ABELARDO CAMARINHA-PSB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conveniência da proibição da veiculação de propaganda de bebidas alcoólicas em horários nobres da TV.

O SR. ABELARDO CAMARINHA (Bloco/PSB-SP. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Srs. Deputados, também saúdo o transcurso do Dia Internacional da Mulher, ao mesmo tempo em que homenageio a mulher por tudo o que ela representa.

O que me traz à tribuna, Srs. Deputados, é a reunião da bancada do PSB, num almoço, com a Líder Ana Arraes. Na oportunidade, conversamos com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e S.Exa. nos mostrou as dificuldades, os problemas que enfrenta sua Pasta.

Trago para reflexão, que espero chegue a S.Exa., o fato de que pouco adianta os Parlamentares, o Ministério da Saúde e do Governo atacarem os problemas da saúde com programas de varejo, enquanto a propaganda de bebida alcoólica - a cerveja -dominar o horário nobre de televisão. Ultimamente, chamo a atenção dos nobres colegas, várias empresas produtoras de cerveja estão convidando o jovem a beber mais no carnaval.



Ora, a bebida alcoólica causa um número de mortos equivalente à Guerra do Vietnã. O Governo arrecada 3 bilhões de reais com o IPI incidente sobre cigarro e gasta, por intermédio do SUS, 18 bilhões de reais com as consequências causadas pela ingestão de bebida pelos jovens.

Para que V.Exa., Sra. Presidenta, tenha uma noção do problema, basta dizer que fabricamos uma caminhonete que chega a atingir a velocidade de 150 quilômetros por hora e a colocamos nas mãos de um jovem de 19 anos depois de ele ter tomado cinco, seis latas de cervejas.

Precisamos pôr um ponto final nesse exagero de propaganda de bebida alcoólica na televisão. Quando foi proibida a propaganda de cigarro, o consumo diminuiu em 30%.

Encerro fazendo um apelo à Presidente Dilma Rousseff e aos Srs. Parlamentares no sentido de que apresentem um projeto que proíba a propaganda de bebida alcoólica no horário nobre. Estamos criando a geração da latinha na mão. Depois, é só ver os acidentes que a imprensa está cansada de noticiar.

Muito obrigado pela gentileza, Sra. Presidente.



Documento 27/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10538 DELEGADO PROTÓGENES-PCDOB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Solidariedade às mães carentes. Apoio à luta do povo líbio contra o regime ditatorial reinante naquele país. Atuação da bancada feminina na Casa.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar as mulheres pelo transcurso do Dia Internacional das Mulheres e me solidarizar com as mães de comunidades pobres, aquelas que sofrem violência no dia a dia, principalmente as mães trabalhadoras que sofrem aquela injusta revista íntima, prática que esta Casa, com a aprovação de projeto de lei, tornou punível.

Também quero prestar solidariedade ao povo da Líbia, que resiste às atrocidades desse ditador facínora Muammar Kadafi, que tem de deixar o poder, que tem de libertar o povo da opressão, principalmente as mulheres muçulmanas que todos os dias sofrem opressões.

Quero deixar registrada minha homenagem ao Dia Internacional das Mulheres e elogiar o trabalho muito bem desenvolvido pela bancada feminina, que hoje praticamente deu a resposta que a sociedade precisava: proteção às mulheres brasileiras trabalhadoras.



Obrigado.



Documento 28/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10540 CELSO MALDANER-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos rizicultores dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Solicitação ao Ministério da Fazenda de adoção de medidas a favor dos produtores de arroz. Agradecimento ao Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, pela indicação de membros do partido para a composição de Comissões da Casa. Anúncio de reunião da bancada peemedebista para debate das propostas de reforma política e tributária e de alteração do Código Florestal Brasileiro. Congratulações às mulheres brasileiras, especialmente à Presidenta Dilma Rousseff e à 1ª Vice-Presidenta da Mesa Diretora, Deputada Rose de Freitas, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudação à esposa do orador, Rosimar Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, juntamente com o nosso Deputado Luis Carlos Heinze, quero solidarizar-me com os arrozeiros de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Realmente o Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, tomou as primeiras providências, mas precisamos da participação do Ministério da Fazenda. Estivemos com o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda,



Nelson Barbosa, cobrando medidas para ajudar os nossos plantadores de arroz de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Aproveito a oportunidade para externar minha gratidão ao Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, por indicar Deputados peemedebistas para compor as Comissões.

No próximo dia 16 de março, pela sensibilidade do nosso Líder, teremos o encontro dos 78 Deputados da bancada do PMDB. Então, na primeira quarta-feira depois do carnaval - o primeiro assunto será reforma política e o segundo reforma tributária -, discutiremos as mudanças no Código Florestal Brasileiro com o Relator Aldo Rebelo, que vai conversar com toda a bancada do PMDB.

Vamos verificar se o PMDB fecha a questão nesse assunto tão importante para os produtores brasileiros.

Aproveito esse instante, Sra. Presidente, para felicitar todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. Parabênzo todas as mulheres, especialmente a Presidente Dilma e a Deputado Rose de Freitas, nossa Vice-Presidente, que muito orgulha esta Câmara dos Deputados.

Quero também homenagear minha esposa, Rosimar Maldaner, que é uma guerreira e reside no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Em seu nome homenageio todas as mulheres do Brasil.

Muito obrigado.



Documento 29/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10541 ROSE DE FREITAS (PRESIDENTE)-PMDB -ES
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA FALA DO PRESIDENTE OU NO
EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Agradecimento à Deputada Cida Borghetti pelo encaminhamento à Presidência do trabalho intitulado A Força da Mulher no Parlamento Paranaense e de cartilha informativa sobre a prevenção do câncer de mama. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Reconhecimento do valor da mulher brasileira. Conquistas e desafios da classe feminina. Transcurso dos aniversários natalícios dos Deputados André Vargas e Pedro Fernandes.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Antes de encerrar esta sessão, quero parabenizar e agradecer à Deputada Cida Borghetti pelo trabalho que entregou a esta Mesa: A Força da Mulher no Parlamento Paranaense, e também pela cartilha informativa sobre prevenção e redução da mortalidade por câncer de mama.

Gostaria de distribuir este trabalho a todos os gabinetes desta Casa, a toda esta Casa, para que todos pudessem ler.

Para todas nós, mulheres, é uma honra tê-la nesta Casa como Parlamentar, somando-se ao esforço da bancada feminina.



Posso hoje falar, desta Mesa, em nome das mulheres do Parlamento brasileiro, da importância que foi o dia de hoje, pela semana que virá, pelo passado de tantas conquistas e lutas.

Reconhecemos em cada mulher brasileira - a que está na Taquigrafia, a que trabalha na cantina, as que trabalham nas nossas redações, as que trabalham na Secretaria-Geral da Mesa, as que estão assistindo à sessão -, nas Parlamentares e nas trabalhadoras em geral o seu valor.

Comemoramos o Dia Internacional da Mulher olhando para trás, mas sempre olhando para a frente. Muito foi feito, há muita história a ser contada de conquistas recentes. Em 1932, a mulher conquistou o direito ao voto.

Portanto, as mulheres brasileiras podem comemorar com palavras, com festas, com atos solidários, mas nunca podemos nos esquecer de que a maior comemoração que temos a fazer é a da nossa unidade em favor das lutas que ainda temos a travar.

Para todas as mães do Brasil quero dizer que esta não é a luta apenas da mulher trabalhadora, mas de uma mãe.

Hoje conquistamos aqui o direito de permanecer unindo a família em torno de um sentimento fraterno, conciliando avôs e avós com os seus netos.

Falamos, ainda nesta sessão, sobre a necessidade de propiciar mais dignidade às mulheres quando qualquer episódio ensejar uma revista íntima, para que ela se faça adequadamente, no foro policial ou fora dele, por outra mulher, evitando que haja abuso de qualquer natureza, agressão física ou moral às mulheres brasileiras.

Enquanto falamos sobre isso, Deputada Cida Borghetti, sabemos que estamos ainda convivendo com índices altíssimos de violência contra a mulher. Tal como V.Exa. cita em sua cartilha, ainda estamos lutando para tratar do câncer de mama. Não tivemos, no Orçamento da União - e não foi por falta de emenda, de iniciativa -, recursos destinados a tratar o conhecido câncer de mama, doença que, se diagnosticada precocemente, não levaria a óbito inúmeras mulheres.

No entanto, nós mulheres temos muito a comemorar. Eu, especialmente, quero falar de várias mulheres que conheci nesta Casa: da Cristina e da Moema



Santiago, que passaram por aqui; da Benedita da Silva, que aqui está; da Abigail Feitosa e de várias mulheres que frequentaram o nosso Parlamento e deixaram aqui a sua história de vida.

Mas quero falar também sobre aquelas que nos deram a vida - e nós aqui demos vida a elas -: minha mãe, D. Lourdes, que hoje faz aniversário; a minha filha Júlia, que é uma grande mulher, lutadora e que, com certeza, dará à luz um dia a uma outra mulher.

E nós vamos continuar o nosso ciclo de vida celebrando nossas conquistas, avançando em nossos direitos e com a certeza de que, se formarmos uma consciência própria da mulher, com seu sentimento fraterno, de justiça, de igualdade, vamos ajudar a conceber, a formatar uma sociedade mais justa e mais igual.

Mulheres ainda ganham pela mesma atividade profissional salários diferenciados, muitas em cima de suas máquinas de costura, muitas dentro de fábricas, muitas dando aulas, muitas dirigindo ônibus, muitas economistas, advogadas. E as diferenças estão sempre presentes no nosso dia a dia.

Portanto, quero saudar todas as mulheres. Deixo em especial um beijo carinhoso a D. Lourdes e a Júlia Maria. Meu beijo de saudação a todas as mulheres do Brasil que acompanham a nossa sessão.

Ali estão duas mulheres valiosas: a nossa Jeidy, repórter da Rádio Câmara, e a eterna amiga Madalena, que sempre está conosco nos abraçando no dia a dia. O nosso abraço, também, às componentes da nossa equipe: Gleice, Catarina, Suzi, Solange.

Registro que hoje fazem aniversário André Vargas e Pedro Fernandes, nossos companheiros de Casa.

Cida, nós duas ficamos para terminar esta sessão.



Documento 30/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10542 CARLAILE PEDROSA-PSDB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Combate às injustiças, discriminações, preconceitos e atos de violência praticados contra as mulheres no País. Implementação de ações em prol da mulher brasileira.

O SR. CARLAILE PEDROSA (PSDB-MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, celebrado anualmente em 8 de março, o Dia Internacional da Mulher constitui evento da maior importância para trazer à memória, louvar e reforçar os avanços e conquistas alcançados na longa trajetória de lutas pela valorização da mulher e pleno reconhecimento de seus direitos.

Ao mesmo tempo, o transcurso do Dia Internacional da Mulher enseja a renovação de esforços, iniciativas, reivindicações e propósitos que, apesar de claramente justos, ainda não tiveram o andamento desejado e não chegaram a ser integralmente atendidos.

Principalmente, vale observar que graves injustiças, discriminações, preconceitos inaceitáveis, atos de violência e prejuízos irreparáveis continuam vitimando as mulheres.



A violência contra a mulher, mesmo depois da Lei Maria da Penha, ainda é uma realidade muito presente no País a requerer maior sensibilidade e atenção do Estado e da sociedade mediante a promoção de campanhas e ações educativas e a ampliação dos recursos, da logística e da estrutura de proteção à mulher, exercendo-se fiscalização mais intensa, investindo-se mais em benefício da saúde e da formação da mulher, proporcionando a ela e a todo o conjunto da população uma visão e uma prática mais nítidas e efetivas no tocante a direitos humanos, igualdade de oportunidades, responsabilidade social, ética e cidadania.

A propósito, compete, sem dúvida, aos políticos encarregados de representar e defender os legítimos interesses do povo, aos Poderes Executivo e Legislativo, à Câmara e ao Senado Federal, em especial, desempenhar o mais expressivo papel nesse contexto, buscando assegurar o perfeito equilíbrio de oportunidades entre os indivíduos, independentemente de raça, idade, cor, religião ou gênero.

Há necessidade de se implementar ainda uma série de medidas com o objetivo de garantir igualdade de oportunidades no sistema de ensino e no acesso ao emprego.

Outras questões dignas de especial atenção dizem respeito à assistência materno-infantil, ao planejamento familiar e à igualdade devida em relação à remuneração de homens e mulheres que exercem as mesmas atividades.

Numerosos são os exemplos de mulheres notáveis, dignas de lembrança e reverência pela abnegação, pela inteligência e coragem, pela dimensão da contribuição à história de sua terra e da humanidade, como Anita Garibaldi, Rachel de Queiroz, Zilda Arns e tantas outras que se distinguem em diversos campos de atividade, na ciência, nos esportes, no cenário político, no meio corporativo, na literatura, nas artes em geral, no trabalho social.

Não poucas vezes deparamo-nos com autênticas heroínas, em que pese permanecerem anônimas. Mulheres que vêm assumindo responsabilidades crescentes, inclusive no âmbito da família, em relação à qual efetuam atuação preponderante e com mais frequência, até mesmo desempenhando sozinhas a função de criar, alimentar e educar os filhos.



Importa, sim, ressaltar também os méritos da mulher, que tem contribuído para honrar e valorizar o mercado de trabalho com extrema dedicação, competência e sensibilidade, exercendo papel ativo, assumindo cargos de grande responsabilidade nas esferas pública e privada.

Parabéns, então, às mulheres, que têm o justo sentimento de orgulho pelo cumprimento do dever, bem como a percepção da necessidade de dar prosseguimento à causa pela evolução da participação e da condição das mulheres, tanto no Brasil como em outros países onde ainda se verificam situações de desigualdade, violência e discriminação.

Nosso desejo é que ocorram novos avanços e conquistas nessa trajetória de lutas pelo devido respeito aos direitos femininos, em nome da igualdade e da justiça.

Recebam hoje, portanto, as minhas merecidas congratulações e minha reverência pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigado.



Documento 31/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10543 DR. JORGE SILVA-PDT -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Persistência da prática de violência contra a mulher no País, não obstante a implementação da Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra a mulher. Defesa da aplicação de penas severas aos praticantes de atos de selvageria contra as mulheres. Implantação de medidas em prol da igualdade de gênero no Brasil. Conquistas alcançadas pela mulher na esfera política. Não implementação por Estados brasileiros de políticas de enfrentamento da violência contra a mulher. Confiança do povo brasileiro na plena execução da Lei Maria da Penha pela Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. DR. JORGE SILVA (PDT-ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Sra. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros que nos assistem pela TV Câmara, venho mais uma vez a esta tribuna com o intuito de prestar uma singela homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Sra. Presidente, é relevante trazer à baila que em 2006 foi sancionada a Lei nº 11.340, conhecida como "Lei Maria da Penha", instrumento legal que reconhece a violência doméstica em todos os graus, seja física, seja sexual, seja patrimonial,



seja moral, incluindo ainda a agressão psicológica, a humilhação, a rejeição e a discriminação.

A sociedade brasileira aplaudiu a "Lei Maria da Penha", repudiando todo tipo de violência contra as mulheres, por serem tais atos considerados como principais formas de violação dos direitos humanos, por ferirem os direitos à vida, à saúde, à cultura e à integridade física, psicológica e moral.

Acontece que, apesar do avanço que a Lei nº 11.340 representa, ainda persistem atos que merecem ser repudiados: mulheres são espancadas e agredidas por maridos e/ou companheiros, havendo casos de cárcere privado e até de assassinatos, ocorrendo tais crimes às vezes na presença dos filhos.

É lamentável que tais atos de selvageria contra a mulher não levem os agressores a penas severas (cadeia), uma vez que, na maioria dos casos, os mesmos são beneficiados com penas alternativas, tais como doação de cestas básicas e prestação de serviços comunitários.

O Brasil caminha para mudanças, buscando novos rumos nas relações humanas, políticas e sociais. A eleição da primeira mulher para a Presidência da República é um sinal positivo de que caminhamos para o total respeito à condição humana e à igualdade de gênero.

Os votos conferidos à Presidenta eleita e à candidata Marina Silva foram uma demonstração inquestionável de que o Brasil de hoje é outro. A demonstração de confiança na mulher também se reflete na composição do Congresso Nacional, inclusive na formação das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, razão pela qual a sociedade exige um posicionamento mais firme das integrantes das Casas legislativas no sentido do cumprimento da Lei nº 11.340 em sua plenitude.

Não é possível conviver com os atos de violência contra as mulheres em pleno século XXI, coisas de um passado de barbárie praticados em um país que se proclama civilizado.

Não dá para acreditar que alguns Estados deixam de receber verbas federais destinadas à implementação de políticas de enfrentamento da violência contra a mulher por não assinarem o Pacto Contra a Violência. Displicência ou negligência?



O povo brasileiro espera e acredita que a Presidenta Dilma Rousseff contribuirá para a plena implementação da Lei Maria da Penha, resgatando a dignidade da mulher no cenário nacional, no processo de cidadania a ser conquistado com o respeito ao que ela representa na formação de um novo Brasil, mais justo e igualitário.

Meu muito obrigado.



Documento 32/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10546 ROBERTO BRITTO-PP -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização pelo Congresso Nacional de sessão solene ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Outorga do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz a Sras. Maria Liège, Chloris Casagrande, Maria José Silva, Maria Ruth Barreto e Carmen Helena Foro. Dever da Casa de transformação do debate dos direitos da mulher em fórum permanente. Relevância do trabalho desenvolvido pela bancada feminina na Câmara dos Deputados em prol da aprovação da Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra as mulheres. Eleição da Sra. Dilma Rousseff para a Presidência da República e da Deputada Rose de Freitas para a 1ª Vice-Presidência da Mesa Diretora da Casa. Ampliação da representatividade feminina na esfera pública. Inclusão pela Organização nas Nações Unidas - ONU da igualdade entre os sexos e da valorização da mulher entre os Objetivos do Milênio. Aprovação do Projeto de Lei nº 6.653, de 2009, sobre a garantia da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2007, acerca da ampliação do período da licença-maternidade para 180 dias. Votos de felicidades e realizações às mulheres brasileiras.



O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em sessão solene ocorrida no dia 1º de março de 2011, no plenário do Senado, o Congresso Nacional marcou o início das comemorações do Dia Internacional da Mulher, que é celebrado mundialmente em 8 de março.

Como não poderia deixar de ser, o evento oficializou o início de uma série de atividades realizadas em defesa de melhores condições de vida e de trabalho para as mulheres, contando com a entrega do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz a brasileiras que ostentam em sua biografia relevantes serviços prestados não apenas às questões ligadas aos direitos femininos, mas sobretudo ao próprio País.

Tal honraria, instituída em memória de Bertha Maria Júlia Lutz, uma das principais responsáveis pela aprovação da legislação que deu às brasileiras o direito de votar e ser votadas ainda no século passado, foi entregue às cinco vencedoras do prêmio de 2011, Maria Liège, Chloris Casagrande, Maria José Silva, Maria Ruth Barreto e Carmen Helena Foro, a quem, no ensejo, rendo minhas sinceras homenagens.

Sra. Presidente, esta Casa tem o dever de transformar o debate dos direitos das mulheres em uma discussão permanente. E para tanto não podemos deixar de apoiar com ações concretas o profícuo trabalho realizado pela bancada feminina na Câmara dos Deputados, cabendo destacar, como resultado de seu hercúleo esforço e dedicação, a aprovação da Lei Maria da Penha, que passou a punir de forma exemplar toda e qualquer violência praticada contra a mulher.

É inquestionável, na atualidade, a justa e merecida conquista de poder econômico e político pelas mulheres, notadamente nos últimos anos no Brasil, merecendo ser ressaltada, por dever de justiça, a eleição da Presidente da República Dilma Rousseff e da 1ª Vice-Presidente da Câmara, a Deputada Rose de Freitas.

Sem dúvida, ainda há muito a fazer para aumentar a representatividade das mulheres na esfera pública e sobretudo para reduzir as desigualdades de sociais.



A relevância do tema para a humanidade é tamanha que a Organização das Nações Unidas - ONU chegou a incluir, nesse contexto, a igualdade entre os sexos e a valorização da mulher entre os Objetivos do Milênio.

No cenário nacional, por outro lado, o primeiro passo já foi dado com o advento do Projeto de Lei nº 6.653/09, que prevê ações para garantir a igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/07, que amplia de 120 para 180 dias a licença-maternidade de todas as trabalhadoras, urbanas ou rurais, que contribuam para a Previdência Social, já que atualmente a licença de 180 dias somente se aplica às funcionárias de empresas que optaram pelo Programa Empresa Cidadã e para as servidoras da administração pública.

Em seu brilhante pronunciamento, Sra. Presidente, a ilustre Deputada Janete Rocha Pietá, coordenadora da bancada feminina na Câmara, enfatizou que as mulheres brasileiras anseiam por mais creches, por mais restaurantes, por mais lavanderias comunitárias, por mais instrumentos que as liberem para o trabalho.

Quero encerrar esta singela intervenção, nobres Parlamentares, desejando a todas as mulheres do Brasil, não apenas nesta data em que o universo as homenageia, mas em todos os dias do ano, muita força para prosseguirem em sua penosa caminhada, augurando-lhes toda sorte de realizações pessoais e profissionais, e destacando que com um simples sorriso a mulher pode provocar amor e felicidade, exortando com pequenos gestos toda a sua feminilidade e a grandeza da natureza humana.

Parabéns, mulher, não apenas pelo transcurso do dia 8 de março, mas por ser o que é, hùmus da humanidade, raiz da sensibilidade, tronco da multiplicidade, folha da serenidade, flor da fertilidade e fruto da eternidade.

Muito obrigado.



Documento 33/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58
Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10553 ANDRÉ MOURA-PSC -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 176º aniversário de criação da Polícia Militar de Sergipe e do 15º aniversário de criação da Polícia Comunitária do Estado. Apresentação de requerimento de inclusão na pauta da Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre a criação do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares. Criação do Plano de Cargos e Salários da Polícia Militar do Estado de Sergipe. Posse da Conselheira Isabel Nabuco D'Ávila na Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Valorização da mulher no Estado. Proficiência da gestão do ex-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Conselheiro Reinaldo Moura.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço neste momento um registro importante para a história do Estado de Sergipe. Refiro-me ao aniversário de 176 anos de história da Polícia Militar de Sergipe e de 15 anos da Polícia Comunitária, que tem os mesmos moldes da Polícia Pacificadora do Estado do Rio de Janeiro. Parabenizo a PM sergipana, que, com seu efetivo de mais de 6 mil policiais, tem sido um exemplo de competência no desempenho das funções de garantir



segurança a todos os cidadãos. E aproveito este momento de felicidade para anunciar que, em cumprimento a uma promessa realizada ainda quando no mandato de Deputado estadual, acabo de protocolar um requerimento de urgência para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, e explico às Sras. e aos Srs. Deputados os motivos.

Atualmente, os policiais e bombeiros de todo o País aguardam a votação da PEC 300 em 2º turno, e continuam mobilizando-se, realizando atos pelo Brasil afora para cobrar a aprovação dessa PEC.

As associações que representam a família militar também estão atentas à tramitação da PEC 300. Posso citar Sergipe como exemplo, pois antecipadamente, depois de uma longa negociação com o Governo do Estado - e devo registrar a competência e a união dos policiais que negociaram -, foram elevados os salários graças a um plano de cargos e salários que em dois anos chegará ao teto solicitado pela categoria. Ressalto que esse acordo vem sendo cumprido; já está em mais da metade realizado.

Por fim, uma observação precisa ser feita acerca da ideia de se propor um piso para os praças e outro para os oficiais. Em primeiro lugar, a PEC 300 não trata apenas de servidores militares estaduais, mas também de policiais civis, que não se dividem entre oficiais e praças, mas entre diversas categorias: delegados, agentes, escrivães, peritos, investigadores etc., a depender da Lei Orgânica de cada Estado. Em segundo lugar, a Polícia Militar é uma instituição única; em alguns Estados a PM ainda compreende o Corpo de Bombeiros, e em outros os bombeiros já integram uma instituição independente, a exemplo de Sergipe.

Dessa forma, em se tratando da discussão da proposta de um piso salarial para a categoria, sejam os policiais militares, sejam os bombeiros militares, sejam os policiais civis, não há que se falar em pisos diferenciados, visto que a categoria é uma só; portanto, o piso deve ser único, cabendo aos Estados fazer o escalonamento conforme lhes convir, caso contrário estaremos criando um piso e um teto para os praças e apenas um piso para os oficiais, o que não é objeto da proposta apresentada.



Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, participei ontem, terça-feira, 1º de março, da posse da Presidenta do Tribunal de Contas de Sergipe, a Conselheira Isabel Nabuco D'Ávila, representando oficialmente esta Casa, a Câmara dos Deputados, e faço aqui um pequeno relato da transformação do Estado de Sergipe como um exemplo real da confiança no trabalho e competência incontestável das mulheres na sociedade.

Com a aproximação do Dia Internacional das Mulheres, o dia 8 de março, vale citar que Sergipe segue no curso normal da valorização da mulher, que, de forma inteligente, ocupa seu espaço no exercício da liderança.

Em Sergipe, a Dra. Angélica Guimarães, Deputada Estadual pelo PSC, partido do qual faço parte, é a primeira mulher a presidir a Assembleia Legislativa. Agora assume a Presidência do Tribunal de Contas do Estado a Conselheira Isabel Nabuco, já citada. Isso sem deixarmos de lembrar a Exma. Sra. Presidenta da República Dilma Rouseff.

Assim, antecipadamente, parabenizo as mulheres pelo seu dia na pessoa da Prefeita Lara Moura, municipalista e também a primeira mulher a administrar o município de Japaratuba.

Mas estou aqui também para falar do ex-Presidente e agora Corregedor do Tribunal de Contas de Sergipe Conselheiro Reinaldo Moura, que de forma magistral conduziu o Tribunal no biênio 2009/2010.

Reinaldo Moura, Vereador, Deputado estadual, Presidente da Assembleia Legislativa e Conselheiro do Tribunal de Contas, é um exemplo de administração. Aproximou o Tribunal da população e transformou a comunicação daquela Corte de Contas, sempre atendendo de forma imediata, como a informação se faz necessária, aos questionamentos da sociedade. Deu celeridade aos processos e julgamentos das contas públicas, valendo-se da competência dos outros seis Conselheiros que representam aquela Corte.

Vale salientar que para muitos Estados o Tribunal de Contas é apenas um apêndice da Assembleia Legislativa. Legalmente, sim; porém, em Sergipe o Tribunal de Contas do Estado tem identidade própria, orgulhando muito a todos os sergipanos.



Documento 34/55

030.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 02/03/2011-16:58

Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10554 PASTOR MARCO FELICIANO-PSC -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações à esposa e à mãe do orador e às mulheres missionárias.

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, tenho o prazer e a alegria de, no dia de hoje, prestar homenagem pela passagem do Dia Internacional da Mulher. Primeiramente, homenageio minha esposa, com a qual convivo há quase 20 anos, dando provas de quanto é importante a presença da mulher na vida de nós homens. Se o próprio Deus, quando mandou Seu Filho a terra, o fez através de uma mulher; se Jesus, quando ressuscitou, apareceu primeiramente a uma mulher, só temos que entender, nesses fatos, a importância da mulher na história. Não posso deixar de lembrar também de minha mãe, que foi responsável pelos meus primeiros passos na vida, e de inúmeras outras mulheres, missionárias esposas de pastores, que renunciaram à vida própria para ajudar seus esposos a desenvolver a obra do Senhor, com dedicação, amor e carinho. Também nos é oferecida a honra de termos uma mulher como Presidente da República.



Portanto, só posso dizer nesse dia o seguinte: obrigado, Deus, por criar a mulher.
Muito obrigado.



Documento 35/55

031.1.54.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2011-14:06

Publ.: DCD - 04/03/2011 - 10695 GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Eficiência da gestão da Prefeita Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos, do Município de Sertânia, Estado de Pernambuco. Apelo à Presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, de liberação de recursos de emendas orçamentárias.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me solidarizar com todas as mulheres do mundo pelo Dia Internacional da Mulher, em nome da Prefeita Cleide Ferreira, da minha cidade, Sertânia, que, sem nenhum demérito aos Prefeitos que por lá passaram, inclusive o seu esposo, que hoje é Deputado Estadual, em dois anos, tem trabalhado como ninguém naquele Município. S.Exa. tem construído centro tecnológico, escola técnica, calçamento, passagens molhadas, atendendo às necessidades de toda a população de Sertânia.

Sr. Presidente, Sertânia também tem uma coisa diferente dos outros Municípios do País: por lá passam, hoje, a transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina.



Quero aproveitar a oportunidade para fazer um apelo à Presidente da Caixa Econômica Federal. Todas as emendas parlamentares destinadas à infraestrutura no País estão emperradas. O Alex atende bem lá em Caruaru, o Bento, enfim, todo mundo. No entanto, é burrice da Caixa Econômica Federal não colocar gente para liberar essas emendas. Estou citando como exemplo o Município de Sertânia, que dispõe de recursos de cinco emendas desde 2006, mas a Caixa Econômica não os libera. Então, nós queremos fazer um apelo à Presidente da Caixa Econômica para que resolva essa situação, que saia e deixe isso a cargo de outro Ministério. Os Prefeitos não podem continuar sendo prejudicados, com as Prefeituras no CALC, porque a Caixa Econômica Federal não tem competência para liberar os recursos que destinamos aos Municípios por meio das nossas emendas.

Parabéns às mulheres brasileiras!

(Pronunciamento encaminhado pelo orador)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sertânia, minha terra natal, encravada na região do moxotó pernambucano, divide a história da sua administração em duas partes. Do seu descobrimento, em 1782, pelo fazendeiro Antão Alves, de Vitória de Santo Antão, até dezembro de 2008, por onde passaram extraordinários Prefeitos, a exemplo de Epaminondas Moraes, Arcôncio Lins de Albuquerque, Prof. Arlindo Ferreira, Sinval Siqueira, Raimundo Góis, João do Vale e, mais recentemente, Ângelo Ferreira, o Deputado Estadual mais votado na história de Sertânia, que a governou por duas vezes e o Prof. José Ivan de Lima, substituído pela primeira mulher Prefeita dessa terra, Cleide Ferreira, em janeiro de 2009.

Sem qualquer demérito aos ilustres conterrâneos que governaram minha terra, desejo registrar a garra, a coragem, a determinação, o zelo, o cuidado e a vontade da sua atual Prefeita, Cleide Ferreira, em ver Sertânia ser transformada na mais próspera e bela cidade da região. Cleide, seu Vice, Jalvaci, Secretários, Vereadores e Vereadora, servidores do Município, parceiros e os próprios sertanienses, têm, nesses dois últimos anos, redobrado seus esforços e suas



ações, com o objetivo de infraestruturar o Município, de forma a orgulhar ainda mais os seus filhos e amigos.

Centro tecnológico, escolas, creche, praças, mais de uma dezena de passagens molhadas, escola técnica, barragens, poços artesianos, estradas vicinais, ônibus novos para o transporte de estudantes na zona rural, calçamento em dezenas de ruas e muitas outras ações foram feitas pela Prefeita Cleide Ferreira nesses dois últimos anos.

Sertânia é uma das poucas cidades do Estado que empresta parte do seu território para a passagem de duas grandes obras que beneficiarão a Região Nordeste: a Ferrovia Transnordestina e a transposição de águas do Rio São Francisco, as quais trouxeram ao seu território, em 2009, o então Presidente Lula e a atual Presidenta da República Dilma Rousseff, que, inclusive, dormiram em um acampamento de peões, no seu Distrito, Rio da Barra, por onde passam esses empreendimentos.

Feitas essas preliminares, Sr. Presidente, caríssimas e caríssimos colegas e Deputados, desejo informar que todo esse esforço da ilustre Prefeita Cleide Ferreira e da sua equipe de trabalho tem esbarrado na burra e lenta burocracia instituída pelos "graúdos" da Caixa Econômica Federal, no que diz respeito à liberação dos recursos oriundos das emendas parlamentares confiadas a essa importante instituição financeira.

Não são o Alex Norat, Superintendente, o Bento, Gerente, ou outros economiários ou servidores ilustres da Caixa Econômica Federal de Caruaru que emperram a liberação desses recursos. Isso ocorre no País inteiro, deixando Prefeituras inadimplentes, no CALC e em outras denominações dos serviços de proteção ao crédito, pelas exigências absurdas dessa instituição, repassadora dos recursos das nossas emendas e, nós aqui, calados, sem reclamar nada.

Não vou mais parar de gritar desta tribuna enquanto a Caixa Econômica Federal não mudar essa sua, repito, burra e indesejável burocracia à liberação dos recursos às Prefeituras.

Dona Maria Fernanda Coelho, minha conterrânea, Presidente da Caixa Econômica Federal, da mesma forma que a senhora voltou atrás, revogando a



decisão de não permitir a construção de casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, em terrenos sem pavimentação, coisa que entendemos, para o momento, inoportuna, por favor, providencie urgentemente pessoas competentes para analisar e liberar os processos emperrados nas superintendências da sua instituição, ou, se não o puder fazer, devolva esta atividade ao Ministério das Cidades, para ele indicar outro gestor mais ativo para esse negócio.

Espero que não seja necessário voltar a esta tribuna outra vez para tratar deste assunto. Sou Governo, porém, jamais fui subserviente a quem quer que seja.



Documento 36/55

031.1.54.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2011-15:15

Publ.: DCD - 04/03/2011 - 10708 JOÃO ARRUDA-PMDB -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ocupação por mulheres de importantes cargos públicos no País. Ações realizadas pelo ex-Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, em prol das mulheres.

O SR. JOÃO ARRUDA (PMDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, acompanhei aqui a sessão em que se discutia matéria de valorização da mulher. Na semana que vem, vamos comemorar o Dia Internacional da Mulher, uma data que será com certeza emblemática para todos nós brasileiros. Afinal, pela primeira vez na história, temos uma mulher Presidente da República, sinal de novos tempos, de igualdade entre os sexos, do fim do preconceito.

Temos, na Câmara dos Deputados, na Mesa Diretora, a companheira de partido, Deputada Rose de Freitas, como 1ª Vice-Presidente, e no Senado não é diferente: a 1ª Vice-Presidência é ocupada por uma mulher, a Senadora Marta Suplicy. No Paraná, temos mais de 50% do eleitorado composto por mulheres, e a política, assim como outras áreas antes consideradas território masculino, conta cada vez mais com a participação das mulheres.



A data é para homenagens, sem dúvida, mas quero lembrar ações práticas que o Governo do meu partido, o PMDB, realizou em benefício das mulheres no Paraná. O nosso secretariado teve a presença significativa de mulheres, assim como cargos de direção e coordenação. No conceito de regionalização da saúde, foram criadas as Clínicas de Saúde da Mulher e da Criança, que contaram com a colaboração da médica Zilda Arns.

As clínicas passaram a oferecer atendimento especializado para mulheres de todas as idades e principalmente para gestantes; foram construídas e equipadas pelo Governo; passaram, inclusive, a ser geridas pelas Prefeituras. Era uma parceria do Governo do Estado, que até repassava recurso mensalmente para a manutenção das clínicas. Ele dividia o custo mensal.

As clínicas foram espalhadas por todo o Estado; tinham - têm, já que ainda funcionam por todo o Estado - consultórios odontológicos, pediátricos e ginecológicos. No espaço, a mulher pode programar sua gravidez, realizar todo o pré-natal e ainda frequentar, com seus filhos, os serviços oferecidos.

Em paralelo, as políticas públicas do nosso Governo, do Governo do PMDB, do Governo Requião, também funcionaram para ajudar as mulheres, como o Leite das Crianças, que foi responsável pela redução significativa da taxa de mortalidade materno-infantil. Em 2002, o Paraná tinha 17 óbitos para cada mil nascidos. Em 2010, esse triste índice caiu para 12 óbitos. Foi dessa forma que homenageamos as mulheres paranaenses. Geramos empregos, atraímos novos investimentos, realizamos grandes obras de infraestrutura, mas não deixamos de lado, em nenhum momento, o atendimento exclusivo às mulheres e às crianças.

Que neste dia 8 de março possamos comemorar a participação das mulheres na política e abrir o debate para novas ações em benefício das brasileiras; que, para as novas gerações, seja natural as mulheres ocuparem as mesmas posições e funções que os homens; que, no futuro, nós, homens, estejamos brigando por espaço para os homens nesta Casa, na Mesa, nos Ministérios, no Executivo; que as mulheres tomem conta desta Casa, ocupem espaços na sociedade civil organizada, na iniciativa privada e continuem cumprindo o papel importante que têm na sociedade.



Obrigado.



Documento 37/55

031.1.54.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2011-15:21

Publ.: DCD - 04/03/2011 - 10709 NEWTON LIMA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Participação do orador no Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Casa. Posse do Ministro Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal. Contestação a discursos da Oposição a respeito da política econômica do Governo Dilma Rousseff. Crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro em 7,5% em 2010. Saudações às Deputadas Rose de Freitas e Janete Rocha Pietá, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Aprovação, pela Casa, dos Projetos de Lei nºs 583, de 2007, e 4.486, de 2001, respectivamente, sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e a extensão aos avós do direito de visita aos próprios netos. Avanços da Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra as mulheres. Apoio do PT à elevação do índice de participação feminina na política. Defesa de apreciação pela Casa do Projeto de Lei nº 6.653, de 2009, sobre a criação de mecanismos para garantia da igualdade de gênero. Anúncio de apresentação de emenda ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, quero manifestar minha satisfação em ter compartilhado ontem com V.Exa. e outros colegas da instalação do Conselho de Altos Estudos



da Câmara dos Deputados. Será uma satisfação imensa representar o Partido dos Trabalhadores no Conselho presidido por V.Exa.

Em nome do nosso Líder, o eminente Deputado Paulo Teixeira, quero me somar às congratulações de V.Exa. e outros membros desta Casa à posse, que se dará daqui a alguns instantes, do eminente Dr. Luiz Fux como Ministro do Supremo Tribunal Federal. A todos os elogios feitos nesta Casa eu quero somar o meu.

Inscrevi-me, nesta oportunidade, por delegação, para tratar de um tema que marca essa semana de comemoração do Dia Internacional da Mulher. Mas não posso, antes disso, deixar de, a partir de algumas infelizes observações da Oposição neste plenário, com análises equivocadas quanto ao desempenho da economia no período Lula e mesmo no início do Governo Dilma, contrapor-me às manifestações infelizes e descabidas, ao anunciar ou fazer eco nesta Casa às informações oficiais, prestadas pelo IBGE, que põem por terra essa atitude derrotista e apocalíptica da Oposição.

Temos de comemorar. O IBGE acaba de divulgar o índice de 7,5% de crescimento da nossa economia no ano passado, o maior da história desde 1986. O mais importante de tudo isso é que alcançamos o maior PIB per capita desde 1980. Dados do IBGE indicam que o PIB per capita do Brasil chegou a R\$19.016,00, no ano passado, o que equivale a U\$10.237,00 por sua vez, a maior renda per capita do Brasil em toda a sua história.

Eu gostaria de acrescentar à ata desta nossa reunião as palavras do nosso eminente Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que afirma que os 7,5% do PIB foram alcançados a partir de dois fatores dinâmicos da economia brasileira: o investimento forte e o mercado interno, que foi fortalecido com os programas sociais, com o crédito e com o aumento também incomparável do salário mínimo.

Permita-me dizer, na contramão daqueles que falam da desindustrialização brasileira, reafirmando as palavras do eminente Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que, de todos os setores da economia, o que mais cresceu foi o da indústria, com 10,1% no ano passado.

É preciso dizer ainda, nas palavras do Ministro Mantega, que isso mostra que estamos crescendo e expandindo a nossa capacidade produtiva, aumentando a



produtividade da economia brasileira, porque investimento significa máquinas mais novas e novos sistemas de produção que estão sendo implantados no Brasil.

Se houve farrá, como disse a Oposição, inclusive nesta tarde, ainda bem que foi na geração de empregos, porque conseguimos, nada mais, nada menos, no ano passado, a geração de 2,5 milhões de empregos formais com carteira assinada.

Tudo isso mostra, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a consistência da política econômica desenvolvida no período do Governo Lula e a responsabilidade fiscal com que a Presidenta Dilma está conduzindo a economia brasileira.

Tirando o excesso que foi praticado pelo Congresso no final do ano passado, com previsões de receitas não lastreadas e a readequação dos programas de modo a não afetar investimento - o País continua investindo, sobretudo, com o condão da ação do Governo Federal e a preservação dos principais programas sociais na sua integralidade -, os acertos orçamentários mostram o acerto e a continuidade de um programa que fez o Brasil dar certo.

Como havia dito no início da minha explanação neste espaço de Comunicação da Liderança, quero - e retomo agora a minha fala original - cumprimentar todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. E o faço na pessoa da 1ª Vice-Presidenta desta Casa, colega Deputada Rose de Freitas, e da minha companheira de bancada do Partido dos Trabalhadores, Janete Pietá, que coordena os trabalhos da bancada feminina na Câmara.

Quero dizer, Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que para mim foi um prazer ter participado do momento histórico em que aprovamos o Projeto de Lei nº 583, de 2007, na tarde de ontem, que proíbe a revista íntima de mulheres por homens. Se o projeto tivesse sido aprovado há mais de um ano e meio, teriam sofrido graves sanções os investigadores do 25º Distrito Policial de Parelheiros, em São Paulo, que forçaram uma escritã a tirar a roupa, arrancaram-lhe as vestes, para promover um processo de revista. Isso é absolutamente inaceitável, porque viola a intimidade, a privacidade da mulher. A partir da aprovação do PL nº 583, esta Casa corrige esse defeito da cultura brasileira.



Quero também me congratular com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.486, de 2001, que veio do Senado, que garante aos avós a visita aos netos, no caso de divórcio dos pais. Foi mais um avanço, a pedido da bancada feminista.

E falo da minha satisfação, como ex-Prefeito de São Carlos, de estar aqui, agora, comemorando o aniversário da Lei Maria da Penha. Antes mesmo de a Maria da Penha existir, ainda em 2001, três meses após o início do meu primeiro mandato como Prefeito da cidade de São Carlos, nós criamos a Casa Abrigo para a mulher vítima de violência, à qual demos o nome de uma mulher que foi barbaramente assassinada com uma machadada, em 1994, quando amamentava seu filho, crime que chocou São Carlos e toda a comunidade paulista e brasileira. O nome que nós demos à casa foi o de Gravelina Terezinha Lemes, que representa a força da mulher são-carlense e brasileira, injustiçada e barbaramente morta, e mostra a covardia do homem brasileiro.

A Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores, revela que, a partir da edição e da sanção pelo Presidente Lula da Lei Maria da Penha, houve uma redução em 40% dos casos de violência doméstica. É um avanço extraordinário.

Mas, como disse ontem a companheira Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente do Senado, durante as solenidades de homenagem às mulheres feitas pelo Congresso Nacional, é preciso avançar na direção da ampliação da participação política das mulheres. E o Partido dos Trabalhadores trabalha nessa direção.

Eu e a Liderança do PT esperamos que na reforma política, iniciada ontem, possamos contemplar, primeiro, maior presença da mulher na política brasileira; em segundo lugar, o combate à violência e à discriminação, que apesar dos avanços ainda persistem na cultura machista, sexista e covarde na nossa sociedade; e, por fim, a igualdade de salários no mercado entre homens e mulheres.

É preciso que aproveemos esse projeto. Peço, Sr. Presidente, que a Mesa coloque o mais rapidamente em votação o Projeto de Lei nº 6.653, de 2009, que promove essa equiparação.

Enquanto isso não acontece, na qualidade de educador, permita-me, Sr. Presidente, caros colegas Deputadas e Deputados, anunciar uma proposta que



farei, por intermédio de uma emenda, ao extraordinário projeto do Governo, encaminhado pelo Ministro Fernando Haddad e pelo então Presidente Lula, que estabelece o Plano Decenal de Educação 2011/2020. Nele podemos observar a Meta 17, que valoriza o magistério da rede básica do País. Esses professores e professoras são os protagonistas do processo de ensino e aprendizagem. Na Meta 17 do PNE, é estabelecido que, em dez anos, os profissionais do magistério, 81% dos quais formados de mulheres, nossas grandes professoras, terão um salário aproximado ao do mercado para o mesmo grau de escolaridade.

Quero lhes dizer que apresentarei uma emenda a essa proposição na direção de que isso aumente em 80% dentro de cinco anos, para que, daqui a dez anos, as mulheres brasileiras, que representam a imensa maioria do professorado deste País, possam ter os salários compatíveis com as demais profissões no mercado, em conformidade com o estabelecido e com a vontade política do Projeto de Lei nº 6.653, de equiparação salarial entre todas as profissões, para que homens e mulheres possam conviver em pé de igualdade em nosso País.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.



Documento 38/55

031.1.54.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2011-15:42

Publ.: DCD - 03/08/2011 - 38898 JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Saudações às Deputadas Rosane Ferreira e Carmen Zanotto e às funcionárias da Casa. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio ao Projeto de Lei nº 6.653, de 2009, sobre a criação de mecanismos para garantia da igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho, e às Propostas de Emenda à Constituição de nºs 231, de 1995, acerca da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, e 438, de 2001, relativa à desapropriação de terras para fins de reforma agrária, no caso de constatação da prática de trabalho escravo. Regozijo com a aprovação dos Projetos de Lei nº 583, de 2007, e 4.486, de 2001, respectivamente, sobre a proibição da revista íntima de mulheres nas empresas privadas e nos órgãos e entidades da administração pública e sobre a extensão aos avós do direito de visita aos próprios netos.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar especialmente as Deputadas Rosane Ferreira e Carmen Zanotto, presentes neste momento em plenário, e todos os Deputados. Neste primeiro momento, quero saudar ainda todas as



funcionárias desta Casa, aquelas que estão nas galerias, as mulheres que trabalham e todas as brasileiras.

Quero dizer que nós comemoramos todos os dias o Dia da Mulher, mas o mês de março é especial, porque é aquele em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, Deputado Gilmar Machado.

Este dia surge a partir de uma luta, em 1857. Mulheres tecelãs reivindicaram o quê? A redução da jornada de trabalho, o que, por sinal, continuamos reivindicando, e melhores condições de trabalho e de salário.

O que ocorreu? Elas foram trancadas na fábrica, que foi incendiada. Morreram 130 tecelãs.

A partir desse fato, em 1910, na Conferência da Dinamarca - e quero saudar Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo -, mulheres socialistas declararam que 8 de março passaria a ser chamado de o Dia Internacional da Mulher. Só em 1975 a Organização das Nações Unidas - ONU reconheceu esse dia. Mas essa luta por qualidade no mundo do trabalho e liberdade de ir e vir continua. Por isso, gostaria de pedir a todos os meus pares que dessem apoio ao Projeto de Lei nº 6.653, de 2009.

De que trata esse projeto, Deputado Jesus? Da equidade no mundo do trabalho. Isso significa o quê? Uma equiparação salarial com a classe masculina. Hoje, as mulheres ganham muito menos do que os homens. Mas não é só isso: infelizmente, muitas mulheres não conseguem acessar o cargo de chefia em função do sexo. Então, pedimos apoio para que o Projeto de Lei nº 6.653, de 2009, que tem uma articulação do movimento sindical, uma articulação das mulheres, da Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres e da bancada feminina, seja aprovado. Por meio dele, vamos estabelecer que em cada lugar de trabalho se crie a Comissão Interna de Promoção da Igualdade - CIPI, semelhante à CIPA, cujos integrantes têm 2 anos de mandato e estabilidade. A CIPI começa em toda essa formulação para acordar e aprovar o projeto.

Muito mais do que isso, cria-se um organismo que também busca monitorar as empresas que não cumprem os acordos de salário igual, trabalho igual e promoção do trabalho da mulher.



Nós, da bancada feminina, Sr. Presidente, defendemos também o fim do trabalho escravo e a redução da jornada de trabalho. Afinal de contas, mulheres foram queimadas em Nova Iorque por lutarem por redução da jornada de trabalho. Essa luta é antiga.

Quero agradecer a todos os Deputados pelas votações que ocorreram ontem. Nós conseguimos aprovar o Projeto de Lei nº 583, de 2007, da Deputada Alice Portugal, que estabelece o fim da revista íntima, o que só ocorrerá, excepcionalmente, no sistema prisional e terá que ser feita por mulheres. E quero denunciar a forma abusiva como aquela escritã foi tratada em São Paulo. Aquilo foi uma agressão, e todos que a lesaram têm de ser punidos. Não é possível! A minha voz se levanta contra qualquer violência aos direitos de qualquer pessoa, nesse caso, das mulheres.

Então, 8 de março é o Dia Internacional da Mulher. Quero parabenizar todas as mulheres e dizer que temos que continuar vigilantes; temos que continuar na luta pelos nossos direitos, porque somos 52% da população; e temos que fazer valer a nossa Constituição, que estabelece direitos iguais entre homens e mulheres.

Muito obrigada e bom carnaval. No carnaval, vamos fazer uma campanha para que não haja violência contra criança, contra adolescente e nem contra as mulheres. Que seja um carnaval de alegria, e não de violência.

Pela paz no carnaval! Um carnaval muito alegre para todos!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de saudar as funcionárias da Casa, saudar essas mulheres que participam do dia a dia da Câmara dos Deputados, presentes nos gabinetes, nas Comissões, nos serviços de manutenção, de higiene e limpeza e nos diversos órgãos administrativos.

Eu quero dizer que o Dia Internacional da Mulher é um dia para todas as mulheres, um dia para ser lembrado pela atitude de conquista e reivindicação de direitos, direitos elementares à pessoa humana, a uma vida digna e de plena cidadania, vida sem violências, com respeito, valorização e autoestima.



O que é o 8 de Março?

No dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte-americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como: redução na carga diária de trabalho para 10 horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário); equiparação de salários com os dos homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho); e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

Reconhecimento Internacional do Dia Internacional da Mulher.

Somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o dia 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher, em homenagem às mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU - Organização das Nações Unidas.

O reconhecimento internacional da reivindicação das 130 tecelãs que morreram em busca da igualdade só veio após 118 anos.

Projeto da Igualdade.

Na semana depois do carnaval, será votado um projeto de interesse de todas as mulheres o PL 6.653, de 2009, de autoria da Deputada Alice Portugal e que cria mecanismos para garantir igualdade entre mulheres e homens, para coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho.

O PL 6.653, de 2009, chamado Projeto da Igualdade, trata principalmente sobre descrição das formas de discriminação contra a mulher no âmbito do trabalho; promoção de políticas positivas que visem a prevenir, coibir e eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres nas relações de trabalho; e incidência do princípio da igualdade sobre os processos seletivos e critérios de avaliação, formação e capacitação profissional.

Defendemos a Proposta de Emenda à Constituição nº 231, de 1995.



Outra proposição defendida pela bancada feminina é a PEC 231, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. A aprovação dessa PEC impacta diretamente a vida de mulheres. Até hoje as mulheres têm múltiplas jornadas de trabalho: além do trabalho fora de casa, é responsável pela administração da casa e outras tarefas atribuídas tradicionalmente às mulheres.

A aprovação desse projeto faz referência à luta iniciada em 8 de março pelas mulheres que foram trancadas dentro da fábrica e queimadas.

Proposta de Emenda à Constituição nº 438, de 2001, pelo fim do trabalho escravo. Somos favoráveis à PEC 438 pelo fim do trabalho escravo. A privação de liberdade e usurpação da dignidade caracterizam a escravidão contemporânea. Devemos abolir toda e qualquer atitude que rouba a dignidade e a liberdade de pessoas.

Escravidão é violação dos direitos humanos e deve ser tratada como tal. Devemos lembrar que 2011 foi definido pela Organização das Nações Unidas como o Ano dos Afrodescendentes.

Ontem foi aprovado o Projeto de Lei nº 583, de 2007, da Deputada Alice Portugal, do PCdoB da Bahia, que proíbe a revista íntima de mulheres nas empresas privadas e nos órgãos e entidades da administração pública.

Espero essa medida acabe de vez com uma prática nociva. "As funcionárias da indústria de tecelagem sofrem terríveis humilhações. Como fabricam peças íntimas, elas são muitas vezes revistadas e acusadas de uma forma muito cruel. Então, temos que buscar, no mundo do trabalho, mecanismos de controle da produção sem humilhar as mulheres".

A revista íntima de mulheres também é comum nas indústrias de eletrodomésticos e de componentes eletrônicos, nas casas de joias e no trabalho doméstico.

Essa lei também inibi a ocorrência de casos como o que aconteceu em São Paulo, quanto uma escritã da Polícia Civil do Estado de São Paulo foi despida à força por agentes masculinos, durante uma investigação da Corregedoria.

Projeto de Lei nº 4.486, de 2001. Esse projeto de lei estende aos avós o direito de visitar os netos. O projeto protege crianças que muitas vezes ficam à mercê de disputas de casais e famílias e assegura aos avós o direito de acompanhar o



crescimento e o desenvolvimento de seus netos. Além do mais, dá a devida importância à figura dos avós na sociedade brasileira, que desempenham papel importante na transmissão de conhecimentos, culturas e saberes. São os avós que fazem o elo entre o passado e o presente e resguardam valores fundamentais para a formação de crianças e adolescentes, sejam meninos, sejam meninas.



Documento 39/55

031.1.54.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2011-16:21

Publ.: DCD - 04/03/2011 - 10722 ONOFRE SANTO AGOSTINI-DEM -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Elogio ao Presidente Inocêncio Oliveira. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras. Nomeação dos advogados João Batista Góes Ulysséa e Roei Danielli para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Maior transparência na arrecadação de impostos pela União. Revisão dos critérios adotados para a distribuição de recursos aos entes federados. Contrariedade à recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF. Defesa de redução de gastos públicos. Importância de realização da reforma tributária para a promoção do desenvolvimento econômico. Expectativa quanto à realização da reforma previdenciária. Posicionamento do orador com relação a tópicos da reforma política. Defesa de resgate da função precípua do Poder Legislativo. Saudação à Deputada Rose de Freitas.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero inicialmente agradecer a manifestação ao ilustre Deputado Inocêncio Oliveira, que refuto o Parlamentar que mais compreende esta Casa ao longo de sua história. É uma honra, um prazer enorme poder colaborar com esta



pauta, que sabemos não ser fácil. Por isso, Deputado Inocêncio Oliveira, receba também o meu respeito e a minha gratidão.

Início meu pronunciamento dirigindo-me, de modo especial, à mulher brasileira. Quero homenagear todas as mulheres pelo 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Mas, na minha opinião, Deputada Carmen, todo dia é dia da mulher.

Mas, como escolheram o dia 8, quero homenagear a Deputada Rosane, a Deputada Carmen, que aqui se encontra, as nossas funcionárias Valéria e Vânia e as nossas taquígrafas.

Se me permitem, Deputadas, quero homenagear a minha saudosa mãe, Graciosa, e a minha esposa, Leonisa, que se encontram numa outra dimensão. Quero homenagear também a minha atual esposa, Maria Elisa, minha companheira de luta, a minha filha Joanita, as minhas netas Maria Luiza e Lara. Em nome delas, presto minha homenagem a todas as mulheres brasileiras.

Deputada Rosane, quero dizer que aprendi ainda no berço que a mulher é a continuidade da existência do Deus humano, porque só a ela foi dado o grande mistério de gerar a vida. Por isso, mulher brasileira, mulher do mundo, mulher de todas as raças, mulher preta, branca, bonita ou feia, mulher baixinha ou alta, mulher inteligente, mulher trabalhadora, mulher Deputada, a você, mulher, o meu respeito e a minha admiração. Continue nesta difícil missão de ajudar a minimizar o sofrimento do ser humano.

Dito isso, quero também prestar minha homenagem, Deputada Carmen, a dois novos Desembargadores catarinenses que, ontem, o Exmo. Sr. Governador Raimundo Colombo escolheu e nomeou: Dr. Ronei Danielli e Dr. João Batista Góes. Em poucos dias, haverão S.Exas. de tomar posse e continuar exercendo essa grande missão de fazer justiça.

Uma das questões mais importantes da agenda nacional no início da legislatura é, sem dúvida, Deputada, a reforma tributária. O tema interessa a todos os partidos políticos e é objeto de preocupação por parte de importante segmento da sociedade civil, que tem expressado, com firmeza, sua repulsa ao excesso de impostos no nosso País.



Acredito mesmo que os protestos não são maiores porque o cidadão comum não tem plena consciência da quantidade de tributos que estão sendo embutidos nos preços dos bens e serviços comercializados no mercado brasileiro. Este deveria ser o primeiro ponto a constar de uma reforma tributária corajosa e verdadeiramente sintonizada com os anseios da população: a total transparência quanto ao que pagamos em impostos, desde o desconto na fonte até os impostos diretos.

Feito isso, depois de exposta à sociedade a real dimensão da voracidade fiscal do Governo, o próximo passo será estabelecer, democraticamente, critérios e objetivos para a cobrança de impostos e para a repartição das receitas arrecadadas.

Precisamos redistribuir a partilha das receitas governamentais entre os diversos entes da Federação, para compensar o excesso de obrigações que têm recaído sobre os Municípios. A concentração da arrecadação nas mãos da União tem perpetuado as distorções entre as diferentes regiões do País, com consequências nocivas sobre o padrão de desenvolvimento nacional. Senão, vejamos, Srs. Parlamentares e povo brasileiro, hoje a distribuição da receita do bolo tributário: 64% vão para o Governo Federal; apenas 23% para os Estados e 13% para os Municípios.

O excesso de impostos acabou criando uma burocracia infernal no País, que obriga as empresas a manterem estruturas de controle contábil cada vez mais caras e pesadas. Trata-se de um dos principais entraves do crescimento, da produtividade e da eficiência da nossa economia. Um obstáculo que se torna cada vez maior em função da avalanche de importações vindas de países com custos menores de produção.

Deputada Carmen Zanotto, que conhece bem a nossa região, darei o seguinte exemplo: a minha cidade, o meu Município, é o maior produtor de alho do Brasil. Sra. Deputada, sabe quanto custa para se produzir um quilo de alho na nossa terra? Um dólar. Mas chega alho, oriundo da China, a 50 centavos de dólar. Por que isso? Lá na China não existe imposto. Nós brasileiros pagamos uma carga



tributária violenta demais. Por isso, nós não podemos concorrer com os países que não cobram impostos.

A globalização é um fato irreversível. Se queremos nos desenvolver, precisamos nos acostumar com a realidade dos mercados altamente competitivos, nos quais o excesso de impostos é um ônus insuportável para as empresas. Nós não podemos competir com países que não têm carga tributária como a nossa, que é a maior do mundo.

A contrapartida da redução da carga tributária é a maior eficiência da máquina estatal. Uma coisa depende da outra. O desperdício, a ineficiência e o excesso de gastos públicos criam uma pressão constante para o aumento dos impostos, um círculo vicioso que a sociedade brasileira já não aceita mais.

Temos como exemplo agora as tentativas de ressuscitar a CPMF, o famigerado imposto financeiro concebido para financiar gastos com a saúde.

Ora, mas se a saúde, assim como a educação, é atribuição fundamental do Estado, e se a carga tributária já é elevada, então a conclusão certa é a de que as receitas dos impostos estão sendo mal aplicadas. Em vez de criar mais impostos, o que o Governo deve fazer é destinar prioritariamente para a saúde parte da enorme quantidade de recursos que toma dos cidadãos e empresas sob a forma de tributos e taxas.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, não se precisa criar imposto algum para resolver o problema da saúde do povo brasileiro, é apenas necessário regulamentar a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, para que tenhamos uma saúde de primeiro mundo.

Os Municípios arcam com sua responsabilidade e investem 15% da sua receita líquida na saúde. O Estado, Deputada Carmen - e sei que V.Exa. foi Secretária de Saúde -, investe os 15% na saúde, quando não mais, para cumprir com a sua obrigação. Mas a União nada investe.

Há necessidade de mudarmos isso. É preciso que o Governo Central cumpra com a sua responsabilidade na saúde, mas sem recriar a CPMF.

De acordo com as estimativas feitas pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT, entre 2001 e 2010, a variação da carga tributária brasileira foi



93% maior do que a inflação do período, calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Esses cálculos apontam, para 2010, na direção de uma receita tributária total maior do que 1 trilhão e 300 bilhões, o que representa aproximadamente 37% do PIB.

Vejam, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que a receita de 2010 passa de 1 trilhão e 300 bilhões! Este valor recebido pela União - e não pelo Governo da Dilma - é equivalente a 14% a mais em taxas e representa mais de 150 bilhões que retiraram dos Governos Estaduais e Municipais.

Nesse contexto, é importante assinalar que a elevada arrecadação de impostos não tem como contrapartida, no Brasil, uma adequada prestação de serviços por parte dos órgãos públicos, como vemos nos péssimos indicadores de saúde, educação e segurança, itens que constituem a obrigação mínima do Estado em qualquer sociedade civilizada.

Os debates ora travados acerca do risco de desindustrialização do País mostram que, para preservar a competitividade de nossas empresas, devemos escolher entre a desvalorização forçada do câmbio e a diminuição dos gastos públicos, acompanhada da redução dos impostos. Parece não haver dúvidas de que a segunda opção é a melhor para o futuro do Brasil.

Sendo assim, acredito que a aprovação de uma boa reforma tributária é imprescindível para entrarmos no ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável que queremos.

Sras. e Srs. Deputados e povo brasileiro, quando falamos que o País vai mal, que a situação do povo brasileiro e da nossa Nação brasileira está complicada, o que significa este "Brasil", Deputada Carmen, a que nos referimos? O Brasil é um conjunto de Estados, mas é uma coisa abstrata. O que são os Estados? São o conjunto de Municípios, mas ainda assim são abstratos. A única coisa concreta é o Município.

Portanto, para resolvermos o problema da Nação brasileira, dos Estados brasileiros, precisamos resolver os problemas dos Municípios, quais sejam, os problemas da saúde, da educação, da segurança, do transporte, da água e do esgoto. Se resolvermos a situação de Lages, Deputada Carmen, ou da minha



cidade de Curitiba, estaremos ajudando a resolver o problema da Nação brasileira. Não podemos querer resolver o problema da cabeça e deixar o pé e o corpo morrendo.

Outra medida indispensável à consecução desse objetivo, Sr. Presidente e Sra. Vice-Presidenta, minha amiga Deputada Rose, é a reforma previdenciária. Quando o sistema de aposentadoria foi criado, na Alemanha do século XIX, a expectativa de vida girava em torno de 60 anos.

Enfim, sou um entusiasta da reforma previdenciária, mas sei que ela não sairá do jeito que eu quero ou como planeja meu partido. Ela deve ser o resultado de um debate sereno, racional, sobre a capacidade real de os trabalhadores e servidores ativos sustentarem os trabalhadores e servidores inativos. De nada adianta o populismo em um assunto cujos resultados pesarão durante décadas.

Espero, Sras. e Srs. Deputados, que essa reforma venha ao encontro do povo brasileiro e que façamos a melhor e mais radical reforma possível, mas que valha não para os que já estão no mercado de trabalho, e sim para os que nele entrarem depois de aprovada a reforma. Nada de quebras de contrato, e o debate será mais fácil.

Por último, mas não menos importante do que a discussão em torno da reforma tributária e previdenciária, está a reforma política. Instalada no dia 1º de março, pelo Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, em sessão solene realizada no plenário desta Casa, a Comissão concentrará sobre seu trabalho os olhos e a atenção de toda a sociedade. Por essa razão, faço votos de que a Comissão tenha êxito na construção de um acordo em torno do núcleo da reforma, que deverá expressar os anseios da sociedade civil organizada, que, recentemente, foi capaz de mostrar a sua força na mobilização em torno da aprovação da Lei da Ficha Limpa.

Evidentemente, como é do conhecimento de todos, esse tema tem sido objeto de intensa discussão no Parlamento brasileiro. Sabemos que a legislação eleitoral e partidária não permaneceu estática ao longo do tempo.

Nos últimos anos do regime militar, o bipartidarismo forçado, imposto pelo regime, foi substituído pelo pluripartidarismo; o País permitiu o voto do analfabeto e



facultou-o para os maiores de 16 anos; partidos políticos antes proscritos conquistaram seu direito de competir pelos votos e pela formação da vontade política da população.

Nos anos 90, a Lei dos Partidos Políticos e a Lei das Eleições regulamentaram questões previstas na Constituição de 1988, como o estatuto de direito privado dos partidos políticos, regras de filiação, financiamento das campanhas e a utilização do horário eleitoral gratuito, dispositivos que contribuíram para consolidar e estabelecer regras permanentes e estáveis para as eleições do País. Ambos os diplomas conferiram importantes avanços nas regras eleitorais, evitando que leis de ocasião, normalmente promulgadas somente no período próximo do início das campanhas, conturbassem o adequado funcionamento do processo eleitoral.

Ao mesmo tempo, também podemos mencionar a recente aprovação da Lei da Ficha Limpa, emenda à Lei Complementar nº 64, de 1990, que, por conta da pressão da sociedade por maior ética e transparência no processo de seleção dos candidatos aos cargos eletivos, certamente irá contribuir, com o transcurso do tempo, para a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade da representação política no País, nos níveis federal, estadual e municipal.

Estamos convencidos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e povo brasileiro, de que esse dinamismo e constante aperfeiçoamento proporcionado pelas mudanças em nossa legislação eleitoral e partidária serão essenciais para a retomada dos debates em torno dos principais pontos que têm pautado as discussões nos últimos anos, a saber, a instituição da lista partidária fechada, do financiamento público, exclusivo das campanhas eleitorais, e a proibição das coligações nas eleições proporcionais.

Trata-se de um conjunto de propostas articuladas e coerentes com as regras vigentes, pois ao mesmo tempo em que mantém o princípio da representação popular proporcional, assegurado por nossa Constituição Federal, proporciona aos partidos os mecanismos mais eficientes para a consolidação de seu conteúdo ideológico e programático, contribuindo para a eleição de Parlamentares efetivamente comprometidos com as mesmas bandeiras.



Nesse sentido, a instituição das listas partidárias previamente ordenadas, regra já vigente em inúmeras democracias consolidadas, transfere para o partido a responsabilidade de hierarquizar os nomes dos candidatos que serão apresentados ao eleitor. Espera-se, com essa mudança, fortalecer o processo interno de seleção de candidatos e a organização democrática das listas, com ampla participação dos filiados na sistemática de sua definição. Ao mesmo tempo, espera-se dos candidatos eleitos por intermédio das listas partidárias o efetivo comprometimento com as diretrizes da agremiação, seja nas votações, seja na manutenção de um longo tempo de filiação e efetiva participação nos debates internos da agremiação.

De forma coerente com a instituição da lista partidária, organizada previamente pelo partido, a proposta já estudada nesta Casa institui também o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais.

Entendemos que, em relação às regras vigentes, o financiamento público exclusivo estabelece dois avanços centrais: em primeiro lugar, por centralizar em uma única conta o registro de todas as movimentações financeiras da campanha. O financiamento público exclusivo facilita, em muito, a fiscalização e a racionalização do processo de prestação de contas das despesas e receitas da agremiação. Em vez de inúmeras contas individuais, a Justiça Eleitoral teria que fiscalizar as receitas e despesas dos partidos que participaram das eleições, de forma única e centralizada.

Em segundo lugar, o financiamento público exclusivo evitará o abuso do poder econômico, tão falado e tão visto no decorrer dessas eleições de 2010, em vigor no modelo vigente. Quem está informado sobre o montante de recursos envolvidos em uma campanha eleitoral sabe que os candidatos dependem cada vez mais do aporte de recursos financeiros de setores privados. Uma vez eleitos, esses representantes rapidamente abandonam os compromissos que assumiram ao longo da campanha, para concentrarem seus esforços no atendimento dos interesses dos que os financiaram, seja patrocinando projetos que os beneficiem em seu setor de atividade, seja buscando intermediar a participação desses em licitações e contratos junto à administração pública.



Ao mesmo tempo, entendemos que a proibição das coligações nas eleições proporcionais é outro ponto importante da reforma em discussão nesta Casa. Considerando-se que o princípio do sistema proporcional é garantir, por intermédio dos partidos, a expressão das diferentes opiniões presentes na sociedade, não faz sentido assegurar que coligações oportunistas possam se formar com o único objetivo de vencer a "cláusula de barreira" imposta pelo quociente eleitoral. A permissão em vigor distorce o sistema representativo, pois o mecanismo de transferência dos votos não permite que o eleitor assegure que seu voto, firmado com base em algum princípio partidário, não esteja contribuindo para a eleição de um candidato que não compartilha das mesmas ideias que justificaram o sufrágio do eleitor. Às vezes, Srs. Deputados, vota-se num e elegem-se outros que nem queriam ser eleitos.

O Sr. Domingos Dutra - V.Exa. me concede um aparte, Deputado?

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI - Com todo o prazer, Deputado.

O Sr. Domingos Dutra - Deputado Onofre, obrigado pelo aparte. Tenho certeza de que Santa Catarina está orgulhosa de tê-lo aqui como seu representante. O discurso que V.Exa. faz é atual, apesar de nessas tribunas já terem registrado este assunto durante muitos anos. Particularmente, não acredito em sucesso da reforma política, primeiramente, porque há uma conveniência muito grande. Em segundo lugar, acho que nos deveríamos dedicar àqueles temas que já estão maduros na cabeça da população. Por exemplo, ninguém aguenta mais conviver com suplente de Senador. É uma vergonha, em plena democracia, termos Senadores que não fizeram campanha, que ninguém sabe quem são, que não obtiveram um voto e que estão lá ocupando vaga. Mas o Senado não quer tocar nisso, mas quer falar do assunto da Câmara. É preciso reduzir o mandato de Senador. Por que nós temos que "ralar" de quatro em quatro anos, e o Senador tem oito anos? Vamos unificar as eleições. Ninguém aguenta mais eleições de quatro em quatro anos. Portanto, eu acho que nós temos que buscar os temas que a população já maturou, porque os demais, como o da lista fechada e o da fidelidade partidária, são complexos. A melhor coisa seria estabelecer uma Constituinte exclusiva, um grupo que não estivesse nesta Casa e que se



determinasse um prazo de transição para entrarem em vigor as normas. Sei que V.Exa. tem muitos temas a tratar, por isso não vou mais tomar o seu tempo. Obrigado pelo aparte.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI - Agradeço a V.Exa. a manifestação, que vem ao encontro da minha opinião.

Vejam bem, a Deputada Carmen Zanotto, por exemplo, teve 80 e poucos mil votos, 84 ou 85 mil votos. Houve gente que se elegeu com 34 mil votos, e S.Exa. ficou com a suplência. Está errado! Está errado!

V.Exa., Deputado Domingos Dutra, levantou um ponto importantíssimo: eleição de dois em dois anos não há quem aguente. Deputado Júlio Campos, não há quem aguente! Eleição de dois anos em dois anos é insuportável. Gostaríamos de aproveitar os debates proporcionados pela instalação da Comissão Especial de Reforma Política para propor dois outros aperfeiçoamentos pontuais em nossa legislação eleitoral. Primeiramente, defendemos o fim da reeleição para os cargos do Poder Executivo, em todos os níveis, instituto que não tem contribuído para assegurar a igualdade de condições entre todos os postulantes ao mandato eletivo. Entendemos que essa experiência, introduzida por Emenda Constitucional em junho de 1997, favorece os detentores de mandato que buscam a reeleição, ao mesmo tempo em que, nos Estados e Municípios, onde a sociedade civil está menos organizada, não permite que a fiscalização da utilização da máquina pública no processo eleitoral combata a corrupção e o incorreto destino dos recursos públicos.

Também gostaríamos de propor a coincidência da eleição para todos os mandatos eletivos no País. Defendo eleição de cinco em cinco anos e a proibição da reeleição para o Executivo, em todos os níveis, instituto que não tem contribuído para assegurar a igualdade de condições entre todos os postulantes ao mandato eletivo - eleição de cinco em cinco anos, sem direito à reeleição. Estou plenamente de acordo com V.Exa.

Estamos convencidos de que o estabelecimento do mandato de cinco anos para todos os cargos eletivos, sem possibilidade de reeleição, estabeleceria as bases para a realização simultânea dos pleitos para todos os cargos eletivos. Tal medida



simplificaria o funcionamento de nosso sistema político, pois a realização das eleições a cada dois anos contribui para produzir uma série de empecilhos ao bom andamento dos trabalhos tanto no Poder Executivo, que não pode realizar vários atos administrativos, em função das restrições legais existentes nos anos eleitorais, como no Poder Legislativo. Como é do conhecimento desta Casa, neste Poder ocorre o comprometimento da periodicidade das deliberações em Plenário, pois muitos Deputados e Senadores participam ativamente das eleições para Prefeitos e Vereadores, seja como candidatos, seja como defensores das candidaturas apresentadas por seus partidos.

Se analisadas de forma conjunta, Sr. Presidente, as propostas apresentadas neste breve pronunciamento contribuirão, de modo decisivo, para o aperfeiçoamento e amadurecimento de nossa legislação eleitoral e partidária, com evidentes ganhos para a qualidade da democracia representativa em nosso País.

Quero apenas, antes de encerrar, Sras. e Srs. Deputados, dizer-lhes algo, com muita tristeza, porque vim aqui imbuído do sentimento de ajudar o País, a Nação brasileira, o povo brasileiro. Vou dizer aqui uma frase divulgada ontem pelos jornais de Santa Catarina do então Deputado João Rodrigues, que a ilustre Deputada Carmen Zanotto acaba de substituir: enquanto este Poder fica discutindo o sexo dos anjos, o Poder Judiciário faz as leis, e o Executivo manda.

Há um modelo, Srs. Deputados, que não está certo. Este Poder, que é o mais democrático, que é o mais importante na democracia, está agachado perante o Executivo! Nós aqui estamos agachados!

Vejam V.Exas., o corte de recursos pelo Governo Federal atinge as emendas parlamentares. Em outros tempos, Deputado Júlio Campos, esta Casa viria abaixo se isso acontecesse.

Os Deputados que dão sustentação ao Governo - apesar da ausência, desculpem-me a franqueza - estão, da mesma forma, agachados frente à decisão do Executivo e não reagem a esse absurdo! Não reagem ao corte das suas emendas! Ficam passivos, concordam. Como disse, caro Governador Júlio Campos, em outros tempos, esta Casa viria abaixo se isso acontecesse.



Nós precisamos levantar a cabeça e reagir, dizer ao Executivo que ele tem sua missão, que o Judiciário tem sua missão, mas que este Poder tem a missão mais importante, porque é o mais democrático e representa o anseio da população brasileira. Este Poder tem de reagir, sim, dizer ao Poder Executivo que basta de mandar as leis e dizermos amém, aleluia, sim, senhor.

Sra. Presidenta, antes de concluir, permita-me também, carinhosa e respeitosamente, dirigir-me a V.Exa. para prestar minha homenagem à mulher brasileira. Já prestei às outras, mas faço questão de homenagear V.Exa. pela grandeza, competência, sensibilidade. V.Exa. tem o meu respeito e a minha admiração. É verdadeira aquela frase já dita anteriormente e que vou repetir para V.Exa.: a mulher é a continuidade da existência do Deus humano, porque só você, mulher, gera a vida pelo mistério que Deus lhe deu.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Agradecemos as palavras a V.Exa., sempre tão atencioso, tão solidário com as mulheres desta Casa. Parabenizo-o pelo discurso de hoje. Levaremos as palavras de V.Exa. como estímulo à luta de todas as mulheres desta Casa.

Muito obrigada.



Documento 40/55

031.1.54.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2011-16:51

Publ.: DCD - 04/03/2011 - 10727 CARLOS MAGNO-PP -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Anúncio da apresentação de requerimento de informações à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL sobre alterações dos contratos de construção da Usina Hidrelétrica de Jirau e da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Estado de Rondônia. Apreensão com o possível impacto socioambiental advindo dessas alterações. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Transferência de servidores públicos do Estado de Rondônia para os quadros da União Federal.

O SR. CARLOS MAGNO (PP-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, V.Exa. acabou de assumir a Presidência, e na sua pessoa quero homenagear as mulheres.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, eu trouxe um assunto que reputo de grande importância não só para o meu Estado, Rondônia, como também para o Brasil. Trata-se de uma comunicação sobre a construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira.

Rondônia tem a sorte de vivenciar neste momento a construção dessas duas importantes obras, as Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, que estão sendo construídas no Rio Madeira. São obras fundamentais para garantir o fornecimento de energia limpa para o desenvolvimento do Brasil.



No entanto, na última terça-feira, dia 1º de março, dois grandes jornais de prestígio nacional publicaram matérias que reputo da maior importância e que trouxeram grande preocupação para o povo do meu Estado. Trata-se da alteração pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL dos contratos já ajustados anteriormente.

O Globo, no Caderno Economia, informou que a ANEEL aprovou um ajuste no contrato em favor da Usina de Santo Antônio. Na matéria consta que o nível da água vai subir 50 centímetros nessa usina. Já na Usina de Jirau deverá ultrapassar os 3 centímetros.

Não li o relatório nem o parecer técnico da ANEEL; porém, como todo o povo de Rondônia, pergunto: haverá algum impacto, com a mudança dessas cotas? Como fica a questão ambiental?

Todos os estudos socioambientais para a elaboração do EIA/RIMA e do Plano Básico Ambiental consideraram uma cota menor, de 50 centímetros para Santo Antônio e de 3 centímetros para Jirau. Isso pode parecer pouco, mas tem profundos reflexos para a vida dos ribeirinhos e até para o Rio Abunã, que faz divisa com a Bolívia e anteriormente estava poupado dessas alterações.

É preciso que a ANEEL e os consórcios venham a público esclarecer ao povo rondoniense os benefícios e os possíveis impactos dessas mudanças. Os ganhos precisam ser repartidos com o povo de Rondônia, e os impactos têm de ser dimensionados e mitigados.

Esse aumento do nível dos reservatórios, de 50 centímetros no caso de Santo Antônio e de 3 centímetros no caso de Jirau, traz aflição certamente, porque os estudos técnicos para tanto não estão contemplados no EIA/RIMA; trata-se apenas de uma decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Folha de S.Paulo, no Caderno Mercado, informa que as Usinas de Santo Antônio e de Jirau começam a disputa por ganhos de energia; entretanto, nada foi comentado a respeito de se essa elevação de nível vai trazer ganhos ou prejuízos para Rondônia.

No início das obras foram negociadas algumas poucas compensações vergonhosas com o Município de Porto Velho e o Estado de Rondônia, pois todos



sabem que os beneficiados serão os Estados que vão vender a energia. Rondônia, que vai produzir, que vai gerar essa riqueza, ficará apenas com os problemas sociais que, aliás, já conhecemos, pois vivemos o ciclo da borracha, do ouro, da cassiterita, da madeira e outros.

Quero, nesta oportunidade, conclamar meus colegas Parlamentares de Rondônia, da Câmara dos Deputados, do Senado e da Assembleia Legislativa, o Governo do Estado, os Prefeitos, os Vereadores e, enfim, todos os segmentos produtivos para olharem com muita atenção para essa questão, pois esse assunto não pode ser tratado com descaso; este momento pode ser de redenção ou de incerteza de futuro para a nossa gente.

Quero, ressaltar, alertar todos os Parlamentares desta Casa para a gravidade desse assunto, pois as Usinas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte são tidas como os maiores investimentos do Governo Federal, mas na verdade a maior parte dos recursos vão para o setor privado: Camargo Correa, GDF SUEZ Energy, Odebrecht, Andrade Gutierrez e outras, que se socorrem do BNDES, razão pela qual entendo que Câmara dos Deputados não pode ficar alheia a esse assunto.

Da minha parte, vou dialogar com a bancada rondoniense, da mesma forma como vou procurar meu Líder e os Presidentes das Comissões de Finanças, Fiscalização e Controle e Minas e Energia, para que - quem sabe? - em uma audiência pública, de preferência a ser realizada em Rondônia, possamos esclarecer esta nossa apreensão e tranquilizar nossa população.

Em especial à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle apresentarei requerimento no sentido de que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL apresente as notas técnicas, os pareceres técnicos o relatório e o voto do relator, bem como a aprovação da diretoria, relativamente à revisão dos estudos técnicos. Isso posto, gostaria de dizer que hoje estou apenas registrando esse assunto, que considero da maior relevância e, ao mesmo tempo, da maior gravidade, pois entendo que erros grosseiros como esse não podem ser praticados por técnicos gabaritados, como costumam afirmar os dirigentes de Santo Antônio e Jirau, até porque são essas falhas e essa desatenção que têm causado desastres de



grandes proporções; se for possível evitá-las, por que não tomarmos as providências que a humildade recomenda, em lugar da prepotência?

Além de comunicar meu Líder, vou levar esse assunto ao Líder do Governo, para que nossa Presidenta tome conhecimento desses fatos, que, eu tenho toda a certeza, vão deixá-la muito preocupada.

Vou, repito, requerer, por intermédio da Comissão de Controle e Fiscalização, os documentos que baseiam essas alterações que desconsideram as questões ambientais e as questões dos ribeirinhos. E está aqui o Deputado Domingos Dutra, que atua em defesa do pessoal prejudicado pelas barragens. Certamente o Estado de Rondônia mais uma vez será prejudicado, pois lá vai ser produzida uma energia que será vendida pelos Estados do Sul do País, restando a Rondônia apenas os problemas sociais e os problemas ambientais que essas obras vão trazer.

Peço a V.Exa., Sra. Presidenta, que autorize a devida divulgação deste discurso para que possamos numa próxima oportunidade falar mais sobre esse assunto, e aproveito para parabenizar as mulheres brasileiras pelo seu dia.

Para finalizar, comunico que ontem, graças a Deus, por intermédio do Secretário Duvanier, do Ministério do Planejamento, foi resolvida uma questão de isonomia, com a transferência dos servidores de Rondônia do quadro do Estado para o da União. Foi estabelecida assim a isonomia, tal como foi feito com Roraima e Amapá em anos anteriores, resolvendo-se o problema de servidores que esperavam por isso há mais de 20 anos.

Agradeço-lhes a atenção, Sra. Presidenta e colegas Parlamentares.



Documento 41/55

031.1.54.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2011-17:18

Publ.: DCD - 04/03/2011 - 10746 DOMINGOS DUTRA-PT -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Maior rigor na aplicação da Lei Maria da Penha. Saudações à mãe do orador, Raimunda Rosa, e à sua esposa, Núbia Dutra. Anúncio da apresentação de projeto de resolução para alteração do Regimento Interno da Casa, no sentido de proibição da concessão da palavra aos Líderes partidários no período do Pequeno Expediente. Críticas ao Governo do Estado do Maranhão. Omissão da bancada federal maranhense no debate sobre a duplicação da BR-135, trecho São Luís/Itapecuru-Mirim, a recuperação e o asfaltamento da BR-226, trecho Presidente Dutra-Timon, e o corte dos recursos orçamentários destinados ao custeio das atividades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA no Estado. Omissão do Governo maranhense no atendimento às populações atingidas por enchentes.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Mauro Benevides, Sras. e Srs. Deputados, servidores desta Casa, os poucos assistentes nas galerias, aqueles que estão acompanhando-nos pela TV Câmara e pela Internet, em primeiro lugar, quero saudar todas as mulheres pelo seu dia, que se comemora em 8 de março, desejando que avancemos rapidamente na



construção de uma sociedade sem discriminação e sem violência contra as mulheres, que a Lei Maria da Penha seja aplicada com rigor e eficiência em nosso País.

Por justiça, quero saudar minha mãe, D. Raimunda Rosa, que tem 94 anos, quebradeira de coco que foi, mãe de 20 filhos, e que continua resistindo de forma brava no Estado do Maranhão.

Saúdo também minha esposa, Núbia Dutra, advogada e psicóloga, que neste momento está em São Luís.

Sr. Presidente, antes de entrar no assunto principal, quero ratificar que estou apresentando projeto de resolução para mudança do Regimento Interno da Casa, para não se permitir o uso de tempo de Liderança no Pequeno e no Grande Expediente. Achamos que é um abuso as Lideranças, como verdadeiros paus atravessados, chegam aqui e usarem mais da metade do tempo por essa franquia coletiva que cada bancada tem, desprestigiando os Parlamentares que chegam aqui cedo, inscrevem-se, são selecionados e são preteridos, principalmente às quinta-feiras, como hoje, e em dias importantes, o que considero inaceitável. Portanto, vou propor a mudança no Regimento Interno para no Pequeno e no Grande Expediente não se usar tempo de Liderança.

Já basta o tempo que eles usam aqui, estendendo as sessões, às vezes por assuntos nem tão relevantes.

Mas eu queria falar, Sr. Presidente, sobre o meu Estado. O Maranhão hoje está sem governo. A Governadora do Estado está enferma, o cofre do Governo está rateado entre os membros da família do Sr. José Saddam Mubarak Kadafi Sarney, e de resto o Maranhão é um caos.

A segurança pública está descontrolada. De novembro do ano passado até agora, já foram 34 presos executados. Desses 34, seis foram degolados. A criminalidade cresce. A insegurança é cada vez maior justamente porque não há governo. Quando não há governo a criminalidade se assanha, liberta-se, e a população vive na mais completa insegurança.

No Estado do Maranhão, Sr. Presidente, a educação também é um caos. Os professores estão em greve. O ano letivo não começou. A maioria das escolas do



Estado, no ano passado, não ofereceu as disciplinas de Física, Química e Matemática. Na maioria das escolas os professores são contratados, e aqueles que fizeram concurso estão esperando, sem serem chamados. E por que o Governo age assim? Porque estão pagando salário mínimo para o professor contratado, o que representa um terço da remuneração devida aos professores concursados.

Na saúde, mais caos. Os maranhenses são obrigados a perambular por Teresina, por Belém, por Goiás e até por Brasília, porque não há saúde pública de qualidade. O ex-Governador Jackson Lago idealizou descentralizar a saúde no Maranhão construindo hospitais regionais. Construiu o primeiro em Presidente Dutra, justamente para evitar que a população dos Cocalis tivesse de migrar para Teresina em busca de atendimento médico. Depois da sua cassação, o Hospital Regional de Presidente Dutra foi jogado no abandono.

O dinheiro que o ex-Governador Jackson Lago deixou para construir o Hospital Regional de Imperatriz a Governadora surrupiou, retirou, e hoje os maranhenses do sul do Estado têm de ir para Tocantins, para Goiás ou para Brasília.

Os recursos que o ex-Governador Jackson Lago deixou para construir o Hospital Regional de Pinheiro, a terra do FUTI, a Governadora também retirou, e hoje aqueles maranhenses ou vão para São Luís ou vão para Belém.

A Governadora, para ganhar as eleições, anunciou a construção de 72 hospitais, ao custo de R\$ 2 milhões cada hospital. Qual é o resultado? Já estamos em março, e apenas um hospital foi inaugurado em Lago dos Rodrigues.

Na verdade, foram anunciadas não obras em hospitais, mas obras de construção civil, que tinham como único objetivo pegar parte desses recursos para jogar na campanha. Eu tenho andado no Maranhão e visto esqueletos de hospitais em construção. E o que é mais absurdo: no Município de Amapá do Maranhão a obra de um hospital municipal está parada, e a 100 metros dali está em construção um hospital estadual. Portanto, a saúde do Maranhão está um caos.

Agora, neste instante, nós temos 10 mil maranhenses afogados, desabrigados, às margens do Rio Mearim. Todos os anos, pessoas que moram em Trizidela do



Vale, na cidade de Pedreiras, terra do João do Vale, e em Bacabal são afetadas pelas enchentes. Em 2009 o rio desalojou milhares de pessoas, e o Governo do Estado não toma uma providência. Qual é a única providência que o Governo do Estado toma? A de vir com o pires na mão pedir socorro ao Governo Federal. As tarefas, as responsabilidades do Governo do Estado não são adotadas.

Hoje o Deputado Carlos Brandão disse-me que além da Barragem de Flores, que foi construída para conter as águas do Rio Mearim, para evitar as enchentes, há projeto de construção de mais três barragens, que são suficientes para evitar o desalojamento anual de milhares de maranhenses, boa parte deles cearenses na origem, Deputado Mauro Benevides. V.Exa. sabe que o Maranhão é o Estado que tem o maior número de cearenses do Brasil. Pois os seus conterrâneos que fugiram da seca do Ceará estão agora morrendo afogados nas águas do Mearim por irresponsabilidade do poder público, pelo assoreamento, pela retirada de areia, pelo desmatamento. Hoje nós temos 10 mil maranhenses desabrigados no Estado do Maranhão. São 10 mil maranhenses que perderam geladeiras, fogões, seus utensílios domésticos, e tiveram a sua produção destruída, simplesmente porque o Governo do Estado não existe. Portanto, nós estamos aqui lamentando essa situação.

Quero também registrar que infelizmente a bancada federal do Maranhão tem sido omissa. Já tentei duas vezes reunir a bancada do Estado para discutir a duplicação da BR-135, que liga São Luís a Itapecuru-Mirim, a recuperação e o asfaltamento da BR-226, de Presidente Dutra a Timon, e a emenda destinada à EMBRAPA, de R\$ 18 milhões, que foi cortada. Nós agora estamos com os atingidos pelas enchentes, mas infelizmente a bancada federal do Maranhão se omite. O eterno coordenador da bancada, o Deputado Sarney Filho, que a coordena há muitos anos, não sei se a esta hora está no carnaval da Bahia ou no do Rio de Janeiro. Enquanto isso os maranhenses estão morrendo à míngua, perdendo o pouco que têm, pela omissão da bancada federal do Maranhão, pela falta de governo.



Portanto, Sr. Presidente, quero aqui lamentar essa situação. Desejo que a saúde da Governadora Roseana se restabeleça e que ela assuma o Governo para o qual foi eleita. Do jeito como está, o Maranhão continuará sendo o Estado dos indicadores sociais mais negativos do nosso País. É uma vergonha, Deputado Mauro Benevides! Vamos a qualquer feira do Maranhão, e sabe de onde está vindo o chuchu? Lá de Tianguá, da sua terra. De onde está vindo o tomate? Lá do Ceará. A banana está vindo do Piauí. No Maranhão, Sr. Presidente, até a rapadura que as pessoas roem vem do Estado do Ceará!

O Maranhão é um Estado seco porque infelizmente, o Sr. José Saddam Mubarak Kadafi Sarney, ao longo de 55 anos, só se preocupou com ele, com a família dele, e deixou o nosso povo na miséria. Como sempre digo, o Maranhão produz cana-de-açúcar em todo o seu território, mas, se quiserem tomar uma cachaça no Maranhão, saibam que a Ypióca vem do Ceará, a Pitu de Pernambuco, a 51 de São Paulo, e o resto vem de Minas Gerais, que é um celeiro de produção de cachaça. Portanto, quero aqui lamentar a situação do Estado do Maranhão.

E lamento mais: parte do PT, do meu partido, no qual estou há 31 anos, está nesse Governo. O PT do Maranhão hoje é uma cobra de duas cabeças: uma parte está no Governo de Saddam e outra parte aqui, lamentando, chorando pela falta de Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabenizo o Estado de V.Exa., que tem exportado riquezas para o Maranhão, como tomate, pimentão e cheiro-verde.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Nobre Deputado Domingos Dutra, o relato que V.Exa. faz neste instante na tribuna, um relato minucioso, com dados precisos, compunge a alma de todos os brasileiros. As enchentes do Rio Mearim, desalojando tantas pessoas, causando danos às populações ribeirinhas e àquelas que dependem desse rio, fazem com que juntemos a nossa voz à de V.Exa., no sentido de atender a essa realidade dramática que se instalou naquele grande Estado que V.Exa. representa nesta Casa.



Documento 42/55

031.1.54.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2011-17:39

Publ.: DCD - 04/03/2011 - 10748 AUGUSTO CARVALHO-PPS -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao povo do Distrito Federal pelos votos recebidos nas eleições de 2010. Importância da realização das reformas tributária e política. Saudação às mulheres brasileiras, em nome do PPS. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Defesa de extinção da cobrança do imposto sindical. Expectativa quanto ao encaminhamento à Casa pelo Poder Executivo de proposta a respeito do tema. Expectativa quanto ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental contra a contribuição sindical, ajuizada pelo PPS.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (Bloco/PPS-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento ao povo do Distrito Federal, que ensejou que nós pudéssemos estar aqui, iniciando este nosso quinto mandato de Deputado Federal.

Foi uma eleição muito difícil, como bem sabe o Deputado Reguffe, que está presente nesta sessão. Mas o fato é que estamos aqui para nos somar àqueles que querem, para o bem do nosso País, que este Parlamento se debruce sobre as questões fundamentais que são aguardadas pelo povo brasileiro: a reforma



tributária e a reforma política, mãe de todas as reformas pelas quais clama o nosso povo, Sr. Presidente.

Quero também, neste momento, falar da nossa saudação, em nome do nosso partido, o PPS, a todas as mulheres, funcionárias, colegas, às pessoas que neste momento nos estão assistindo, mulheres e homens. Esperamos que cada vez mais, numa sociedade verdadeiramente democrática, possam ser elas respeitadas na sua condição de ser humano, e que o tempo de preconceito seja a cada dia página virada do nosso cotidiano, da nossa sociedade.

Neste mês de março, ao mesmo tempo em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, também ocorre um fato negativo na vida de todos os trabalhadores e empregadores do nosso País. Refiro-me ao mês em que todos, trabalhadores e empregadores, são sangrados nos seus salários ou no seu faturamento em razão da existência do imposto sindical, a eufemisticamente chamada contribuição sindical.

Trata-se de um tributo abusivo, herdado do tempo da ditadura Vargas, que sobreviveu à Constituição democrática de 1988, a qual temos orgulho de também ter subscrito àquela época, Sr. Presidente.

Ainda na Legislatura anterior, procuramos sensibilizar o Parlamento brasileiro. No primeiro momento, conseguimos a adesão da Câmara dos Deputados à emenda que apresentamos, tornando voluntária, ou seja, submetendo à vontade soberana de trabalhadores e empregadores essa contribuição. Porém, infelizmente, diante de uma pressão avassaladora sobre o Senado da República, vimos a nossa emenda e a possibilidade de modernização da estrutura sindical brasileira serem anuladas no Senado. Voltando a matéria à Câmara dos Deputados, tivemos a infelicidade de ver eternizada a contribuição sindical.

Ou seja, um dia de salário de todos os assalariados, sindicalizados ou não, é arrancado dos seus proventos neste mês de março, o que acontecerá a partir do dia 10. Do faturamento de todas as empresas e da remuneração de todos os trabalhadores autônomos também é feito esse desconto, que vai irrigar os cofres de entidades que muitas vezes só existem em razão da arrecadação despudorada de um recurso ilegítimo. O Brasil é o único país em que isso ocorre - refiro-me às



democracias modernas, e não às ditaduras "kadafianas" que ainda remanescem em nosso planeta.

Mas, Sr. Presidente, li em matéria publicada pelo Valor Econômico de ontem que é intenção da Central Única dos Trabalhadores desenvolver uma campanha pelo fim do imposto sindical. Ora, Sr. Presidente, na ocasião em que apresentamos a emenda supressora da obrigatoriedade dessa contribuição, nós alertamos os companheiros das centrais sindicais para essa realidade, ou seja, para a proliferação, que está sendo constatada, de sindicatos que geram outras entidades sindicais, de centrais sindicais que geram outras centrais sindicais, todas nascendo exclusivamente para abocanhar os bilhões de reais arrecadados, insisto, compulsoriamente de assalariados e de empregadores do nosso País.

Ouçõ inclusive a Central Única dos Trabalhadores reclamar de um acordo que não foi cumprido, ponto que o Presidente Lula deixou como um passivo da sua permanência na Presidência da República. Quando da derrota da minha emenda, o Presidente Lula selou um acordo com as centrais sindicais no sentido de que o imposto sindical remanesceria até que viesse ao Congresso Nacional o projeto de lei que estabeleceria o fim daquele imposto e o seu sucessor, que seria baseado em decisões das assembleias de sindicatos de trabalhadores e de empregadores. Deputado Reguffe, esse acordo não foi cumprido. Da mensagem que apresentaria o projeto de lei até hoje nós não tivemos conhecimento. O Parlamento sequer teve a oportunidade de discutir, na Legislatura anterior e muito menos nesta, ao se iniciar o Governo da Presidente Dilma.

Esperamos que a Presidente Dilma honre aquele compromisso da Presidência da República, não importa se do Presidente A ou B, qualquer que seja, como política de Estado, de modernização da estrutura sindical brasileira. Essa contribuição esdrúxula há de ser definitivamente sepultada na vida das nossas entidades.

Como eu dizia, Sr. Presidente, esse acordo não foi cumprido. Docemente constrangidas, certamente as entidades sindicais esperam que a atual Presidente da República não encaminhe à Casa matéria dessa natureza para ser apreciada.

Mas em boa hora - percebo até como uma autocrítica - a Central Única dos Trabalhadores anuncia sua disposição de fazer uma campanha de mídia alertando



sobre a necessidade do fim do imposto sindical. E, naturalmente, em decorrência do fim dessa excrescência, teremos sindicatos de trabalhadores e de empregadores vivendo às expensas de contribuições voluntárias, tanto dos seus associados, no caso dos trabalhadores, quanto das empresas filiadas aos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais.

Quero falar também, Sr. Presidente, do meu desapontamento quando fomos derrotados no nosso intento, quando este Parlamento permitiu a continuidade desse imposto. Aquele poderia ter sido um bom começo de reforma tributária, o fim do imposto sindical. Ninguém quer esse imposto. Desafio qualquer sindicato de trabalhadores e de empresários a consultar seus associados sobre a permanência dessa contribuição sindical; 99% deles certamente dirão não a esse imposto.

Registro ainda, Sr. Presidente, o meu desalento, o meu desapontamento com o Supremo Tribunal Federal, em razão da protelação do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF que o meu partido impetrou junto àquela Corte. Esperamos que essa questão seja julgada, em razão do conflito existente entre uma Constituição libertária e democrática, que assegura a liberdade plena de organização sindical, e o convívio com essa excrescência, um imposto cobrado desde a ditadura Vargas até os dias de hoje. Lamentavelmente, isso ocorre com a conivência desta Casa, que teve a chance de modernizar as estruturas sindicais no País. Espero que o Supremo Tribunal Federal se manifeste rapidamente sobre a matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 43/55

032.1.54.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2011-10:12

Publ.: DCD - 05/03/2011 - 10820 GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidenta da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, de liberação de recursos de emendas orçamentárias destinadas às municipalidades brasileiras. Saudações às mulheres ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Fabio Trad - é o Mato Grosso do Sul no poder -, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero agradecer à Líder do meu partido, a Deputada Ana Arraes, a concessão deste tempo de Liderança para que eu pudesse trazer ao povo brasileiro a reiteração de pleito que fiz aqui ontem, de público, mas que já vem sendo repetido há muito tempo a uma instituição muito importante, a Caixa Econômica Federal, e ao próprio Ministério das Cidades.

Sou da base do Governo, mas tenho minha linha progressista, a minha linha de defesa do povo brasileiro, e não posso, de maneira alguma, abrir mão de determinadas posições diante de fatos que acontecem neste País, seja eu da base de apoio ao Governo ou da Oposição.

Lembro-me, por exemplo, de que há 7 ou 8 anos, quando recebemos da Presidência da República, já no Governo do Presidente Lula, a proposta de



emenda à Constituição que taxa os aposentados, votei contra, porque sempre estive aqui em defesa dos trabalhadores. E o aposentado é um trabalhador que já contribuiu, por 30 ou 35 anos, com a Previdência e não pode, a meu ver, continuar arcando com essa contribuição.

Da mesma forma, ontem, desta tribuna, chamei a atenção da Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidenta da Caixa Econômica Federal e minha conterrânea, para o fato de que não pode mais, em hipótese alguma, continuar em curso essa transação do Ministério das Cidades com a Caixa Econômica Federal no que tange à transferência das verbas do Orçamento da União para os Municípios, porque a Caixa tem mostrado total impotência para fazer esses repasses às Prefeituras, que, pequenas ou grandes, se tornam inadimplentes por culpa da instituição.

Daqui a pouco, terei um encontro com funcionários da Caixa e quero dizer que o problema não ocorre isoladamente com as superintendências. Em Caruaru, Pernambuco, o Superintendente Alex Norat faz das tripas coração para atender aos Prefeitos e Prefeitas, mas, infelizmente, ele e sua equipe de economiários, como o Bento, não conseguem fazê-lo, porque há um número pequeno de servidores para atender os 184 Municípios - e isso só no meu Estado.

Portanto, Presidente Fabio Trad, quero reiterar o apelo que fiz ontem desta tribuna para a Caixa Econômica Federal. A instituição precisa conseguir gente, engenheiros, técnicos, bem como desenterrar os projetos que estão paralisados.

Citei ontem o problema enfrentado pela minha terra, Sertânia, um dos poucos Municípios que têm o privilégio de por seu território passar o canal de transposição de águas do Rio da Integração Nacional, o São Francisco, e também a Ferrovia Transnordestina. A sua Prefeita, Cleide Ferreira, é a primeira mulher a governar o Município, que foi fundado por Antão Alves, em 1872. Sertânia tem, pela primeira vez, a felicidade de contar com uma Prefeita cuidadosa e ativa, que busca, que briga, mas que, infelizmente, se desesperou ao, chegando à Superintendência da Caixa Econômica Federal, não ter a liberação dos recursos, em que pese a Prefeitura estar totalmente em dia com seus compromissos.



Mas isso não acontece apenas com Sertânia. Da minha base, cito os Municípios de Afrânio; Petrolina; Lagoa Grande; Santa Maria da Boa Vista; Caruaru; Cabrobó, cujo Prefeito, Eudes Cavalcanti, nem quer mais ir em busca dos seus recursos; Salgueiro, do Prefeito Marcondes; Carnaíba, do Prefeito Anchieta Patriota; Afogados da Ingazeira, do Prefeito Totonho Valadares; São José do Egito, do Prefeito Evandro Valadares, e Itapetim, do Prefeito Adelmo Moura. Muitos outros Prefeitos também não querem ir mais a Caruaru em busca de recursos. E, do mesmo modo, isso não acontece apenas com os Municípios da minha base política, da minha base eleitoral.

Diria que 90% dos Municípios que recebem recursos do Orçamento da União, principalmente de emendas parlamentares, estão, por intermédio dos seus administradores, inadimplentes por falta de atenção nos repasses por parte da Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, não podemos aceitar passivamente essa demora, essa incompreensão, esse descaso, porque se cria uma expectativa. Por exemplo, uma emenda minha, de 500 mil ou de 1 milhão de reais para pavimentação é aprovada e incluída no Orçamento da União, mas o dinheiro não é destinado para tanto - e isso não é bom para ninguém. Então, vamos resolver a situação.

Exerço aqui um mandato aqui que não é meu, mas dos 120 mil pernambucanos que me mandaram para cá e querem me ver defendendo seus interesses e cobrando.

O nosso País não pode continuar mais como no tempo da ditadura, quando ninguém podia falar.

Sras. e Srs. Deputados, quero o apoio desta Casa, o apoio do Parlamento brasileiro, mas principalmente a compreensão da Caixa Econômica Federal e do Governo da nossa querida Presidenta Dilma Rousseff, a fim de resolvermos esse problema.

Para concluir - talvez eu tenha até me excedido -, por intermédio da Presidenta da República, Dilma Rousseff; da Presidenta da Caixa Econômica Federal, Sra. Maria Fernanda Coelho; da Prefeita de Sertânia, Lucicleide Ferreira, e da ex-Prefeita de



Salgueiro, D. Cleuza Pereira, cumprimento todas as mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

Feliz carnaval para os brasileiros!

Fiquem todos com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Trad) - Saúdo o combativo Deputado Gonzaga Patriota pelo pronunciamento.



Documento 44/55

032.1.54.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2011-10:39

Publ.: DCD - 05/03/2011 - 10823 ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conquistas da mulher brasileira. Luta das mulheres pela igualdade de direitos. Realização da reforma política. Defesa de adoção do voto em lista fechada. Ampliação da representatividade feminina no Parlamento brasileiro. Preservação da Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra a mulher.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos na véspera do Dia Internacional da Mulher, e é preciso que o País faça uma reflexão.

No dia 8 de março, lembramos o movimento de 129 operárias que lutaram não só pelos direitos das mulheres, mas também pelos direitos dos trabalhadores e da humanidade.

À época, em 1857, 85% das pessoas que trabalhavam eram mulheres e crianças. E não havia uma jornada diária de trabalho. Ali se vendia um dia de trabalho. Eram os patrões, os donos das fábricas, particularmente das fábricas têxteis, que determinavam quantas horas seriam de trabalho por dia. O ser humano não era dono do seu próprio tempo e, portanto, não era dono do seu próprio destino.



As mulheres estão num processo constante de resgate e de vivência plena de uma condição humana que nos foi negada por tanto tempo. Há pouco mais de 70 anos, não tínhamos sequer o direito ao voto. Também não tínhamos o direito de praticar os esportes que escolhêssemos - e um time de futebol feminino chegou a ser impedido de continuar atuando neste País, por decisão judicial, porque cabia ao Ministério dos Desportos, na década de 40, determinar que esportes as mulheres podiam praticar.

Do mesmo modo, não éramos donas do nosso corpo, tampouco do nosso desejo. Éramos objeto do desejo do homem. Assim, não éramos donas da própria vida. Foi-nos negada essa condição humana, que se reconhece pelo sentimento de liberdade e também pela condição de sujeito.

O ser humano consegue pegar a vida pelas mãos, observá-la, domá-la e transformá-la, consegue fazer o diálogo com o infinito. É como se fôssemos um vidro cheio de cânfora, que tem os seus limites, mas, quando se abre, fica ilimitado.

Isso significa que quando resgatamos os direitos das mulheres, estamos resgatando também o direito de termos o reconhecimento humano. Não podemos considerar natural haver seres humanos apenas com corpo, sem alma; que haja seres humanos que não consigam decidir o seu próprio destino.

Sr. Presidente, a luta por igualdade de direitos é a luta por uma humanidade que mergulhe com um escafandro na mais completa democracia. A luta das mulheres carrega em si a luta de um conjunto de seres humanos, ou do conjunto dos seres humanos, para que tenhamos essa mágica condição humana, mais que atrevida condição humana, vivenciada por todos e todas. Por isso, estamos num processo de discussão da reforma política, e queremos fazer o recorte de gênero.

Defendemos, sim, o voto em lista. Achamos que não se deve votar nas pessoas, mas nas ideias que elas carregam. Temos de superar os resquícios da República Velha, quando o mesmo projeto político era representado por duas ou três pessoas. Não se votava em projetos políticos, mas em pessoas. Queremos o voto em lista com alternância entre homens e mulheres. Que tenhamos uma reforma



política que nos possibilite sair da condição vergonhosa de sermos o antepenúltimo país das Américas em participação feminina no Parlamento.

A Câmara dos Deputados tem hoje pouco mais de 8% de mulheres. É preciso que a representação das mulheres no Parlamento seja proporcional à sua representação na sociedade. Por isso, a reforma política vai ter de carregar um recorte de gênero e avançar, para promover a participação das mulheres no Congresso Nacional, assim como nas políticas públicas.

Fundamentalmente, Sras. e Srs. Deputados, são as políticas públicas que dão cidadania e condição humana aos setores mais oprimidos. Portanto, elas têm de ter recorte de gênero. Não queremos mais que se pense a política da agricultura sem que seja vista a necessidade de igualdade de direitos entre homens e mulheres. Não queremos mais que se pense em educação, em cultura, em saúde ou em qualquer política pública sem que haja recorte de gênero. A discussão de gênero tem uma transversalidade: a transversalidade dos direitos. Nós, seres humanos, temos direitos, e um está enganchado no outro. Não podemos dizer que temos um direito mais valioso do que outro, porque eles são interrelacionados.

Sr. Presidente, temos muitos desafios a superar para, finalmente, podermos dizer que não existe dor em ser mulher. Daí a necessidade da preservação e da aplicação da Lei Maria da Penha, que ainda não se faz presente no cotidiano das mulheres. A violência doméstica, que atinge fundamentalmente as mulheres, não fica dentro de casa. Ela vai para a sociedade, entra nas frestas da omissão, do sexismo, do machismo e invade as relações sociais. Ela não se coloca apenas na redoma do lar.

Por isso, nesse 8 de março, quando comemoramos o Dia Internacional da Mulher, vamos lembrar que ainda temos muitos desafios a enfrentar, para fazer valer o que disse Simone de Beauvoir: "Nós, mulheres queremos o poder. Não o poder contra os homens, mas o poder de sermos nós mesmas e vivermos plenamente a condição humana".

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 45/55

033.1.54.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2011-15:03

Publ.: DCD - 11/03/2011 - 10876 POLICARPO-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Maior participação das mulheres na política e na iniciativa privada. Concessão de igualdade remuneratória entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Avanço de políticas públicas destinadas à mulher brasileira. Importância da Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência doméstica contra as mulheres.

O SR. POLICARPO (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher vem entoando, há mais de 100 anos, o mesmo canto por dignidade, justiça e igualdade. Em um cenário de crescente emancipação feminina, no qual a mulher conquista, cada vez mais, autonomia e independência financeira, afirmando-se como sujeito de direito e ocupando espaços políticos importantes, embora ainda insuficientes, tal celebração vem acompanhada de debates e reflexões associados a uma necessária agenda de lutas e reivindicações pela reversão de uma realidade ainda atravessada por desigualdades nos mais diversos campos.

No Brasil, um feito histórico. Orgulhamo-nos de ter, pela primeira vez, na Presidência da República uma mulher. Uma admirável mulher que, além de portar,



em seu percurso, o admirável signo da redemocratização do País, certamente contribuirá para alterar o imaginário de uma nação em que os homens ainda predominam na maioria dos espaços decisórios e de poder.

Mesmo dispondo do direito a voto há 75 anos, ainda é muito desproporcional a representação política: as mulheres são apenas 8,7% da Câmara dos Deputados, 45 em um universo de 513 Parlamentares, o que atesta que o sistema eleitoral precisa ser democratizado, ampliando o acesso das mulheres aos espaços eletivos. No âmbito das Assembleias Legislativas e Câmara Distrital, a presença política feminina se mantém aquém do esperado, com apenas 12,9% dos postos parlamentares.

Na iniciativa privada, a situação é similar. Levantamento feito pelo jornal Folha de S.Paulo, a partir do ranking Melhores e Maiores da revista Exame, aponta que apenas 5 das 100 maiores empresas nacionais têm mulheres na presidência. Com as de médio porte, a presença fica em 3%, sendo que poucas oferecem opção de jornada flexível para conciliar a dupla jornada.

Segundo o IBGE, a proporção de lares brasileiros capitaneados por mulheres saltou de 27% para 35% entre 2001 e 2009. Embora essas estatísticas indiquem uma mudança cultural em vários pontos do planeta, já que os homens estão perdendo seu tradicional status de provedores, ainda falta muito para que as mulheres sejam, de fato, reconhecidas como chefes de família. E isso se atesta no cotidiano das instituições, em sua maioria carentes de políticas que protejam os direitos de suas trabalhadoras, de suas famílias, bem como o necessário amparo e suporte aos filhos.

A remuneração da mulher equivale a cerca de 80% da remuneração do seu companheiro, mesmo que o grau de escolaridade dela seja superior. Na instância do lar, a dupla jornada de trabalho é uma dura e inegável realidade, pois quando têm filhos as mulheres consomem, em média, 21,2 horas semanais em trabalhos domésticos, enquanto seus companheiros dedicam apenas 5,63 horas semanais com serviços de casa.

Outra pesquisa divulgada pelo IBGE demonstra o quanto a diferença ainda impera entre as mulheres e os homens brasileiros: mais escolaridade não garante



melhores salários às mulheres. Mesmo com indicadores superiores aos apresentados pelo sexo masculino, as mulheres recebem salários 27,7% inferiores aos dos homens.

O levantamento mostra, ainda, que a diferença entre os rendimentos é ainda maior entre trabalhadores que acumularam mais estudos. Os dados, retirados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) de 2009, ilustram outra desigualdade, indicando que a média salarial das mulheres representa 72,3% da média dos homens. No caso de trabalhadores com nível superior, a discrepância ainda é maior. No comércio, mulheres com diplomas universitários recebem 55,6% da remuneração dos homens que têm a mesma escolaridade. Tal injustiça se mantém para profissionais de outros setores, como indústria (60,9%), administração pública (62,6%) e construção (59,8% da média salarial dos homens).

Mas, felizmente, inúmeras conquistas podem ser elencadas, principalmente no que diz respeito às políticas públicas associadas ao combate à violência doméstica e à exploração sexual, melhores condições de trabalho, além de ações afirmativas no campo da educação e da saúde pública. Avanços que, porém, trazem contradições, pois enquanto as mulheres ampliam sua participação no mercado de trabalho - 52,6% estão empregadas, representando 44% da mão de obra formal e 57% da informal do País, conforme estudo do IPEA de 2008 -, as dificuldades persistem, já que as políticas públicas não acompanham a realidade, como a perversa dupla jornada a que se submetem cotidianamente milhões de brasileiras.

De fato, a igualdade entre gêneros no ordenamento jurídico brasileiro foi inscrita com a promulgação da Constituição de 1988, em seu art. 5º, inciso I - "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição" -, a partir do qual a mulher sai da condição de subordinada do homem na família, passando a gozar de direitos semelhantes.

Mas apesar dos significativos avanços na construção dos direitos civis e políticos das mulheres brasileiras, destacando-se a incisiva atuação dos movimentos feministas nesse percurso e a decorrente elaboração de leis e políticas públicas



voltadas à eliminação das desigualdades entre homens e mulheres, no espaço público e privado, ainda assistimos a uma grande resistência cultural, que deriva de uma sociedade assentada nos valores da dominação masculina e do patriarcado. Lamentavelmente, ainda assistimos a diversas e cotidianas formas de violência que acometem milhares de lares brasileiros.

Sublinho aqui a importância da Lei Maria da Penha, hoje um marco de cumprimento dos mandamentos constitucionais de garantia à vida, à segurança e à proteção da família a partir de mecanismos punitivos mais rigorosos e medidas protetivas mais efetivas, além do encorajamento da denúncia dos agressores contra mulheres.

Cabe a nós, homens - maridos, filhos, colegas, chefes ou subordinados -, fazer a devida deferência à figura feminina, reverenciando a mulher com nossos gestos e atitudes de valorização e respeito. Assim contribuímos para abreviar o hiato cultural e econômico que ainda persiste entre homens e mulheres. É fundamental um equilíbrio de forças que liberte a mulher das tradicionais amarras de dominação, restando-lhe a prerrogativa de trilhar seus caminhos segundo seus passos e escolhas.

Aproveito para marcar minha homenagem a todas as mulheres que agregam delicadeza e sabedoria a nosso dia-a-dia com suas renováveis fontes de aprendizagem e comprometimento com um mundo melhor e mais fraterno.

Muito obrigado.



Documento 46/55

037.1.54.O Sessão Ordinária - CD 15/03/2011-15:08

Publ.: DCD - 16/03/2011 - 11279 GERALDO RESENDE-PMDB -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Maior participação feminina na política brasileira. Atuação do orador em defesa dos interesses das mulheres. Conquistas e desafios da mulher brasileira. Saudações às Parlamentares e funcionárias da Casa.

O SR. GERALDO RESENDE (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 101 anos dedicamos o dia 8 de março para a reflexão sobre as conquistas e os desafios que as mulheres enfrentam na sociedade. O dia 8 de março de 2011 ficou marcado na história deste Parlamento por importantes avanços.

Pela primeira vez, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados é composta por uma mulher, a Deputada Rose de Freitas, do meu partido, o PMDB do Espírito Santo. Rose foi eleita Primeira Vice-Presidente, no dia 1º de fevereiro deste ano, e substituirá o Presidente Marco Maia, quando ausente.



Outra demonstração de amadurecimento político, no que tange a utopia da igualdade de oportunidades entre os gêneros, foi a eleição e, em 2011, a posse da primeira mulher Presidente do Brasil.

Dilma Rousseff, que foi a primeira mulher Secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, a primeira Ministra de Minas e Energia do País, a primeira Ministra-Chefe da Casa Civil, hoje é a esperança da população brasileira de continuidade dos avanços sociais e da garantia da estabilidade econômica.

Por ser médico, a saúde da mulher sempre foi prioridade. Sou ginecologista de formação e identifiquei as peculiaridades desse atendimento. Já na vida pública, transporte essa particular preocupação para ações efetivas.

Quando fui Secretário Estadual de Saúde, no período de outubro de 2000 a abril de 2002, pude, junto com minha equipe, desenvolver uma importante fase na saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, notadamente no que se refere às mulheres.

A primeira providência, por exemplo, foi materializar a implantação do Hospital da Mulher, em Dourados, sonho que vinha acalentando há quase 10 anos, ainda quando Vereador.

Depois, exatamente no dia 8 de março de 2002, inauguramos o Centro de Referência da Saúde da Mulher, em Dourados - hoje infelizmente desativado -, idealizado para oferecer às mulheres de Dourados e região atendimento integral na área de saúde, com ambulatórios de planejamento familiar, exames de alta complexidade, prevenção ao câncer de mama e ginecológico, gravidez de alto risco, entre outros.

Antes de deixar a Secretaria, deixei encaminhados processos para implantação de unidades semelhantes em Campo Grande, Três Lagoas, Nova Andradina, Naviraí, Ponta Porã, Coxim, Corumbá, Guia Lopes da Laguna, Aquidauana e Paranaíba, das quais apenas as de Campo Grande e de Nova Andradina se tornaram realidade à época.

Já na função de Deputado Federal, viabilizei, em parceria com a Prefeitura de Três Lagoas, a construção da Clínica da Mulher em Três Lagoas e a construção e compra de equipamentos para a Clínica da Mulher em Dourados, cujos recursos



garanti em dezembro de 2007 e que ainda não se tornou realidade por conta da burocracia e da má vontade dos antigos gestores da saúde naquela cidade.

A mais recente conquista na condição de Deputado Federal, que significará uma verdadeira revolução na área da saúde da mulher da Grande Dourados - uma região composta por quase 40 Municípios e habitada por cerca de 800 mil pessoas em Mato Grosso do Sul -, é a implantação do Instituto da Mulher e da Criança, ligado à Universidade Federal da Grande Dourados, um investimento de quase 19 milhões, dos quais 12,9 milhões de reais foram viabilizados por meio do mandato deste Parlamentar. Esse instituto vai abarcar a assistência à mulher e à criança e será um centro de referência acadêmico para a saúde feminina.

Todos esses recursos somados giram em torno de 15 milhões de reais para proteger a vida daquelas que geram a vida e se tornam a síntese do movimento cíclico do que há de mais belo e natural: a continuidade e a renovação de nossos sonhos.

Mas ainda há muito o que fazer, principalmente no campo político. As mulheres estão muito distantes da merecida representatividade por ser a maioria da população. Inegavelmente as lideranças femininas vêm avançando e conquistando espaços importantes. A política de cotas para candidatas mulheres e a politização da sociedade possibilitaram esse crescimento, mas existem várias trincheiras a serem derrubadas.

Além da seara política nas organizações industriais, empresariais e sindicais, as mulheres estão se projetando como líderes de sucesso. No Rio de Janeiro, o Clube de Regatas do Flamengo é presidido por uma mulher, Patrícia Amorim, situação inimaginável há alguns anos.

Porém, apesar desses avanços, existem muitas barreiras a serem traspassadas. De um lado, mulheres em posições de comando, dominando espaços que eram reservados só para os homens, determinando novas posturas, novos comportamentos, não estabelecendo a inversão da ordem mundial, mas uma trilha inovadora para a convivência humana. Estas mulheres são a prova de que um longo caminho de lutas e vitórias já foi percorrido. De outro lado, mulheres que ainda são vítimas de mutilações, violências de toda sorte que molestam seu corpo



e sua alma. Vítimas da menos valia. O grito abafado dessas mulheres ecoa em nossos ouvidos para dizer ao mundo que muito ainda há por fazer.

No Brasil, apenas no primeiro semestre do ano passado, foram registradas mais de 62 mil e 300 ocorrências referentes a situações danosas contra as mulheres. São relatos de violência moral, patrimonial, física e sexual. A instituição da Lei Maria da Penha, em 2006, foi um poderoso instrumento para que as mulheres denunciasses as relações de gênero que fossem desfavoráveis. Mas, ainda assim, os números desses acontecimentos nos preocupam sobremaneira.

Outro elemento para os qual temos de estar atentos e vigilantes é a discriminação e o preconceito estampados nos contracheques das mulheres. Os levantamentos demonstram que mulheres recebem muito menos pelos mesmos serviços desempenhados pelos homens: é o reflexo de uma desigualdade histórica que ainda não superamos.

Esses elementos demonstram que precisamos engrossar as fileiras da luta em oposição à discriminação contra nossas companheiras, mães, irmãs e avós, para garantir um mundo mais democrático para as nossas filhas.

No rol das homenagens, incluo um cumprimento especial às mulheres Parlamentares, nossas companheiras, parceiras de trabalho. Um cumprimento que vai mais além e se estende a todas as mulheres que trabalham nesta Casa, e vigorosamente provam que homens e mulheres acrescentam na vida pública, por meio de suas diferenças, valores de igual importância.

Muito obrigado pela atenção.



Documento 47/55

037.1.54.O Sessão Ordinária - CD 15/03/2011-15:16

Publ.: DCD - 16/03/2011 - 11291 PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Lançamento, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, da Campanha da Fraternidade de 2011 sobre o tema Fraternidade e a Vida no Planeta. Nota do PCdoB ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro desta tribuna a brilhante, e sempre atual, iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB ao abordar, na Campanha da Fraternidade, temas necessários para a melhoria de vida e bem-estar da população.

Estive recentemente no Acre, quando do lançamento para a sociedade do meu Estado da Campanha da Fraternidade, com o tema Fraternidade e a Vida no Planeta, contando com a presença do Bispo Diocesano D. Joaquim Pertinez, de padres, freiras, representações paroquiais e comunidade católica.

A Igreja Católica, com competência e compromisso social, contribui para a reflexão dos seus fiéis e influencia as comunidades onde atua com um sentimento



que fortalece a necessidade de fraternidade entre os homens e mulheres e estes com o ambiente onde convivem.

Sr. Presidente, no texto base que orienta as ações para este ano é dito que o primeiro passo é a mobilização das pessoas, comunidades, igrejas e sociedade como um todo para assumir o protagonismo na construção de alternativas de superação dos problemas ambientais. Na sequência, propor atitudes e comportamentos fundamentados em valores que tenham a vida como referência na relação com o meio ambiente. Por fim, denunciar situações e apontar responsabilidades.

Essa articulação demonstra o empenho e dedicação da CNBB com as famílias e, sobretudo, com o bem-estar destas e sua relação com o meio ambiente.

A questão ambiental, que preocupa desde os altos dirigentes políticos e empresariais até os cidadãos mais comuns, está na ordem do dia das decisões e desafios de solução.

Não há uma ação hoje, seja ela de qualquer iniciativa, que não deva ser avaliada e repensada quanto a influência que pode causar à natureza.

Senhoras e senhores, nas preocupações levantadas pela Campanha da Fraternidade é feita uma análise da realidade procurando estabelecer as causas do aquecimento global e das mudanças climáticas. O texto aborda ainda a relação que há entre o aquecimento global e as atividades humanas; questiona o modelo energético do País; denuncia o desmatamento e as queimadas, responsáveis por 50% da emissão de gases de efeito estufa no Brasil; interpela o agronegócio e o atual modelo de desenvolvimento. A Campanha vai alertar ainda para a ameaça à biodiversidade e para o risco da escassez de água no planeta.

Na continuidade dos argumentos busca-se na bíblia, na teologia e na palavra da Igreja a fundamentação do tema e do lema da Campanha da Fraternidade. Já na terceira parte aponta diversas atitudes que podem ser tomadas por pessoas, comunidades, governo, empresas e instituições, com o objetivo de preservar a vida no Planeta Terra.

Sr. Presidente, para o Secretário-Geral da CNBB, Dom Dimas Lara Barbosa, a Igreja é motivada pela fé quando discute temas como o proposto pela Campanha



da Fraternidade deste ano. Afirma ele que a fé nos torna específicos numa discussão como essa; que a fundamentação católica é teológica e se baseia no próprio projeto de Deus para com a criação e para com o ser humano.

O Secretário-Executivo da Campanha da Fraternidade, Padre Luiz Carlos Dias, diz que a preocupação da Igreja com o meio ambiente está ligada à sua missão de defender a vida. Ao afirmar que a Igreja demonstra suas preocupações com o estado de nosso planeta, que precisa de cuidados para que continue a oferecer as condições necessárias para a vida nele instalada, demonstra a preocupação e o interesse em promover melhores condições de vida na Terra.

Sr. Presidente, desejo sucesso à CNBB nesta Campanha da Fraternidade. Que seja vitoriosa e que a reflexão consolide ações que possam mudar para melhor as nossas vidas.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, registro nota oficial do meu partido, o PCdoB, a respeito do Dia Internacional da Mulher.

Percebemos nesta nota o reconhecimento ao avanço político no Brasil, quando elegemos protagonista das decisões da República Nacional a Presidenta Dilma Rousseff.

Mobilizado para combater a pobreza, garantindo políticas públicas que aumentem a atenção às mulheres, o novo Brasil precisa avançar mais e mais nas conquistas e vitórias.

Ao buscarmos a ampliação e melhoria de creches, a aplicação da Lei Maria da Penha, o avanço do Sistema Único de Saúde e o combate à discriminação, reconhecemos nas mulheres a força motriz que pode alavancar o desenvolvimento sustentável e a valorização do processo democrático nacional.

Abaixo reproduzo a íntegra da nota:

"Mensagem do PCdoB sobre o 8 de Março - Dia Internacional da Mulher.

O PCdoB, neste 8 de março, saúda as mulheres brasileiras, ao mesmo tempo em que se soma às comemorações desta data, que tem sido uma marca na luta das mulheres, do Brasil e do mundo inteiro, por sua emancipação.



Este é um momento significativo e emblemático para as mulheres brasileiras, quando o país, pela primeira vez na história, é presidido por uma mulher - a Presidenta Dilma Rousseff. Elegemos a Presidenta Dilma, que no poder assume o compromisso de combate à pobreza e exorta as mulheres a assumirem seus destinos. A eleição de Dilma, mais que uma sinalização, ou resultado de nossa luta, pode representar a possibilidade concreta de avanços significativos nas políticas públicas de atenção às mulheres brasileiras.

A eleição de Dilma foi a vitória de um projeto político das forças políticas democráticas que depositaram suas esperanças na capacidade de uma mulher fazer avançar as transformações iniciadas no Governo do ex-Presidente Lula e que também aponta para a superação de preconceitos e discriminações. Um passado de lutas, que culminou com a eleição de uma mulher de trajetória democrática para a Presidência da República, nos engrandece, mas não nos basta.

O PCdoB acredita que o protagonismo das mulheres contribuirá para o avanço das reformas democráticas, tão necessárias para impulsionar o projeto nacional de desenvolvimento que o país almeja.

O PCdoB acredita que há uma dialética a ser vivida e não mais apenas professada. Superar a subestimação da presença das mulheres em postos de poder, como condição para a construção de uma sociedade mais democrática, criando condições para que a mulher se realize enquanto sujeito emancipado.

O PCdoB estará junto às mulheres que vão às ruas pela valorização do trabalho, por creches, pela real implementação da Lei Maria da Penha, em defesa do SUS, em defesa do aborto como questão de saúde pública e da sua legalização, perseguindo sempre a efetivação das políticas sociais. As mulheres querem mais que atenção, mais que mobilidade social; querem também decidir e avançar acumulando forças para a conquista da sociedade socialista.

O PCdoB reconhece que a injusta discriminação das mulheres precisa ser superada e questiona a ordem estabelecida pela regência do capitalismo, do patriarcado e do autoritarismo. Por isso valoriza o processo democrático como fundamental à caminhada emancipadora das mulheres.



Viva o Dia Internacional da Mulher!

Viva a luta das Mulheres!

São Paulo, março de 2011

Partido Comunista do Brasil - PCdoB"

Muito obrigada.



Documento 48/55

037.1.54.O Sessão Ordinária - CD 15/03/2011-16:16

Publ.: DCD - 16/03/2011 - 11304 NEWTON LIMA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao povo japonês diante de desastre natural ocorrido naquele país. Conveniência de reflexão sobre o uso da energia nuclear. Recebimento de convite para participação em atividades ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo. Anúncio da apresentação de projeto de lei sobre a criação de casas-abrigo destinadas às mulheres vítimas de violência doméstica.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e meu nobre companheiro, Deputado Jesus Rodrigues, obrigado pela precedência.

Ao cumprimentar os colegas Parlamentares, inicialmente quero me solidarizar com o povo do Japão, com toda a colônia japonesa no Brasil e seus parentes, que estão aflitos com as consequências do desastre ambiental ocorrido naquele país. Peço uma reflexão de todos nós, da Casa e do Governo Federal, sobre o tema nuclear, uma vez que a explosão dos reatores nucleares em Fukushima traz uma apreensão mundial quanto ao projeto desses reatores e quanto a essa alternativa energética.



Na verdade, pedi a palavra, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para registrar um agradecimento inicial ao Prefeito da minha cidade, Prof. Oswaldo Barba, que me convidou a participar, na última sexta-feira, dia 8, das atividades de comemoração do Dia Internacional da Mulher e da discussão sobre a violência doméstica praticada pelos maridos contra as mulheres brasileiras.

As pesquisas demonstram que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil. São casos corriqueiros, e não uma exceção a esse drama.

Em São Carlos não é diferente. Fomos marcados por uma tragédia, em 1997, precisamente no dia 11 de março daquele ano, quando uma mulher, Gravelina Terezinha Lemes, mãe de oito filhos, foi cruelmente assassinada a golpes de marreta por seu esposo. Chocou a opinião pública são-carlense, paulista e brasileira o fato de que, horas depois desse brutal assassinato, os policiais encontraram sua filha caçula de um ano e maio de idade ainda sugando o seio da mãe assassinada.

Isso aconteceu em 1997. Logo na sequência, 2 meses depois de tomar posse como Prefeito de São Carlos - o que ocorreu no dia 1º de janeiro de 2001 -, nós criamos a Casa-Abrigo à Mulher Vítima de Violência, em apoio às orientações do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência - LAPREV, da Universidade Federal de São Carlos. Essa foi a primeira Casa-Abrigo à Mulher Vítima de Violência numa cidade que não era capital brasileira.

A Casa-Abrigo é um local seguro no qual a Prefeitura oferece moradia protegida e atendimento integral às mulheres e seus filhos em situação de risco de morte, em razão de violência doméstica. É algo exemplar na proteção à mulher contra a violência dos maridos. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, articulado com as demais ações do Centro Municipal de Referência da Mulher.

No evento organizado pela Prefeitura de São Carlos fomos informados pela Profa. Lúcia Willians, coordenadora do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, da Universidade Federal de São Carlos, que, de acordo com o IBGE, apenas 2,7% das cidades brasileiras, ou seja, 150 Municípios, têm casa-abrigo.

Por isso, ao ensejo das comemorações do Dia Internacional da Mulher, e na perspectiva da proposta de políticas públicas de prevenção, promoção e defesa



dos direitos das mulheres, em consonância com o disposto na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), vou apresentar um projeto de lei para que, de maneira compartilhada entre Municípios e Estados da União, todas as cidades-sedes de grandes regiões do Brasil tenham suas casas-abrigos. Com isso e com a aprovação do Congresso, tenho certeza de que estaremos colaborando para proteger a vida de indefesas Gravelinas espalhadas pelo Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 49/55

037.1.54.O Sessão Ordinária - CD 15/03/2011-17:24

Publ.: DCD - 16/03/2011 - 11410 IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização de passeata de mulheres em São Paulo contra o machismo, o capitalismo, por igualdade e liberdade dentre outras reivindicações. Apoio do PSOL à luta das mulheres brasileiras.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna em razão do transcurso do Dia Internacional de Luta das Mulheres, que neste ano, por ter caído em pleno carnaval, foi celebrado em meu Estado no sábado, dia 12. Debaixo de chuva, milhares de mulheres foram às ruas de São Paulo em defesa de sua autonomia, contra o machismo e o capitalismo. Reconhecendo os avanços conquistados pelas mulheres, as feministas afirmaram que ainda é preciso avançar muito para mudar a vida desse segmento, que já é maioria em nossa população, e garantir igualdade de fato. Estivemos presentes com uma grande e animada delegação de companheiras e companheiros de diversas regiões do Estado.

Com a manifestação, as feministas chamaram a atenção da população para seus principais problemas. Entre eles, a tentativa, por parte do STF, de suprimir medidas jurídicas criadas pela Lei Maria da Penha; a falta de investimento por parte do Governo do Estado na ampliação das delegacias da mulher e casas-



abrigos; o déficit de vagas em creches e na educação infantil de São Paulo; o crescimento da intolerância e do conservadorismo, com manifestações de violência contra lésbicas, homossexuais e transexuais na cidade; o desrespeito a direitos trabalhistas das mulheres; o descaso do poder público com a reforma urbana e agrária; e a mercantilização do corpo da mulher nos meios de comunicação. Em todos esses ataques aos direitos das mulheres, sofrem mais as negras, duplamente discriminadas.

Foi o primeiro Dia Internacional de Luta das Mulheres após a eleição da primeira mulher para a Presidência da República. É preciso reconhecer, no entanto, que a primeira mulher Presidenta foi eleita num processo extremamente conservador, que representou um retrocesso no debate público sobre o aborto, diante de uma ofensiva conservadora das igrejas na política, que já vinha se manifestando fortemente no Governo Lula, com a CPI do aborto criada no Congresso, com a assinatura do Acordo Brasil-Vaticano e com os vetos ao PNDH-3.

Dilma Rousseff foi eleita usando como moeda de troca as pautas históricas do feminismo e corroborando com o reacionarismo tucano ao prontificar que seu governo não abriria temas que contivessem polêmicas religiosas. Agora, em seus primeiros meses de governo, vemos os cortes anunciados nas políticas sociais e o aumento irrisório dado ao salário mínimo. Hoje, 53% das pessoas que recebem salário mínimo são mulheres, o que mostra que ainda está na ordem do dia a luta pela sobrevivência de nossas companheiras. Ficou claro, portanto, para nós do PSOL, que não basta ser mulher para combater o machismo e o capitalismo, para garantir o avanço das reivindicações das mulheres.

Esta luta, no entanto, não é exclusiva do Dia Internacional da Mulher. É uma luta diária contra a violência sexista, pela descriminalização e legalização do aborto, pela valorização do trabalho, por educação de qualidade para todos, por um País mais justo e democrático. Nesse sentido, saudamos a Jornada de Lutas das Mulheres da Via Campesina, que mobilizou dez Estados neste mês de março para denunciar os impactos para a saúde humana e para o ambiente do uso abusivo de agrotóxicos e apontar a responsabilidade do modelo de produção do agronegócio.



Em todo o Brasil, as camponesas, em conjunto com outros movimentos urbanos, chamaram a atenção para o fato de que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, inclusive de agentes contaminantes totalmente nocivos a saúde humana, animal e vegetal que já foram proibidos em outros países.

Em São Paulo, as mulheres camponesas e outros movimentos sociais fecharam parte da Rodovia Cônego Domênico Rangoni, também conhecida como Piaçaguera-Guarujá, que dá acesso ao Polo Industrial de Cubatão, no litoral do Estado. Nessa região encontram-se grandes empresas produtoras de agrotóxicos, como Bünge, Vale Fertilizantes e Rhodia. De um total de 52 empresas, 80% são produtoras de venenos. O Estado de São Paulo está entre os três primeiros Estados produtores de agrotóxicos no Brasil. As mulheres da Via Campesina também ocuparam o prédio da Superintendência do INCRA em São Paulo para cobrar o assentamento das famílias acampadas e políticas públicas para a produção agroecológica nos assentamento e pequenas propriedades. Ainda houve protestos no interior do Estado, em Limeira e no Município de Apiaí, localizado na região sudoeste. As mulheres ocuparam a Prefeitura para reivindicar o acesso a direitos básicos como saúde, educação, moradia, transporte e saneamento básico, que vêm sendo negados pelo Município às famílias acampadas.

Portanto, Sr. Presidente, a luta contra o machismo e o capitalismo, por igualdade e liberdade, se faz todo dia. Nós, do PSOL, almejamos uma sociedade socialista e livre, na qual as mulheres tenham vez e voz e a opressão de gênero seja definitivamente superada.

Portanto, nossa homenagem às mulheres, nossa solidariedade à sua luta e nosso compromisso com a transformação radical da sociedade brasileira.

Muito obrigado.



Documento 50/55

039.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 17/03/2011-10:16

Publ.: DCD - 18/03/2011 - 12139 LÁZARO BOTELHO-PP -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras em nome de Parlamentares. Participação feminina na política. Ocupação de cargos públicos e privados por mulheres no País. Celebração de missa por ocasião do transcurso dos 71 anos de falecimento do Vigário João Luis Orione, no Santuário Sagrado Coração de Jesus, no Município de Araguaína, Estado do Tocantins. Trajetória da vida e obra do beato Dom Luis Orione. Solidariedade ao povo japonês, diante da ocorrência de desastre natural no país, e à luta da população libanesa contra o regime ditatorial reinante no país. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.742, de 2008, a respeito de inserção no currículo escolar da disciplina sobre educação no trânsito.

O SR. LÁZARO BOTELHO (PP-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todo dia é dia da mulher, as quais merecem nossas homenagens durante todo o ano, especialmente durante o mês de março, período em que as exaltamos ainda mais pela passagem do dia internacional dedicado a elas: o dia 8 de março. Quero, dessa forma, cumprimentar todas as mulheres brasileiras muito bem representadas pela nossa querida Presidente, Dilma



Rousseff, uma mulher que vai marcar nossa história, não apenas por ser a primeira mulher a ocupar o mais importante cargo público do Brasil, mas pela competência e sensibilidade com que está conduzindo nosso País. Acredito que em seu governo, nosso País seguirá a passos largos rumo à erradicação da miséria.

A cada ano, as mulheres alcançam posições cada vez mais relevantes nos poderes Executivo, Judiciário e principalmente no âmbito do Poder Legislativo. Por isso, quero homenagear as mulheres brasileiras, através de algumas Parlamentares que se destacam em suas funções.

No Senado da República, cumprimento a Senadora Kátia Abreu, que representa o Estado do Tocantins, e a Senadora Ana Amélia, minha companheira de partido.

Na Câmara dos Deputados, cumprimento as Deputadas Federais Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente desta Casa, as Parlamentares do meu partido, o Partido Progressista, Deputadas Aline Corrêa, Cida Borghetti, Iracema Portella e Rebecca Garcia, e também minha colega de bancada tocantinense a Deputada Federal Professora Dorinha.

Parabenizo todas as Deputadas Estaduais brasileiras através das Deputadas tocantinenses Solange Duailibe, Josi Nunes e Amália Santana.

No Tocantins, cidadãos de 23 Municípios são administrados por mulheres, as quais quero homenagear nas pessoas da Prefeita de Xambioá, Ione Leite, da Prefeita de Augustinópolis, minha amiga Maria do Carmo, e também na pessoa da Prefeita de Nova Olinda, Aparecida, uma das muitas mulheres que tiveram um importante papel na minha campanha pela reeleição.

E por último, mas não menos importante, parabenizo todas as Vereadoras do nosso Brasil nas pessoas das Vereadoras que representam o povo da minha cidade na Câmara Municipal, Vereadoras Lúcia da Farmácia e Terezona. As mulheres araguainenses, eu as cumprimento em nome de minha esposa Valdez Castelo Branco Martins, ex-Prefeita da cidade por dois mandatos e minha filha Letícia.

Enfim, cumprimento todas as mulheres que ocupam cargos de diretoras ou presidente de instituições, autarquias e empresas; todas as mulheres que trazem



beleza e luz aos dias mais difíceis; que ganham o mundo com sua coragem; que lutam pelos seus ideais. Que dão a vida por sua família.

Ocupo este espaço, na qualidade de cidadão, para me congratular com as mulheres brasileiras, as mulheres tocantinenses, especialmente as araguainenses, e também para falar da importância da mulher em nossa sociedade. Tenho grande admiração e respeito pelas mulheres. Nasci com os ensinamentos de minha querida mãe, mulher guerreira, decidida, de caráter firme e de grande força espiritual, que se consolidou na convivência com minha esposa e companheira de todos os momentos. Falo das mulheres citando o exemplo de minha amada esposa, Valderez Castelo Branco Martins, destacando sua força, coragem, dinamismo e também o seu espírito empreendedor, de grande visão, por ter transformado a cidade de Araguaína em um local bem melhor de se viver, nos dois mandatos em que foi Prefeita da cidade, compreendidos entre os anos de 2001 e 2008. Presença marcante em favor da sociedade, como é marcante a atuação da Presidenta Dilma, a primeira mulher a conquistar o cargo mais alto do Brasil. Em pouco tempo e com muita luta, as mulheres conseguiram demonstrar serem capazes de desenvolver atividades em qualquer área de atuação humana e, solidariamente, serem parceiras na construção de uma sociedade mais justa, humanitária e fraterna.

É longo o caminho das mulheres em busca de respeito à sua dignidade pessoal, social e profissional. Mas hoje já alcançaram importantes avanços em todos os ramos das atividades econômicas e culturais. É o que se vê no mundo, com diversos exemplos de mulheres nos mais altos cargos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, também nos principais postos empresariais e nos movimentos sociais e culturais. Entretanto, diversas culturas ainda subjugam a liberdade e delimitam o espaço da mulher na sociedade.

Infelizmente, com toda a evolução feminina, não há justiça quando se trata de remuneração. Na maioria das vezes elas recebem um salário inferior ao do colega masculino que exerce a mesma atividade e produção. Esse é um exemplo de algumas distorções que precisam ser corrigidas. Diversos grupos vêm sendo formados no sentido da equidade entre homens e mulheres na sociedade.



Em nosso País as mulheres são um contingente importante no mercado de trabalho e fazem a diferença no processo de desenvolvimento.

No balanço social que as empresas anualmente apresentam, a preocupação é em monitorar a evolução das mulheres no ambiente de trabalho.

As mulheres hoje, sem sombra de dúvidas, são maioria da população, já conquistaram espaços que as conduzem à liberdade. Têm participação significativa na sociedade, contribuindo em diversas áreas profissionais, sociais e empresariais. A maioria da força produtiva do nosso País é formada por trabalhadoras que são, ao mesmo tempo, trabalhadoras e chefes de família responsáveis pelo sustento da casa.

Neste mês comemoramos o Dia Internacional da mulher. O dia 8 de março, embora remonte e nos faça lembrar a data de uma ação cruel contra as mulheres, é também um marco simbólico do grito por justiça e igualdade. O dia 8 representa a oportunidade de externar nosso reconhecimento à importância de um ser humano sublime e singular. A grandeza delas transcende este dia, porque estão conseguindo superar o preconceito da sociedade.

Sabemos que o processo de mudança é longo e constante. A mulher passou pela pílula anticoncepcional, que a tornou mais independente no domínio de seu corpo, pelo movimento feminista exagerado, tentando se tornar homens, e estão vivenciando hoje a importância da manutenção das diferenças em relação ao sexo oposto.

É importante também que as mulheres se conscientizem de que a luta pelos seus direitos não pode se tornar a luta pela eliminação das características dos homens, fazendo com que haja apenas uma inversão de posições na sociedade.

A sensibilidade, versatilidade e habilidade lhes dão condições de serem trabalhadoras competentes, ao mesmo tempo em que cuidam de seu lar e de sua família, educando seus filhos e mantendo a ordem e a harmonia do lar.

A sociedade evoluiu com mais rapidez quando a mulher se tornou protagonista de sua própria história e da história da humanidade.



As mulheres não são melhores nem piores do que os homens. São apenas diferentes, com características distintas e importantes, tanto quanto as dos homens.

Parabéns a todas as mulheres!

Que possamos juntos construir um mundo melhor, um mundo de todos nós.

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 12 de março foi celebrado, no Santuário Sagrado Coração de Jesus, na cidade de Araguaína, no Tocantins, a Santa Missa pelos 71 anos da morte de São Luis Orione.

Com a presença de mais de mil pessoas, a solenidade foi marcada pela forte emoção que tomou conta de todos os devotos, fieis e religiosos de Araguaína e de várias outras cidades tocantinenses presentes.

São Luis Orione não é importante apenas para os católicos. Seu nome, seu exemplo de vida e suas obras são motivo de orgulho para todos os tocantinenses, especialmente para os moradores de Tocantinópolis, Filadélfia, Palmas e Araguaína, Municípios onde há obras e casas fundamentadas no carisma de São Luis Orione.

É na minha querida cidade de Araguaína que a obra orionita mostra toda a sua força. A cidade é mundialmente conhecida como Cidade Orionita, por ser a que reúne mais obras orioniotas em todo o mundo. Lá estão o Hospital e Maternidade Dom Orione; o Colégio Santa Cruz; a Faculdade Católica Dom Orione; a Casa de passagem Tranói e de Apoio aos Menos Favorecidos; o Instituto Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; a Paróquia Sagrado Coração de Jesus; o Seminário Orionita Padre Patarelo; a Creche Mãe de Deus; a Casa do Idoso; a Escola Paroquial Sagrado Coração de Jesus; e a Escola Paroquial Luiz Augusto. São milhares de araguainenses, tocantinenses e pessoas vindas de outros Estado, atendidos por esta rede de amor e proteção fundada e mantida em nome de São Luis Orione. A vida de São Luiz Orione é um exemplo de amor ao próximo, devoção a Deus, servindo de inspiração para todos.

Nascido em 23 de junho de 1872, no vilarejo de Pontecurone, na região norte da Itália, João Luis Orione, desde muito cedo, revelava ser uma criança



extraordinária, pois muito precocemente advertiu sua família para o chamado de sua missão: seguir Jesus Cristo através do Sacerdócio.

No entanto, acometido por uma grave pneumonia, que ameaçou sua vida, os frades decidiram enviá-lo de volta para junto da família. Pouco tempo depois, foi cursar o ginásio em Turim, onde teve como professor Dom Bosco, que foi fundamental para levá-lo à descoberta dos mistérios da fé.

Após concluir o ginásio Luis Orione, foi tomado por uma profunda angústia, tendo que decidir entre o noviciado salesiano e o seminário. Suas dúvidas foram dissipadas com a ajuda do seu saudoso professor Dom Bosco, que apareceu em um sonho para confortá-lo, trazendo nos braços uma veste que deixou cair nos ombros de Luis Orione, dando-lhe a certeza de que o Senhor o queria no seminário.

Com a morte do seu pai, sua família enfrentou muitas dificuldades financeiras. Luis foi trabalhar como guardião da Catedral de Tortona. Foi justamente na sacristia daquela catedral que ele dá início a sua grande obra de apóstolo e educador. O clérigo Luiz Orione, aos 20 anos de idade, pronunciou o seu primeiro discurso, no oratório nos jardins da Diocese de Tortona, para a multidão ali presente, sobre o tema: Cristo, Maria, Papa e Almas. Assim se inicia o Oratório Festivo São Luis, berço da futura obra de Dom Orione.

Ele sempre se sensibilizou com o sofrimento humano, dedicando sua vida ao trabalho, para aliviar as misérias humanas, dedicando-se aos doentes, necessitados e marginalizados da sociedade.

Foi o fundador da Congregação da Pequena Obra da Divina Providência, dando, em 1899, início a mais um ramo da nova Congregação: os Eremitas da Divina Providência. Dom Orione teve atuação heróica no socorro às vítimas dos terremotos de Reggio e Messina (1908) e da Marsica (1915).

O Papa São Pio X nomeou-o Vigário Geral da Diocese de Messina. O zelo missionário de Dom Orione cedo se manifestou com o envio de missionários à América Latina, para países como o Brasil, em 1913. Dom Orione, grande devoto de Nossa Senhora, esteve pessoalmente como missionário, pregador popular, confessor e organizador de peregrinações, de missões populares e de presépios



vivos. Em 1940, Dom Orione, atacado por graves doenças de coração e das vias respiratórias, foi enviado para Sanremo. E ali, 3 dias depois de ter chegado, morreu no dia 12 de março, sussurrando suas últimas palavras: "Jesus! Jesus! Estou indo."

Depois de sua morte, o corpo de Dom Orione foi guardado numa cripta, no subterrâneo do Santuário de Tortona. Após aproximadamente 25 anos, houve uma grande enchente que inundou o local onde estava guardado o corpo. Com o objetivo de limpar o local, foi aberta a cripta e tiveram uma grande surpresa: seu corpo estava intacto. Depois de vários procedimentos e muitas análises o corpo foi liberado para ser exposto a visitação, numa redoma de vidro, no Santuário de Tortona, de onde, no dia 16 de maio, dia de sua santificação foi levado para Roma. O Papa Pio XII o denominou "pai dos pobres, benfeitor da humanidade sofredora e abandonada", e o Papa João Paulo II, depois de tê-lo declarado beato em 26 de outubro de 1980, finalmente o canonizou em 16 de maio de 2004. A canonização aconteceu na Basílica de São Pedro, na cidade de Roma, na Itália. O processo aconteceu depois de confirmado um milagre através da intercessão dele em julho de 2003. O milagre salvou a vida de um morador da cidade de Tortona, daquele país, Pietrino Penacca. Depois desse milagre, o Papa João Paulo II assinou o pedido feito por seus seguidores para que João Luis Orione, padre fundador da Pequena Obra da Divina Providência, fosse considerado santo. Em 16 de maio de 2004, o beato Dom Orione, foi considerado santo, São Luis Orione.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que estamos assistindo, lamentavelmente, ao desastre ocorrido no Japão. Cabe destacar que todo mundo está se solidarizando com aquele povo pelo sofrimento e também com o povo da Líbia. O ditador Kadafi está matando seus irmãos pela ganância do poder.

Venho também à tribuna alertar o povo brasileiro sobre a maior guerra sangrenta que temos: o trânsito brasileiro.

Apresentei o Projeto de Lei nº 2.742, de 2008, em tramitação nesta Casa, que dispõe sobre a inserção da matéria de trânsito nas escolas. Só conhecendo as leis, desde a adolescência e da infância, é que se pode aprender, por meio da educação e da observação.



O trânsito brasileiro mata todos os anos, em média, de 30 a 35 mil brasileiros, deixando 400 mil quebrados e 100 mil paraplégicos, em decorrência de acidentes graves, além de um débito para o Brasil de 28 a 30 bilhões de reais todos os anos. Quero pedir a meus colegas Parlamentares apoio a esse projeto que leva a educação para as escolas, a fim de que comecem a se educar desde cedo. É com educação que se conserta o mundo.

Agradeço aos companheiros e ao meu Presidente a oportunidade. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Agradeço ao Deputado Lázaro Botelho.

Registro a presença do Deputado Hans-Gert Pöttering, do Parlamento Europeu, Presidente Mundial da Fundação Konrad Adenauer Stiftung.



Documento 51/55

039.1.54.O Sessão Extraordinária - CD 17/03/2011-10:36

Publ.: DCD - 18/03/2011 - 12171 LAURIETE-PSC -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Agradecimento à Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, pela homenagem prestada às mulheres por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. LAURIETE (PSC-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço aos Vereadores à Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, e, em especial, à Presidente daquela Casa, Vereadora Dalva da Matta, a homenagem prestada às mulheres capixabas e brasileiras por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 52/55

040.1.54.O Sessão Ordinária - CD 17/03/2011-16:00

Publ.: DCD - 18/03/2011 - 12240 BRUNA FURLAN-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 8 de março foi comemorado o Dia Internacional da Mulher.

A existência de um dia internacional da mulher surge na virada do século XX, no contexto da Segunda Revolução Industrial e da Primeira Guerra Mundial, quando ocorre a incorporação da mão de obra feminina, em massa, na indústria. As condições de trabalho, frequentemente insalubres e perigosas, eram motivo de frequentes protestos por parte dos trabalhadores. Muitas manifestações ocorreram nos anos seguintes, em várias partes do mundo, destacando-se Nova York, Berlim, Viena (1911) e São Petersburgo (1913).

O primeiro Dia Internacional da Mulher foi celebrado em 28 de fevereiro de 1909 nos Estados Unidos, por iniciativa do Partido Socialista da América, em memória da greve das operárias da indústria do vestuário de Nova York, em protesto contra as más condições de trabalho.



Em 1910, ocorreu a primeira conferência internacional de mulheres, em Copenhague, dirigida pela Internacional Socialista, quando foi aprovada proposta da socialista alemã Clara Zetkin, de instituição de um dia internacional da mulher, embora nenhuma data tivesse sido especificada.

No ano seguinte, o Dia Internacional da Mulher foi celebrado em 19 de março, por mais de 1 milhão de pessoas, na Áustria, Dinamarca, Alemanha e Suíça.

Em 1915, Alexandra Kollontai organizou uma reunião em Christiania (atual Oslo), contra a guerra. Nesse mesmo ano, Clara Zetkin faz uma conferência sobre a mulher.

Na Rússia, as comemorações do Dia Internacional da Mulher foram o estopim da Revolução Russa de 1917. Em 8 de março de 1917 (23 de fevereiro pelo calendário juliano), a greve das operárias da indústria têxtil contra a fome, contra o Czar Nicolau II e contra a participação do país na Primeira Guerra Mundial precipitou os acontecimentos que resultaram na Revolução de Fevereiro. Leon Trotsky assim registrou o evento:

"Em 23 de fevereiro (8 de março no calendário gregoriano) estavam planejadas ações revolucionárias. Pela manhã, a despeito das diretivas, as operárias têxteis deixaram o trabalho de várias fábricas e enviaram delegadas para solicitarem sustentação da greve. Todas saíram às ruas e a greve foi de massas. Mas não imaginávamos que este 'dia das mulheres' viria a inaugurar a revolução".

Sr. Presidente, para concluir, podemos dizer: mulher é sinônimo de força, garra e fibra.

Obrigada.



Documento 53/55

043.1.54.O Sessão Ordinária - CD 21/03/2011-16:06

Publ.: DCD - 22/03/2011 - 12602 ANDREIA ZITO-PSDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Prioridade da Casa na apreciação de proposições de iniciativa dos Parlamentares. Imediata votação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 270 e 300, de 2008, respectivamente sobre a garantia ao servidor aposentado por invalidez permanente do direito de recebimento de proventos integrais com paridade e a criação do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares. Morosidade do Governo Federal na implementação de recomendações contidas no relatório final da CPI destinada à investigação do desaparecimento de crianças e adolescentes no País. Comemoração do aniversário de criação de municipalidades fluminenses. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. ANDREIA ZITO (PSDB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é com imensa satisfação que hoje estou neste plenário para muito bem aproveitar esta oportunidade ímpar que me foi concedida e usar este tempo para tecer comentários sobre temas que entendo serem da maior relevância.

O primeiro deles visa registrar meu descontentamento com o papel político que estamos permitindo que esta Casa Legislativa adote. Hoje nos transformamos em meros executores da agenda de prioridades definida pelo Poder Executivo, por



meio da votação de medidas provisórias que trancam a pauta. Deixamos de lado o dever maior de apreciar as proposições de autoria de nós, Parlamentares, e, dessa forma, cumprir o juramento que todos fizemos quando aqui chegamos.

São temas importantes não só para mim, na qualidade de Parlamentar, mas também para a nossa sociedade, que clama pela efetivação dessas proposições.

Refiro-me, primeiramente, à transformação das PECs nºs 270 e 300, ambas de 2008, em emendas constitucionais.

Nesta oportunidade, venho também cobrar desta tribuna resultados efetivos para as ações emanadas do Relatório Final da CPI das Crianças Desaparecidas, da qual fui Relatora. Transformar em realidade as recomendações da CPI só depende de boa vontade e de definição de políticas públicas próprias para esse fim, cujo responsável maior é o Poder Executivo Federal.

Sras. e Srs. Deputados, inicio pela PEC nº 270, de 2008, de minha autoria, que visa garantir ao servidor que se aposentar por invalidez permanente o direito aos proventos integrais com paridade. Trata-se de uma proposição que já tem pacificada sua aceitação por todos os membros desta Casa. Assim posso afirmar, pois em 11 de novembro de 2009 ela foi aprovada por unanimidade na Comissão Especial designada para esse fim. Em 2010, registramos o ingresso de mais de 70 requerimentos de inclusão da PEC nº 270 na Ordem do Dia deste Plenário e, no início desta nova legislatura, já contamos com cerca de 27 novos requerimentos com esse mesmo objetivo.

Essa proposição visa ao resgate de algo que foi subtraído do servidor público - federal, estadual, municipal - pela Emenda à Constituição nº 41, de 2003. Um direito pétreo, posso afirmar, pois, desde a criação da categoria funcional do servidor público, sempre esteve presente a garantia de que, ao aposentar-se por invalidez permanente -aposentadoria compulsória, não voluntária, já que ocorre por doença grave ou incapacitante -, teria proventos integrais e paridade.

Pergunto-me o porquê dessa maldade legislativa expressa na Emenda à Constituição nº 41, de 2003. Sr. Presidente, por que o Governo não permite, não deseja e ainda inviabiliza a apreciação da matéria em Plenário? Será que temos



conhecimento da situação de absoluta penúria na qual se encontram esses servidores? Será que temos o direito de brincar com a saúde dessas pessoas?

Tive o maior prazer e dedicação em participar como membro da Comissão Especial que aprovou a PEC nº 300, de 2008, em 25 de novembro de 2009, após diversas audiências públicas. Desde então, ela está pronta para apreciação em Plenário. Já em 2010, houve o ingresso de mais de 38 requerimentos para a sua inclusão na Ordem do Dia, e, no início desta nova legislatura, já contamos cerca de 13 requerimentos com o mesmo propósito.

Mais uma vez, deparamos com o mesmo problema detectado em relação à PEC nº 270: o porquê de o Governo não permitir, não desejar e inviabilizar a apreciação dessa matéria em Plenário. Será que o Governo é o Governo do Partido do Não Trabalhador - o PNT? Ou ainda é o Governo do PT - o Partido dos Trabalhadores? Essa é a pergunta que faço.

Sr. Presidente e nobres colegas Parlamentares, a situação por si só já demonstra que as coisas só acontecem nesta Casa quando há vontade política daqueles que hoje estão no Governo. Nenhum de nós, 513 Deputados Federais, representantes de todos os Estados deste nosso Brasil, pode afirmar que desconhece a problemática que ora estou trazendo à baila.

Será que ser servidor público, em todos os níveis, a partir de 2003, passou a ser castigo e não uma conquista por mérito? Não podemos esquecer que o ingresso no serviço público é por concurso público. Será que optar por servir a uma das forças auxiliares, fora do Distrito Federal, é assinar uma sentença de morte, de pobreza e dificuldade de constituir uma família e sustentá-la com dignidade? Estes são alguns dos motivos da minha indignação.

O terceiro e último tema que abordarei neste meu pronunciamento é relativo às decisões que constam no relatório final da CPI sobre o Desaparecimento de Crianças e Adolescentes. Fizemos diversos encaminhamentos ao Poder Executivo para as providências cabíveis. Eis que aí surge a minha grande dúvida: essas providências serão efetivadas pela atual administração federal?

Cito aqui as providências assim definidas para que, no mínimo, fiquem registradas nos Anais desta Casa Legislativa:



Indicação nº 6.723, de 2010, que "sugere ao Srs. Ministros da Justiça e das Comunicações a implantação e o desenvolvimento de mecanismo análogo ao Alerta AMBER nos casos de desaparecimentos de crianças e adolescentes";

Indicação nº 6.724, de 2010, que "sugere ao Ministério da Justiça a criação de Programa de Combate ao Desaparecimento de Crianças e Adolescentes no âmbito da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e agentes aduaneiros, portos e aeroportos";

Indicação nº 6.725, de 2010, que "sugere ao Sr. Ministro da Justiça a realização de cursos de capacitação profissional permanente dos recursos humanos dos conselhos tutelares";

Indicação nº 6.726, de 2010, que "sugere ao Sr. Ministro da Educação a realização de campanhas preventivas de desaparecimentos, direcionadas aos jovens, aos pais e escolas";

Indicação nº 6.727, de 2010, que "sugere ao Ministério da Justiça a criação de projeto modelo para a implantação de delegacias especializadas na investigação sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes em todo o País e a criação de banco de DNA";

Indicação nº 6.730, de 2010, que "sugere ao Presidente da República a criação da Secretaria da Criança e do Adolescente".

Concluindo, quero aproveitar para felicitar os Municípios do Estado do Rio de Janeiro que neste mês de março estão comemorando mais um ano de existência: Barra do Piraí, Bom Jardim, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cantagalo, Conceição de Macabu, Petrópolis, Rio das Flores e Rio de Janeiro.

Neste mês de março, Deputada Benedita da Silva, comemoramos o nosso dia, o Dia Internacional da Mulher. Quero aqui homenagear todas as mulheres que realmente vêm ocupando um espaço na sociedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência cumprimenta a nobre Deputada Andreia Zito pelo pronunciamento que faz.

No que tange especificamente à PEC 300, de interesse dos policiais militares, sinto-me no dever de expor a S.Exa. que as articulações continuam a ser



processadas, objetivando conseguir uma decisão consensual que permita a esta Casa garantir a aprovação, em segundo turno, dessa emenda, que é extraordinariamente importante para o pessoal da área da segurança em todo o País.

Se dificuldades remanescerem até hoje, esperamos que as nossas Lideranças tenham competência suficiente para superar todos esses percalços e viabilizar a aprovação da PEC 300, porque, se assim não fizermos, vamos conduzir a grande massa de interessados a um processo de frustração, já que o que propõe a PEC 300 consubstancia a concretização de anseios dos policiais de todo o País.

Portanto, cumprimento a nobre representante do Rio de Janeiro pelo seu pronunciamento e pela abordagem mais ampla que fez sobre outras temáticas de igual palpitância para o País.



Documento 54/55

043.1.54.O Sessão Ordinária - CD 21/03/2011-16:45

Publ.: DCD - 22/03/2011 - 12607 AMAURI TEIXEIRA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Profissionalismo dos servidores da Casa. Transcurso do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Saudações aos Parlamentares negros e às entidades culturais e políticas atuantes contra a discriminação racial no Estado da Bahia e no Brasil. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio à realização das reformas tributária e política. Atuação do orador à frente da Subsecretaria Estadual de Saúde do Governo da Bahia. Avanços da política de regionalização do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado. Retomada dos debates sobre a regulamentação da Emenda nº 29, de 2000, acerca da destinação de recursos para a saúde pública. Morosidade na tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 306, de 2008, a respeito da alocação de recursos para o setor. Anúncio da apresentação de proposta de criação da Contribuição Social da Saúde - CSS. Importância das políticas públicas destinadas a melhorar e ampliar a infraestrutura de transportes na Região Nordeste. Defesa de criação de novas universidades federais no Estado da Bahia.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores que estão presentes nas galerias, senhores funcionários da Casa, boa tarde.



Aproveito para reconhecer o profissionalismo dos funcionários da Casa, de todas as áreas, o compromisso e sobretudo a imparcialidade com que nos auxiliam na execução dos trabalhos.

Sr. Presidente, hoje é o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, e aproveito esta oportunidade para cumprimentar os Deputados Domingos Dutra, Benedita da Silva, Edson Santos, Janete Pietá, Valmir Assunção, meu grande amigo Luiz Alberto, enfim, todos os Parlamentares negros desta Casa, que lutam por essa causa. E cumprimento todos os que lutam contra a discriminação racial nas pessoas da minha amiga Prof^a. Edinice Santana, uma velha militante da Bahia, e do meu amigo Gilberto Leal.

Quero cumprimentar ainda todas as entidades culturais e políticas da Bahia e do Brasil que lutam contra a discriminação racial, especialmente as que buscam por meio da cultura transformar a condição do negro no meu Estado, como Olodum, Ileaê, Malê Debalê e tantas outras.

Aproveito para cumprimentar também as mulheres, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, nas pessoas de Socorro Magalhães, que foi escolhida a Mulher do Ano em Jacobina, e de minha mãe, que me apoia muito, uma militante ativa das causas dos direitos humanos.

E quero agradecer a meu filho Caio e aos meus sobrinhos o apoio que me dão, pedindo desculpas pela minha ausência como pai de família, como integrante da família, neste período em que estou sendo levado a cumprir metas maiores.

Esta é a primeira vez que faço um discurso escrito, e sinto-me agraciado pelo fato de meu primeiro mandato na Câmara dos Deputados coincidir com debates de relevância ímpar para o futuro do nosso País, principalmente no que diz respeito à reforma tributária, à reforma política e à reforma do SUS, como diz o Ministro Padilha, tema que vamos enfrentar nesta Casa. Nos próximos 4 anos seremos instados a enfrentar grandes desafios, e eu jamais me furtaria a essa tarefa.

Eis alguns dos meus compromissos, que reitero publicamente: do ponto de vista temático, em minha atuação parlamentar vou priorizar as questões atinentes à saúde, desde a ampliação do seu financiamento até a revisão do pacto federativo, no que diz respeito à participação de cada ente federado no financiamento e no



desenvolvimento de programas nesta área; do ponto de vista geográfico, defenderei as políticas que favoreçam o Nordeste como um todo, especialmente o meu Estado, a Bahia, sobretudo o semiárido nordestino, especificamente as regiões de Jacobina, Irecê, Chapada Diamantina e Salvador.

Precisamos cumprir rapidamente o desejo constitucional previsto no art. 30 e reduzir as desigualdades sociais e regionais, dando prioridade às Regiões mais carentes, especialmente o Nordeste.

Além disso, também considero relevantes a reforma política e a reforma tributária, a defesa do meio ambiente, a defesa de políticas que elevem a qualidade de ensino e a ampliação do acesso à educação em todos níveis. E considero igualmente importante o fortalecimento dos municípios brasileiros, por entender que esse é efetivamente o ente que executa as principais políticas referentes ao povo mais carente.

Toda a minha atuação visará à redução das desigualdades, sejam regionais, sejam sociais, sejam de gênero, de raça, de qualquer outra natureza. Esses pontos consistem em uma reorganização da nossa sociedade, que poderá consolidar de forma definitiva os imensos avanços que vimos experimentando recentemente, em especial no período dos Governos Lula e Dilma.

É fato que o Brasil, nos últimos 8 anos, finalmente logrou alcançar um patamar que perseguia há décadas, se não há séculos. Nosso crescimento econômico tem sido noticiado em todo o mundo. Mais do que isso, porém, nós queremos aqui ressaltar o inédito crescimento social deste País, graças sobretudo às políticas inclusivas do Governo popular do Presidente Lula, que fizeram história.

Mas, em um mundo tão fragilizado como o dos dias atuais, faz-se necessário proteger e solidificar as novas estruturas criadas. Não podemos permitir que nossas conquistas sejam ameaçadas por questões secundárias, tantas vezes alheias à nossa realidade.

Nesse contexto, Sr. Presidente, sinto-me compelido a enfatizar alguns temas relevantes, como a reforma tributária, a reforma política, o sistema de saúde, a regulamentação da Emenda nº 29/00, o desenvolvimento do Nordeste e a valorização dos servidores públicos. Nós temos clamado por algumas questões



que dizem respeito à valorização do servidor público, como a aprovação da PEC nº 555/06 e da PEC nº 270/08, entre outras.

Primeiramente, Sr. Presidente, vou abordar uma questão central nesta Casa: a reforma tributária.

Ouvi os mais experientes nesta Casa dizerem que a reforma tributária não sai. Deixa-nos bastante tristes esse tipo de posição, esse tipo de comportamento adotado a priori. Nós temos a grande esperança de que esta Legislatura será histórica e daqui a 4 anos poderemos olhar no olho do nosso eleitor e dizer que efetivamente contribuímos para que este País desse um salto de qualidade em algumas questões estruturais.

A reforma tributária deve ser feita levando-se em conta o modelo de sociedade e de Estado que pretendemos ter. Queremos construir um Brasil socialmente justo. Como a Presidenta Dilma afirmou, "um país rico é um país sem pobreza". Esse é seu lema. Lutamos também por um desenvolvimento sustentável, mais equilibrado. Por tudo isso, o desenho do sistema tributário terá de levar em conta esse novo modelo, um modelo que deverá ter por finalidade sobretudo a redução das desigualdades sociais e regionais e a erradicação da pobreza e da miséria, conforme disposto no art. 3º da Constituição Federal.

Algumas pessoas vêm defendendo uma reforma tributária, a nosso ver, de caráter neoliberal. Ora, o neoliberalismo fracassou no mundo! Ele decretou sua falência com a queda de Wall Street. Houve a bancarrota de todos os países que tiveram redução da intervenção do Estado, principalmente em relevantes aspectos sociais e econômicos. Por esse motivo, nossa reforma tributária deve levar em conta um modelo de Estado que defenda as questões sociais e eleve cada vez mais as condições de vida do povo brasileiro.

Assim, Sr. Presidente, na reforma tributária, nossa principal meta deverá ser a de inverter a natureza da carga tributária no Brasil. Existe hoje na nossa carga tributária uma forte presença dos chamados impostos indiretos, os quais afetam diretamente o consumo, provocando uma incidência regressiva; ou seja, oneram mais quem tem menor capacidade contributiva. Paga mais quem possui menor poder aquisitivo. Pretendemos valorizar mais os tributos diretos, aqueles que



incidem sobre o patrimônio e a renda, provocando uma tributação progressiva que atenda aos princípios constitucionais da pessoalidade da tributação: quem tiver maior capacidade contributiva pagará mais, quem tiver menor capacidade contributiva pagará menos, e quem não tiver capacidade não pagará tributos.

Sr. Presidente, isso é fazer justiça social por meio do sistema tributário.

O Sr. Edivaldo Holanda Junior - Deputado Amauri, V.Exa. permite-me um aparte?

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Pois não.

O Sr. Edivaldo Holanda Junior - Parabenizo V.Exa. pelo brilhante discurso que faz na tarde de hoje a respeito da importância da reforma tributária em nosso País. O Brasil é um dos países que possuem as maiores cargas tributárias do mundo. A população brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, trabalha do dia 1º de janeiro até o dia 28 de maio apenas para pagar tributo.

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Agradeço ao jovem colega Edivaldo Holanda Junior, brilhante Parlamentar desta Casa, o aparte.

Ressalto que nos países onde há menor desigualdade social, como a Alemanha, o Canadá e a Grã-Bretanha, ao contrário do Brasil, a incidência dos tributos ocorre principalmente sobre a renda e o patrimônio. E o Brasil, historicamente um campeão da desigualdade social, tributa principalmente o consumo. Segundo estudo do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - Sindifisco, com base nos dados do Tesouro Nacional e do IBGE, no Brasil a carga tributária total sobre o consumo é de 54,90%, meu caro Deputado Holanda; sobre o patrimônio, é de apenas 3,72%; sobre a renda, 26,94%; e sobre os demais itens, 14,44%.

No mesmo estudo do Sindifisco, ao qual sou filiado, aponta-se, com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF do IBGE, que em 1996 uma família que ganhava até 2 salários-mínimos gastava 26% do que ganha com tributo sobre consumo; ou seja, do total de sua renda, pagava 26% em tributo sobre consumo. Já uma família com mais de 30 salários-mínimos pagava apenas 7%. Isso mostra a perversidade desse sistema. E o estudo mostra que isso se aprofundou. Segundo a POF de 2002/2003, uma família que ganha até dois salários-mínimos,



nesse sistema que prioriza o consumo, agora gasta 46% do que ganha com tributos sobre o consumo; ou seja, quase a metade de sua renda é destinada a pagar impostos indiretos, o que cristaliza a cada vez maior desigualdade social.

Além disso, caro Deputado Holanda, temos de garantir a integridade do art. 195 da Constituição Federal, em que constam as chamadas contribuições sociais que financiam a Seguridade Social; ou seja, temos de garantir o financiamento da saúde, da assistência e da previdência, e ampliar o financiamento da saúde. As contribuições de diferentes impostos têm seus recursos previamente fixados, estipulam para onde vão esses recursos. E os recursos previstos no art. 195 vão para onde? Para saúde, previdência e assistência social. Portanto, ao contrário do que alguns aqui apregoam, temos de garantir a integridade do art. 195, repito, para assegurar previamente os recursos destinados às áreas sociais que acabei de mencionar.

Outro aspecto associado à reforma tributária é a revisão do pacto federativo. Na aula de Direito Tributário - sou professor de Direito Tributário -, quando escrevemos as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios no quadro, vemos que a competência da União é enorme, até fisicamente. A União arrecada praticamente 70% dos tributos deste País, enquanto os Estados arrecadam 20% e os Municípios em torno de 5%. Eu defendo uma participação maior dos municípios, que são os grandes executores das principais políticas, dos programas fundamentais para a melhora do bem-estar da população. Portanto, temos de fazer na reforma tributária a revisão da participação dos Municípios no bolo tributário.

Também não podemos deixar de compatibilizar o sistema tributário com o novo cenário, já que a degradação ambiental tem forte impacto sobre a qualidade de vida sobretudo dos mais pobres; por isso, devemos onerar mais aquelas atividades que mais negativamente atuam em relação ao meio ambiente, aqueles que mais poluem, que mais desmatam, que mais degradam.

No decorrer do mandato, vou aprofundar e detalhar propostas relativas à reforma fiscal, mas agora vou parar de falar sobre reforma tributária, para não esgotar meu



discurso só nesse tema, porque quero tecer alguns comentários sobre outro tema igualmente importante: a reforma política.

Temos de rever a questão política, temos de fazer a reforma política neste País. Mas não uma reforma política, como alguns querem, para consolidar um modelo viciado. Muitos Parlamentares são mais lobistas do que legisladores. Por receberem, para financiamento de campanha, doações de empresas privadas, de grupos menores, esses Parlamentares acabam tornando-se lobistas dessas empresas, desses grupos menores.

A reforma política deve visar à consolidação e à ampliação da democracia, sobretudo no que diz respeito aos institutos de participação direta do povo no exercício do poder. No Brasil, só o Congresso Nacional convoca plebiscito e referendo. O povo não tem essa iniciativa. Temos de encontrar um mecanismo para permitir que o povo, em face de uma questão de relevante interesse público, convoque à sua vontade, para ser ouvido, plebiscitos e referendos. E precisamos simplificar os critérios de iniciativa popular para proposições legislativas, admitindo inclusive a iniciativa popular para as propostas de emenda à Constituição. Vamos lutar por uma reforma que redistribua o poder político, permitindo maior presença das camadas populares nas decisões políticas e também a ampliação da presença das mulheres e dos jovens.

Queremos um sistema político que mude radicalmente a lógica atual do financiamento das campanhas, que tem de deixar de ser majoritariamente privado para ser exclusivamente público, com a adoção da lista fechada, para despersonalizar a política. Não temos de votar em pessoas; temos de votar em programas, em ideias, em projetos. É importante, também, tratar do fim das coligações proporcionais; da limitação do número de mandatos dos Deputados e Senadores para no máximo 3; da revogabilidade dos mandatos; da redução do mandato de Senador de 8 para 4 anos, deixando a suplência senatorial para os candidatos não eleitos mais votados; e da mudança da data da posse do Presidente da República. Dizem que o atual modelo propicia uma renovação muito grande, mas podemos combinar o modelo proposto com essa característica



positiva do atual modelo, facilitando ainda a participação popular nas questões políticas.

Com a introdução desses pontos, fortaleceremos os partidos políticos, e o voto deixará de ser dado em função das características pessoais dos candidatos, para ser dado em função das questões programáticas, em função de idéias e propostas. Os candidatos com financiamento público estariam aptos a defender interesses mais gerais e relevantes da população, e não interesses menores de grupos ou empresas. Deixariam de ser lobistas para serem verdadeiros legisladores.

Além disso, temos de reformar a legislação eleitoral para acabar com as siglas de aluguel. Só teremos uma verdadeira representação popular democrática se os partidos políticos passarem a expressar verdadeiramente a vontade de uma parcela expressiva da sociedade. Espera-se também que a reforma traga regras para que os partidos políticos expressem o controle por seus filiados, e não por alguns caciques partidários que se têm portado como donos dessas siglas. Deve-se também pôr fim às comissões provisórias, que os presidentes de partidos políticos dissolvem quando lhes é conveniente, fragilizando sua organização.

Bem, agora vou deixar a reforma política também de lado e passar ao tema que mais me é caro neste Parlamento: a saúde. Temos a esperança de que este Parlamento cumpra a vontade do povo, que clama para que a saúde seja prioridade nossa.

Sr. Presidente, mais uma vez, gostaria de falar do maior patrimônio social do povo brasileiro: o Sistema Único de Saúde. O SUS, como todos sabemos, consiste em uma das principais conquistas do brasileiro. Nestes últimos 20 anos vem sendo reconhecido internacionalmente como um dos mais interessantes desenhos de sistema de saúde pública existentes no globo. Suas diretrizes buscam incluir e garantir aos segmentos menos favorecidos assistência integral e digna.

A universalidade assegura que qualquer pessoa terá direito à atenção de saúde no momento em que dela necessitar. A integralidade garante que a assistência prestada incluirá todos os mais variados campos da saúde. Mas a Carta Magna



ressalva, de forma coerente, que serão sempre priorizadas as ações de caráter preventivo.

A descentralização da gestão e a participação da comunidade tornam o sistema democrático e inclusivo. Permitem que as prioridades sejam definidas com base nas reais necessidades de cada população alvo, conferindo-lhes transparência e, principalmente, aumentando sua efetividade.

A atenção à equidade, um dos últimos princípios a serem incorporados, veio contemplar uma das mais importantes metas do nosso SUS. Ao tratar os desiguais de forma desigual, criam-se condições para que se chegue à igualdade. Eis a fórmula mais eficaz para se alcançar a justiça social.

Essa, senhoras e senhores, penso ser a questão central com que devemos ocupar-nos: a justiça social. O SUS é um meio ótimo para isso, mas só alcançará seu objetivo se lhe forem concedidas as condições necessárias para tanto.

Insisto nesse tema porque ele faz parte de minha vida, de minha história humana e política. Dediquei os últimos 4 anos à pasta da Saúde em meu Estado, a Bahia. Nesse tempo ocupei o cargo de Subsecretário Estadual de Saúde, trabalhando em conjunto com o Secretário Jorge Solla e sua equipe. Conseqüentemente, sei da sua importância para a população, principalmente para os mais carentes.

Trata-se de um período de que muito me orgulho. Em parceria com o Governador Jaques Wagner, cuja imensa aprovação popular ficou explícita por meio de sua extraordinária reeleição, conseguimos implementar avanços importantíssimos. De fato, juntamente com o Secretário Jorge Solla, um Secretário brilhante, e sua aguerrida e competente equipe, fizemos uma pequena revolução na saúde da Bahia. Abrimos cinco novos hospitais, interiorizando a alta e média complexidade, em Irecê, Juazeiro, Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana e no subúrbio ferroviário de Salvador, agregando 1.200 novos leitos hospitalares à rede pública da Bahia. Triplicamos o número de CAPs e duplicamos o número de CEOs no Estado.. Ampliamos a cobertura de SAMU. Ampliamos muito a cobertura do Programa Saúde da Família. Introduzimos o Programa de Internação Domiciliar e o Programa Medicamento em Casa.



De fato, o povo baiano experimentou grande melhora e crescimento na assistência à saúde que lhe é oferecida pelo Governo. E há ainda ótimas perspectivas que também ajudamos a construir. Tal realidade, claro, reflete-se nos indicadores de saúde. Infelizmente, não podemos ainda contar com dados completos dos anos mais recentes, porque ainda não foram computados; todavia, os parâmetros já disponíveis indicam a expressiva melhora desses indicadores.

A mortalidade infantil é um exemplo significativo. Reflete as questões mais básicas de saúde. Em 1986, bem antes do início de nosso Governo, 22 de cada mil crianças nascidas vivas faleciam ainda em seu primeiro ano de vida. Em 2008, com apenas 2 anos na administração do Estado, nosso Governo reduziu esse número para 18 em cada mil nascidos vivos - uma redução expressiva. Sei que ainda estamos longe do ideal, a mortalidade ainda é alta, mas continuamos trabalhando. Tenho certeza de que os dados serão ainda mais promissores no final do atual mandato, em 2014.

A cobertura do PSF foi outro ponto primordial para nós. Em 2006, pouco mais de 6,2 milhões de pessoas eram atendidas pelo programa. Em 2009 a cobertura superou 7,8 milhões de baianos, um aumento de cerca de 25% em apenas 3 anos.

A imunização também sempre foi uma das nossas prioridades. Pode-se dizer que a quase totalidade das crianças baianas apresenta cobertura vacinal completa no seu primeiro ano de vida. Outra vitória diz respeito à dengue, uma das grandes preocupações nacionais na atualidade. Infelizmente a doença ainda não está totalmente contida em nosso Estado, mas o avanço é incontestável. No final do ano passado, a redução do número de casos superava 56%, em comparação com o mesmo período de 2009.

Essas conquistas são, em grande parte, consequência de nosso investimento na contratação e na capacitação dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Recentemente, 1.800 agentes foram contratados pelo Governo estadual para atuar em 79 municípios baianos. Além disso, a Bahia investiu muito no projeto de descentralização e regionalização da assistência à saúde. Como eu



citei, cinco novos hospitais regionais foram inaugurados nestes últimos anos, levando a assistência de alta e média complexidade para o interior do Estado.

Em Irecê, a 468 quilômetros de Salvador, o Hospital Mário Dourado Sobrinho foi reformado e ampliado. Atualmente oferece atendimento de alta e média complexidade para 38 cidades da região, uma população de quase 800 mil habitantes. Somente nessa obra o Estado investiu mais de R\$ 20 milhões, considerando-se tanto a reforma como a aquisição de novos equipamentos.

Feira de Santana foi contemplada em agosto de 2010 com o Hospital Estadual da Criança, serviço de referência não apenas para a Bahia, mas para as Regiões Norte e Nordeste. Além de oferecer excelência no atendimento, a unidade proporciona também formação acadêmica nas várias áreas da pediatria. Em sua reforma e na compra de equipamentos, o investimento do Governo Jaques Wagner superou os R\$ 60 milhões.

Mas, Sr. Presidente, devem ser também lembrados o hospital de Juazeiro, que oferece tratamento oncológico, e o hospital de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo. Além desses, o Hospital do Subúrbio, em Salvador, aproximou o serviço da população mais carente.

O avanço da regionalização do SUS na Bahia tem sido impressionante. Mostra-se como exemplo para tantos outros Estados brasileiros. Trata-se da concretização de uma das diretrizes mais importantes para a consolidação do sistema. Mas não é só isso. Outra de nossas metas é a universalização do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o SAMU, no Estado, e grandes passos foram dados. Ainda, a Fundação Estatal de Saúde da Família - FESF-Bahia recentemente integrou a rede UnA-SUS, a Universidade Aberta do SUS.

É pena que justamente em meu município natal, a bela Jacobina, cidade-polo da região do Sertão do Piemonte, em torno da qual gravitam mais de 19 municípios, a claudicante administração municipal ainda hesita em implantar o SAMU, tão importante para o atendimento da população.

Ainda assim, Sr. Presidente, essas são apenas algumas de nossas realizações no Governo da Bahia. Grandes, relevantes, mas ainda limitadas. Como já disse antes, o desenho do sistema é ótimo, mas sua efetividade depende das condições



de funcionamento que se lhe oferecem. O Estado da Bahia tem feito sua parte. O investimento estadual em saúde vem crescendo ano a ano e já superou o mínimo estipulado pela Emenda nº 29/00. Grosso modo, o texto constitucional estabelece que cada Estado deve aplicar no setor no mínimo 12% da arrecadação dos impostos a que faz jus. A Bahia aplicou no ano de 2009, cujos dados são os mais recentes já consolidados, 13,89%. Sras. Deputadas, são quase 2% a mais do que o valor estipulado pela Constituição.

Faço questão de ainda sublinhar o crescimento desse percentual ao longo dos anos. Em 2006 foram aplicados apenas 12,17%. No ano seguinte, primeiro ano de nosso Governo, já conseguimos aumentar para 12,63%. E essa é uma tendência que se mantém até os dias atuais, mas com grande intensificação no período mais recente. Em 2008 aplicamos 12,77%. Em 2009, como já informei, 13,89% - um aumento relevante, Sr. Presidente, perto de 10%.

Fizemos uma pequena revolução na Bahia, mas ainda temos muito a fazer. É verdade, gastamos no último ano, na gestão do Governo Wagner e do Secretário Solla, 13,7% do orçamento do Estado em saúde, ao contrário da maioria dos Estados, que não cumpriram o dispositivo constitucional. Somos um Estado que gastou mais do que os 12%. Mas sentimos, meu caro Holanda, que para universalizar o acesso à saúde, para garantir saúde integral, temos de ampliar o financiamento da saúde. É claro que temos de aprimorar a eficiência da gestão e melhorar o gasto em todas as áreas do serviço público, inclusive na saúde, mas esse argumento não é suficiente para nos convencer de que a saúde precisa de mais recursos. Temos um sistema universal, o que significa que a saúde é prestada a todas as pessoas indistintamente. Temos um sistema integral, em que todas as pessoas são atendidas em todas as suas necessidades nessa área. Então, é um sistema que não pode ser financiado com apenas R\$1,50/dia per capita. Esse é um dos menores financiamentos do mundo, insuficiente para um dos sistemas públicos de maior abrangência em termos de assistência.

O SUS é um sistema muito complexo. Não são suficientes apenas os recursos estaduais, nós sabemos. Para funcionar adequadamente, é imprescindível



também o Orçamento federal, de maior vulto. E para tanto, meus pares, há que se retomar o debate quanto à regulamentação da Emenda nº 29/00.

A Emenda delega para lei complementar, a ser revista a cada 5 anos, a definição dos percentuais mínimos de recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde. Tal lei deverá tratar de todos os entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e municípios. Todavia, como todos acompanhamos, a norma permanece em debate nesta Casa há vários anos, sem lograr qualquer desfecho. A questão da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29/00 já dura 11 anos. Todo o mundo diz que é prioridade, mas ninguém consegue fazer com que seja votada.

Isso não é prioridade! Se a saúde é prioritária, se a regulamentação da Emenda 29 é prioritária, ela tem de entrar na pauta da Casa até junho e ser finalizada. Não podemos dizer que é prioridade e não praticar, porque estaremos fingindo para a população. Temos de regulamentar a Emenda 29 para definir, de forma final, o percentual de gasto que Estado e município devem ter com saúde, mas sobretudo o percentual da União nesse gasto. Temos de fazer uma reforma verdadeira. Temos também de dizer qual é o repasse ideal ou o repasse mínimo suficiente da União para os Municípios em determinadas políticas, como o Programa Saúde da Família. Para o SAMU os repasses que estão aí são insuficientes. Para as UPAs os repasses que estão aí são insuficientes. Temos de aumentar os repasses para que os municípios possam efetivamente cumprir os serviços que lhes estão sendo entregues.

Como regra transitória, que objetivava regulamentar o interregno até que a lei fosse aprovada, a Emenda 29 acrescentou artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT dispositivo estabelecendo os percentuais de Estados e municípios, que deveriam ser aumentados paulatinamente até totalizar seu mínimo no ano 2004, 12% para os Estados e 15% para os municípios. No que concerne à União, todavia, apenas estatuiu que se mantivesse o valor aplicado no ano anterior, corrigido pela variação do PIB. Essa regra, que deveria valer apenas até 2004, perpetua-se até hoje.



E não é apenas isso. A Constituição determina também sanção para os Estados e municípios que não aplicam o mínimo exigido: estão sujeitos a intervenção federal. Mas e a União? Não há qualquer punição prevista para a própria União, caso não cumpra a determinação legal.

Senhoras e senhores, é um tratamento desigual, iníquo, que prejudica a todos. Esperava-se que em 2005 a lei complementar já houvesse regulamentado o tema, resolvendo tais questões. Mas isso ainda não ocorreu. Estamos em 2011. Portanto, passaram-se 11 anos e a Emenda 29 permanece sem regulamentação. Faz-se mister, insisto, definir uma regra clara e justa. Temos a obrigação de aprovar a lei exigida pela Carta Magna há mais de uma década. Mas, é claro, não se trata de tarefa simples. Não é por outro motivo que a lei ainda não existe.

O gasto com o SUS vem aumentando. O gasto per capita em 2000 foi de R\$ 360,13. Em 2008, foram R\$ 606,74. O percentual do PIB aplicado na saúde também é um bom exemplo disso. Em 2000, apenas 2,89% do PIB de todos os entes federativos foram direcionados para ações de saúde; em 2008, 3,65%. Houve, portanto, um crescimento real após a aprovação da Emenda 29, a despeito de sua não regulamentação. Todavia, esses valores ainda não são suficientes, e os problemas concretos do SUS evidenciam isso. Espera-se que, com a aprovação da lei complementar, o déficit seja neutralizado.

Tramita na Câmara dos Deputados atualmente o PLP nº 306, de 2008, proveniente do Senado Federal. Sua aprovação, no entanto, ainda está pendente, em face do debate acerca da Contribuição Social da Saúde, a CSS. Esse impasse já perdura por longos anos, causando um prejuízo incalculável para nossa população. Vidas dependem disso, Sr. Presidente.

Apesar de reconhecer a complexidade do assunto, não posso deixar de lamentar a estagnação desse projeto. Meus pares, a CSS prevê um desconto ínfimo nas contas bancárias quando houver movimentação financeira: 0,1%. Em comparação com o benefício que trará, parece-me absurdo o questionamento que se faz acerca de sua pertinência. Além do mais, há que se ponderar que a contribuição é justa, tende à equidade. Envolve aqueles que movimentam contas bancárias, uma parcela da população que tem acesso a melhores condições sociais. Sua



aprovação implicará incremento de bilhões de reais no orçamento da saúde. Permitirá investimentos importantíssimos na atenção básica de saúde. Possibilitará o acesso da população às mais novas tecnologias disponíveis. Alcançará as crianças brasileiras, especialmente aquelas mais vulneráveis. Melhorará a assistência pré-natal oferecida. Ampliará a oferta de transplantes de órgãos.

Sr. Presidente, venho trabalhando para apresentar muito em breve um novo projeto de lei complementar propondo a criação da CSS sem que ocorra aumento da carga tributária e isentando trabalhadores que percebam até 5 salários-mínimos. Os mais carentes precisam ser amparados, e não arcar com o ônus do sistema. Da arrecadação dessa contribuição, 50% seriam destinados aos municípios, 30% aos Estados e Distrito Federal e 20% à União.

São incontáveis os benefícios advindos do aumento dos recursos disponíveis para o SUS. Não há argumentos contrários que possam relativizar essa realidade.

Por fim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria também de tocar em outra questão vital. Todos sabemos da importância das políticas públicas para o Nordeste. Elas criaram um vigoroso mercado interno, elevaram a condição social e econômica de milhares de nordestinos, melhoraram e ampliaram a infraestrutura rodoviária, portuária e aeroportuária.

A Presidenta Dilma tem afirmado e reafirmado seu compromisso com o Nordeste, colocando a Região com prioritária na sua agenda política.

Ainda assim, Sr. Presidente, o maior bem que existe hoje é o conhecimento. Por isso, além de continuar a investir em infraestrutura, finalizando a Transnordestina, construindo a Leste-Oeste na Bahia, o Porto Sul em Ilhéus, a BR-324 no trecho Umburanas-Sento Sé, o Aeroporto de Vitória da Conquista e seu anel viário, dentre outras obras, queremos principalmente o investimento em conhecimento.

Para isso, é necessário que o Nordeste seja contemplado com universidades federais capazes não só de gerar conhecimento como tecnologias adequadas, capazes de impulsionar o desenvolvimento da Região. Só a guisa de exemplo, Minas Gerais tem hoje onze federais, e a Bahia apenas duas, o que nos faz



pleitear, além das já pedidas, mais duas, uma na Chapada Diamantina e outra no extremo sul.

Mas não é só a criação de novas universidades que demonstrará prioridade. Também há de crescer o volume de recursos e investimentos aplicados nas universidades existentes, pois atualmente as universidades do Sul e Sudeste de porte semelhante às nossas recebem até 4 vezes mais recursos. Precisamos inverter imediatamente isso, com investimentos em integração das comunidades isoladas, via rede mundial de comunicação, pois o conhecimento formal praticado nessas comunidades não habilita nossos jovens a se inserirem no mercado de trabalho em pé de igualdade com os do Sul do País; portanto, é necessário universalizar também o sinal de banda larga, priorizando exatamente as comunidades mais isoladas do Nordeste.

Insisto em que o Nordeste tem de ser visto como prioridade neste Governo, e não basta priorizá-lo apenas com infraestrutura e políticas sociais, porque hoje o maior bem de um povo é o conhecimento. O maior capital que um povo tem é o seu conhecimento. O Nordeste, como já disse, tem um déficit muito grande de estabelecimentos universitários, Holanda. E veja que Lula dobrou o número de universidades federais na Bahia - havia uma, e ele criou outra -, mas isso ainda é insuficiente. Não reduziremos as desigualdades sociais se não criarmos universidades nas regiões menos desenvolvidas do Nordeste. Não é possível reduzir as desigualdades sociais e regionais se não tratamos o Nordeste como prioridade.

Além de tudo, Sr. Presidente, agora para concluir mesmo, hoje não existe a possibilidade de incluir as comunidades mais isoladas deste País, as comunidades menores, os menores municípios, sem conectá-los ao mundo. A política de banda larga deve ser, repito, imediatamente adotada, para conectar essas cidades, para que os jovens dos pequenos municípios, os jovens do Norte e do Nordeste possam estar em pé de igualdade, porque a educação formal, de caderno e lápis, está superada. Não adianta haver no Nordeste escola de lápis e papel, porque o jovem que sai dessa escola não está em dia com o mundo, não está preparado



para o novo mercado de trabalho. Temos de superar essa dificuldade, temos de buscar a integração dessas comunidades.

Estive ontem no Município de Caém. A queixa central da juventude da localidade era em relação a esse aspecto.

Isso posto, Sr. Presidente, minha atuação nesta Casa buscará sempre a construção de uma sociedade fraterna, justa e tolerante, uma sociedade que, como estabelece a Constituição, promova o bem de todos, sem preconceitos.

Sr. Presidente, é o que tinha a dizer. Agradeço a atenção a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Nossos cumprimentos ao bravo Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia.



Documento 55/55

045.1.54.O Sessão Ordinária - CD 22/03/2011-14:24

Publ.: DCD - 23/03/2011 - 12894 MAURO BENEVIDES-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Anúncio da realização pela Câmara Municipal de Maracanaú, Estado do Ceará, de sessão solene pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Concessão pelo Poder Legislativo de Maracanaú de condecorações às Sras. Maria Rocha Abreu, Maria Gorete Viana e Irisneia Pereira Batista, por relevantes serviços prestados à sociedade.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Câmara Municipal de Maracanaú, no Ceará, deverá realizar amanhã sessão solene para realçar o transcurso do Dia Internacional da Mulher, ocorrido no dia 8 passado e já objeto de seguidas manifestações de regozijo nas duas Casas do Congresso Nacional.

Durante o magno evento, aquele Legislativo homenageará três personalidades com assinalados serviços prestados à comunidade em vários setores de atividades, numa deliberação acolhida por unanimidade por quantos integram aquela Casa do povo maracanuense.

Na seleção, processada com a manifestação unânime dos Edis, foram selecionadas as seguintes pessoas, que farão jus à merecida láurea: Maria Rocha



Abreu, identificada carinhosamente como Aline do Hospital, por sua benemérita atuação na esfera da saúde pública, atendendo diariamente a comunidade carente e buscando leitos que lhes garantam a recuperação; Maria Gorete Viana, apontada como das mais identificadas com a área da educação; e Irisneia Pereira Batista, D. Neinha, incumbida de constantes serviços no âmbito do social, sob diversificados aspectos.

Convidado que fui para o auspicioso acontecimento, entendi de registrá-lo desta tribuna, levando às galardoadas e ao Presidente da Câmara, Francisco Antonio Ferreira da Silva, as minhas efusivas felicitações, extensivas também ao Prefeito Roberto Pessoa, ao Vice-Prefeito Firmino Carmuça e a toda a população daquela comuna.

No final de semana ali estarei, para levar às agraciadas o testemunho de meu reconhecimento pelos benefícios prestados à sede municipal, a Pajuçara, ao Timbó, ao Conjunto Jereissati I e aos recantos da extensão territorial da citada comuna.

Muito obrigado.
